

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS-JUNDIAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU INTERDISCIPLINAR EM
EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**CADERNOS NEGROS: CASOS DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO EM
INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA

Anápolis, 2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS-JUNDIAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU INTERDISCIPLINAR EM
EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**CADERNOS NEGROS: CASOS DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO EM
INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

EDERGÊNIO NEGREIROS VIEIRA

**CADERNOS NEGROS: CASOS DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO EM
INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias. Linha de pesquisa: Linguagem e práticas sociais.

Orientador: Professor Dr. Hέλvio Frank de Oliveira

Anápolis-GO, 2021

Ficha catalográfica

V658c Vieira, Edergênio Negreiros.
Cadernos negros [manuscrito] : casos de racismo e discriminação em instituições de ensino / Edergênio Negreiros Vieira. - 2021.
111 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Frank de Oliveira.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias), Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Anápolis, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Raça negra - Discriminação.
2. Linguagem. 3. Prática decolonial.
4. Dissertações - PPGIELT – UEG / UnUCSEH.
I. Oliveira, Hélio Frank de. II. Título.
CDU:323.14:37(043.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária da UnUCSEH
CRB1/2385

**CADERNOS NEGROS: CASOS DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO EM
INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Esta dissertação foi considerada aprovada para defesa e futura obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 18 de Março de 2021

Banca examinadora

Prof. Dr. Hélio Frank de Oliveira – UEG
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima – UEG
Membro Interno

Prof. Dra. Ana Lúcia Silva Souza – UFBA
Membra Externa

Anápolis-GO, 18 de março de 2021

Aos pretos e pretas, que salgaram o Atlântico; aos pretos e pretas
que mancharam/e mancham com o sangue as terras brasileiras;
aos povos originários das Américas; aos condenados da terra.
Dedico, ainda, aos jovens negros, que a cada 21 minutos morrem
por homicídios no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Àqueles e aquelas que lutam em cada movimento social de pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ que me motivam a continuar lutando e acreditando que outros mundos são possíveis.

Aos meus pais, irmãos, irmã, avó e demais familiares que direta ou indiretamente são responsáveis por quem eu tenho me tornado.

Aos meus filhos e filha, meu maior legado à humanidade. Que eles/ela possam /possa continuar o legado de homens e mulheres, militantes sociais que lutam e acreditam num mundo melhor para todo e qualquer ser vivo nesse universo.

A todos e todas professoras/es que foram responsáveis pela minha formação intelectual e social. Aos/às colegas de mestrado, a todos e todas os/as servidores/as dessa instituição, aos/às servidores/as responsáveis pela limpeza e manutenção do câmpus, aos servidores/as da biblioteca, aos/às servidores/as da secretaria acadêmica do mestrado e, em especial, ao meu orientador, Hélvio Frank, que teve a insanidade de me escolher como orientando, pessoa a quem eu admiro, respeito e me inspiro, gente fina, elegante e sincera.

À minha companheira, professora Eliane Cristina, minha primeira leitora crítica e entusiasta dos meus textos, ela que me auxilia de todas as formas possíveis e inimagináveis. Sem o apoio, tranquilidade, companheirismo, carinho e segurança, jamais teria conseguido chegar até aqui.

Ao membro e à membra da banca de arguição professor Sostenes e Analu, que se dispuseram a participar desse ritual. Desde já, agradeço as suas valiosas contribuições durante a qualificação.

Aos participantes e às participantes da pesquisa que compartilharam comigo suas dores, seus medos, angústias, raivas, frustrações diante dos casos de racismo, que cotidianamente fazem parte da história invisibilizada e silenciada neste país.

A todos e todas que contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa

“Por mais que você corra, irmão
Pra sua guerra vão nem se lixar
Esse é o xis da questão
Já viu eles chorar pela cor do orixá?
E os camburão o que são?
Negreiros a retraficar
Favela ainda é senzala, Jão!
Bomba relógio prestes a estourar”

Compositores: Leandro Oliveira

Letra de Boa Esperança © Warner Chappell Music, Inc

RESUMO

VIEIRA, Edergenio S. *Cadernos Negros: casos de racismo e discriminação em instituições de ensino*. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2021.

Resumo: Analisar, debater, desinvisibilizar e dessilenciar casos de racismo operados de forma discursiva em instituições de ensino são os objetivos deste estudo, em que realizo também uma breve investigação do processo de escravidão negra no Brasil, relacionando esse processo colonialista, com o racismo, pensado aqui como uma tecnologia de poder, sendo um elemento estruturante das relações sociais e raciais no país. Abordo temas como racismo estrutural, racismo institucional, extermínio da juventude negra, branquitude, além de interseccionalidades de raça, gênero e classe social na constituição do racismo brasileiro. Tendo como campo-tema o racismo, apresento histórias não ficcionais de pessoas negras, que sofreram racismo em instituições de ensino. Articulo a perspectiva teórica da decolonialidade, com a escrita posicionada da escrevivência de Conceição Evaristo, para construir recontos dos casos de racismo vivenciados pelas coautoras/es do estudo. Para constituição dessas escrevivências, lanço mão dos Letramentos de Reexistências, de Ana Lucia Silva Souza (2011, da Teoria Racial Crítica, assim como do Letramento Racial Crítico, de Aparecida de Jesus Ferreira (2014). Mais do que um estudo, a presente investigação é a materialização da vivência decolonial de homem, preto, pobre, professor, na luta pela existência, resistência e reexistência.

Palavras-chave: Raça. Linguagem. Prática Decolonial. Literatura.

PADA

VIEIRA, Edergenio S. Awon iwe ajako dudu: awon oran ti eleyameya ati iyasoto ni awon ile-ekọ ekọ. Abala Titunto si ni Ekọ, Ede ati Imọ-erọ. Universidade Estadual de Goiás - UEG, Anápolis - GO, 2021.

Afoyemọ: Itupale, ijiroro, disinvisibility ati awon oran ibanuje ti eleyameya, sise ni ona disiki ni awon ile-ekọ ekọ. Iwonyi ni awon ibi-afede ti iwadi yii, ninu eyiti Mo tun se iwadii finifini kan si ilana ti ifipa dudu ni Ilu Brazil, ti o jomọ ilana amunisin yii si eleyameya, ronunibi bi imọ-erọ ti agbara, je ipin ti iseto ti ajoşepọ ati ibatan ibatan ni orile-ede. Mo koju awon akole bii eleyameya igbekale, eleyameya ti ile-isese, iparun ti odọ dudu, funfun, ati bi ikorita ti ije, akọ ati abo ni kilasi ti eleya eleya ara ilu Brazil. Pelu eleyameya bi aaye akori, Mo safihan awon itan ti kii se itan-orọ ti awon eniyan dudu, ti o jiya eleyameya ni awon ile-ekọ ekọ. Mo so asoye imoran ti imọ-ara, pelu kikọ ipo ipo ti akowe Conceição Evaristo, lati ko awon atunko ti awon oran ti eleyameya ti awon alakowe iwadi naa ni iriri. Fun ilana ofin ti awon iforukosile wonyi, Mo lo Awon iwe-kikọ Awon isodotun ti Ana Lucia Silva Souza (2011), ati Coryical Racial Theory, ati Critical Racial Literacy ti Aparecida de Jesus Ferreira (2014). Die e sii ju iwadi lo, iwadii ti o wa lowolowo je ohun-elo ti iriri ewa ti eniyan, dudu, talaka, oluko ninu Ijakadi fun aye, resistance ati tun wa.

Awon orọ-orọ: Ere-ije. Ede. Iwa Decolonial. Litiriso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANALU – Ana Lúcia Silva Souza

CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra

DJ – Disk Joquéi

DNA - 'Ácido Desoxirribonucleico

DR. - Doutor

EUA – Estados Unidos das Américas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IML – Instituto Médico Legal

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

JORNEGRO – Jornal Negro

MNU – Movimento Negro Unificado

MV Bill – Mensageiro da Verdade Bill

Nº - Número

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-----	51
FIGURA 2	-----	74

“GENTE QUE ACREDITO, GOSTO E ADMIRO”



Ana Lúcia Silva Souza, professora e pesquisadora – Brasileira



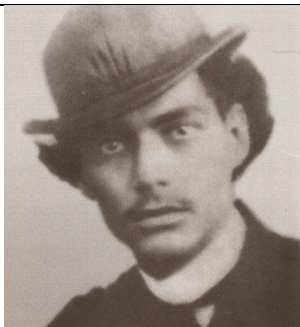
bell hooks, professora e ativista social – Estadunidense



Adrienne Rich, feminista radical, poeta, professora e escritora – Estadunidense.



Neusa Santos Souza, psiquiatra, psicanalista e escritora - Brasileira.



Castro Alves, escritor e poeta - Brasileiro



Djonga, rapper, escritor, historiador e compositor - Brasileiro.



Silvio Almeida, advogado, filósofo e professor universitário - Brasileiro



Grada Kilomba, escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar - Portuguesa

“GENTE QUE ACREDITO, GOSTO E ADMIRO”



Mikhail Mikhailovich Bakhtin foi um filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes – Russo



Francisco Bethencourt, professor e pesquisador - Inglês



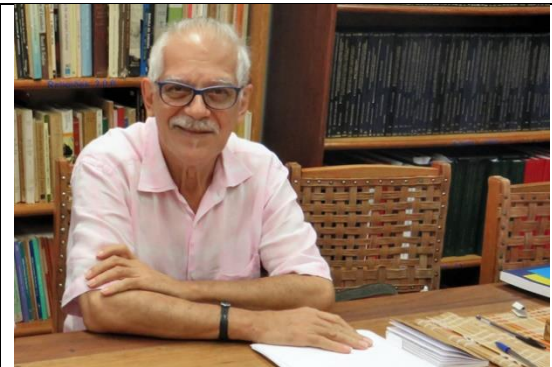
Nelson Maldonado-Torres, professor e pesquisador – Porto-riquenho



Ramón Grosfoguel é um sociólogo - Porto-riquenho



Joaze Bernadino-Costa, professor e pesquisador –



José Jorge de Carvalho, professor e antropólogo - Brasileiro



Michel de Certeau, historiador – Frances



Angela Davis, professora, filósofa, ativista - Estadunidense

“GENTE QUE ACREDITO, GOSTO E ADMIRO”



Elza Soares, cantora - Brasileira



Emicida rapper, cantor e compositor - Brasileiro.



Conceição Evaristo, escritora e pesquisadora - Brasileira



Frantz Fanon, psiquiatra e filósofo - Martinicano



Michel Foucault, filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo, crítico literário – Frances



Nilma Lino Gomes, professora e escritora - Brasileira



Lélia Gonzalez, filósofa, antropóloga e professora – Brasileira



C. L.R. James, às vezes escrevia sob o pseudônimo J. R. Johnson, era historiador, jornalista - Trinitino

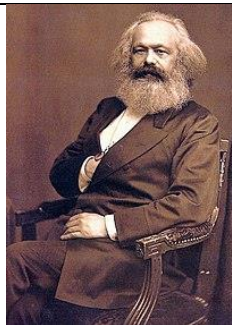
“GENTE QUE ACREDITO, GOSTO E ADMIRO”



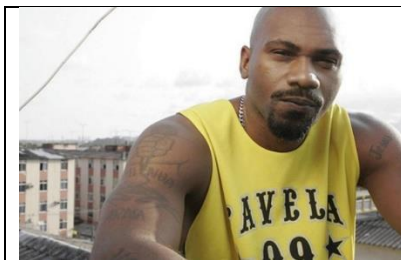
Angela Kleiman, professora e pesquisadora - Brasileira



Achille Mbembe, filósofo e historiador – Camaronês



Karl Marx, filósofo, historiador, sociólogo – Alemão



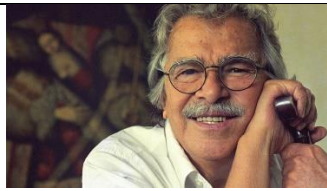
MV Bill, rapper e ativista social – Brasileiro



Jesse Souza, professor e sociólogo – Brasileiro



Djamila Ribeiro, filósofa e escritora – Brasileira



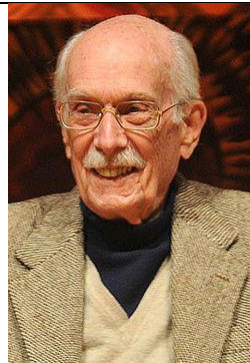
Darcy Ribeiro, professor e antropólogo – Brasileiro



Simone de Beauvoir filósofa e escritora - Francesa



Baco Exu do Blues, rapper - Brasileiro



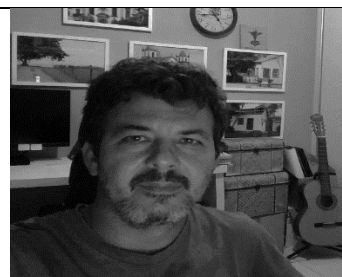
Antônio Candido - Sociólogo e crítico –Brasileiro



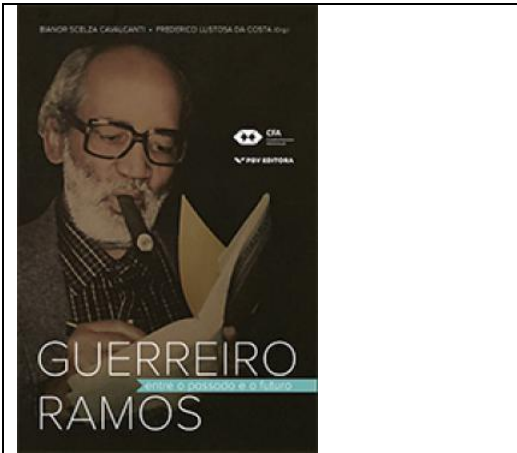
Hélvio Frank de Oliveira, professor, pesquisador e orientador da pesquisa - Brasileiro



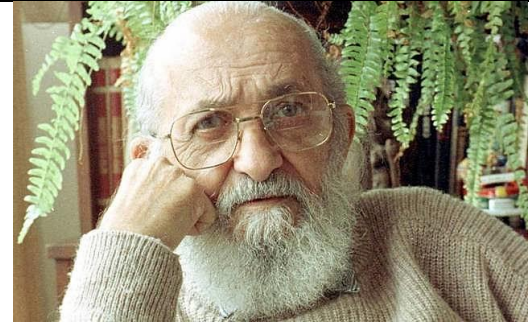
H.E.R, cantora – Estadunidense



Sostenes Cezar de Lima, professor, pesquisador - Brasileiro



**Alberto Guerreiro Ramos,
sociólogo e político - Brasileiro**



Paulo Freire, pesquisador - Brasileiro



**Eunice Aparecida de Jesus Prudente,
pesquisadora- Brasileira**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO “EU PREFIRO CONTAR UMA HISTÓRIA REAL, VOU CONTAR A MINHA...”	20
ATO I : EPISTEMOLOGIAS PRETAS, E AS PRÁTICAS DECOLONIAS:	
1.1. Nação Zumbi: Não foi pedindo licença que eu cheguei até aqui.	30
1.2. A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos	34
1.3. Entre o Machado de Assis e de Xangô, soneto de boêmia, poesia, melancolia. Eu sou do tempo onde poetas ainda faziam poesia. Saravá	35
1.4. Justiça é cega vê tudo negro. Por isso todo culpado é negro. Todo morto é negro. Vocês são cegos. Meu som é o braile do gueto	37
ATO II MAKÁ:	
2.1. Nação sem teto, Angola, Keto, Congo, Soweto	42
2.2. Éramos Milhões.....	48
2.3. Cocielo fez piada, mas no beco ninguém riu, tava ensinando racismo pra um público infantil	51
2.4. Manda eles debater com a bala que vara eles	56
2.5. 80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo	59
2.6. Privilégio Branco	61
2.7. Pantera Negra	73
2.8. Vai entender né	79
ATO III: CADERNOS NEGROS, CASOS DE RACISMOS E DISCRIMINAÇÃO:	
3.1. A professora Dandara	83
3.2. A vereadora Thereza.....	87
3.3. Pele Negra, Jaleco Branco.....	90
3.4. ..., Mas não se arrependem de Jenifers, Kauãs e Ágathas.....	93
3.5. A garota que vendia incenso	98
3.6. Preto desde nascença, escuro do Sol, eu tô pra vê ali igual no futebol	102
Gente que acredito, respeito e admiro	107
Bibliografia.....	111

“EU PREFIRO CONTAR UMA HISTÓRIA REAL, VOU CONTAR A MINHA...”

Certa vez quando eu estava na escola, lembro de uma professora dizer que alguém estava defendendo uma dissertação de mestrado, confesso que não fazia ideia do que aquilo significava. Mas parecia ser algo importante, pois todos/as falavam com muito entusiasmo do feito daquela pessoa. A escolarização para pessoas pobres no Brasil é uma das possibilidades de ascensão social. Se você for não branco, possivelmente o crime ou a exploração de algum talento, como jogar futebol ou cantar, pode representar mais chances do que a própria escolarização. Dúvida? Você já parou para pensar em quantos/as especialistas negros e negras em determinado campo de saber acadêmico você conhece e quantos/as cantores e cantoras ou jogadores de futebol não brancos estariam na sua lista?

A dissertação de mestrado da qual a professora falava, foi algo que veio fazer parte da minha vida muito mais tarde, por diversos fatores que, ao decorrer do texto, você irá entender. Antes de ter contato com esse gênero textual, o rap de grupos como o Racionais MC's, chegou primeiro. As letras de rap me formaram, mesmo antes que eu soubesse ler. De fato, “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” afirma, Paulo Freire (1988). Numa dessas letras, cujo nome é Negro Drama, eu vejo muito de mim, “Crime, futebol, música, caralho... Eu também não consegui fugir disso aí, eu sou mais um, Forest Gump é mato, eu prefiro contar uma história real... Vou contar a minha...”.

Pelo que você já percebeu, um dos objetivos implícitos desta dissertação de mestrado é propor uma desconstrução do modelo de escrita e estruturação desse gênero textual. Na verdade, estou pensando nesse texto, mais como uma conversa, onde eu vou contar um pouco as minhas histórias e as histórias dos/as que vieram antes, assim como muitos e muitas que compartilham as suas vivências não brancas no Brasil. Assim a narrativa busca romper com alguns paradigmas acadêmicos do que seja uma dissertação de mestrado, meu objetivo aqui é focar mais na discursividade e menos na forma. Conseqüentemente, dessa maneira, o/a leitor/a irá encontrar várias insurgências linguísticas no texto. Essa opção política é uma maneira que eu e outros/as encontramos para questionar visões eurocêntricas (sociedade pensada a partir de padrões hegemônicos europeus) de mundo e ocupar os espaços sociais de

prestígio social, como a universidade, e, sempre que estiver nesses lugares, questionar. Nesse processo, a escrita acadêmica negra assume um papel fundamental. Posicionar a minha escrita, na dimensão de uma escrita acadêmica de homem negro é, antes de tudo, dizer que, por detrás de um texto, há um sujeito político, que dialoga e constrói esse discurso, se relacionando com as condições históricas do seu tempo. Essa não é uma tarefa fácil, pois, num país marcado pelo racismo, a negação deste é a tônica marcante na constituição do Brasil. Há um velho adágio popular que diz que “Quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem iguais”. O mito da democracia racial ainda está presente e, como o racismo é algo estrutural, ou seja, está na estrutura das relações sociais do país, há toda uma política de negação de referenciais de pessoas negras nas quais eu possa me amparar. Essa questão é importante, pois o que marca a escrita acadêmica de forma geral é o exercício de produção de um texto dissertativo-argumentativo, onde você desenvolve seu pensamento a partir do pensamento de outras pessoas.

Observe o que se tem no Brasil é a negação das potencialidades dos saberes afrodiaspóricos (conhecimentos daqueles/as que vieram nos porões dos navios negreiros, assim como do continente africano, e dos afrodescendentes) e dos povos originários, em detrimento de uma ciência dita universal, notadamente branca e de matriz europeia. O espaço de atuação e mesmo de referência para uma escrita acadêmica negra é bastante reduzido. A tradição africana de saberes é uma tradição oral, de contação de histórias, conversas ao redor da fogueira, de valorização dos conhecimentos dos mais antigos. A tradição de conhecimento europeu no qual fomos colonizados é grafocêntrica, ou seja, centrada na escrita e na leitura. Não são saberes melhores, nem piores; são saberes diferentes. No entanto o saber eurocêntrico é referenciado em detrimentos dos saberes indígenas e africanos.

O que se entende por discurso acadêmico, que é um discurso de prestígio social, é uma construção materializada por meio de universidades, revistas científicas, congressos, grupos de pesquisas que se retroalimentam continuamente, são espaços de poder e privilégios. O que não fica evidente, pois é invisibilizado pelo racismo estrutural brasileiro, é que também a academia brasileira foi edificada no privilégio branco, na branquitude, esse espaço de poder de onde o branco fala e age como se fosse um lugar natural dele. Mas, de forma simples, eu posso dizer que o sistema educacional, assim como outras estruturas sociais, foi erguido sob bases que

negaram a possibilidade de acesso à escolarização às pessoas não brancas e aos/as descendentes dessas.

Eu escutei muita gente como Djonga, Emicida, Racionais MC's, Facção Central, Afal e também li pesquisadores e pesquisadoras como bell hooks e Ana Lucia Silva Souza, por exemplo, que são exemplos de insurgências. O que faço aqui então é continuar o legado deles e delas. A Ana Lucia Silva Souza (2011), por exemplo, que eu nomearei, pedindo licença a ela, obviamente, por Analu, a partir desse momento, aponta que o Hip-hop¹ como sendo uma Agência de Letramento. Leia o que ela diz sobre a função social do Hip-Hop (2011, p. 35):

Os ativistas do movimento *hip-hop* desempenham um papel histórico ao incorporar, criar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem, os valores e intenções do que chamo de letramentos de reexistência.

Os letramentos nada mais são do que práticas sociais, ou seja, usos da língua/linguagem que estão para além das habilidades de ler e escrever. A chilena, radicada no Brasil, Ângela Kleiman (1995), diz que o letramento se refere a inúmeros atos sociais que funcionam de modos próprios, e essas formas de funcionamento geram implicações fundamentais na maneira com que os sujeitos relacionados com essas ações, edificam relações de identidade e poder. Pensando junto com ela, eu coloco as letras de rap, gênero musical presente na minha vida desde a infância, como um elemento fundamental no meu letramento. Convido, mais uma vez, a Analu para essa conversa. Ela diz que “as práticas e eventos de letramentos desses jovens estão relacionadas às suas identidades contestadoras” (2011, p. 157). Para você que nunca teve contato com o rap, saiba que esse gênero musical é marcado por letras contestadoras que são muito ouvidas nas periferias (e também em espaço dito de prestígio social) das grandes e médias cidades brasileiras. Por cantar a realidade desses espaços sociais, o rap auxiliou na construção da minha identidade de homem, negro, pobre, assim como na elaboração das identidades sociais e psíquicas dos/as jovens pretos/as das periferias urbanas do Brasil. Duvida? Pergunte ao Racionais Mc's.

¹ Caso você não esteja familiarizado com essa dimensão artística eu uso uma metáfora do guarda-chuva, para dizer que o rap está dentro do Hip-Hop como uma das linguagens desse movimento, que, além do rap, que são as letras, a música, tem também o grafite, o Dj (disk jôquei), o b-boy, a b-girl e o Mc, (maestro de cerimônia).

Mas, por que fazer isso? A contestação e a transgressão estão presentes na minha vida social e profissional. Sou professor de educação básica, ministro aulas de Língua Portuguesa Brasileira e, como professor, sempre usei as letras de rap, para promover *os letramentos de reexistências*. Mesmo a contragosto das diretoras e coordenadoras das escolas por onde eu passei. Uso o hip-hop para mostrar aos/as estudantes que é possível pensar novas formas de se relacionar com a língua/linguagem na escola, formas que levem em conta aspectos ligados à identidade étnica, política, histórica e social dos/das educandos/as. Veja o que diz Analu sobre essa cultura de reexistências:

Ao longo do tempo, as produções culturais negras, “culturas de resistências”, antes de serem entendidas em sua “pureza”, como manutenção ou retorno às tradições ou legados da “África”, são produções híbridas, nascidas nos intercruzamentos de culturas, como combinações de transgressões, submissões, negociações, interdições, trocas, rupturas e subversões. (SOUZA, 2011, p. 41)

A cultura *hip-hop* nasce desse intercruzamento e se coloca como um elemento que reflete as (escre) vivências de inúmeros/as jovens negros/as pardos/as e brancos/as pobres que sofrem o cotidiano da violência racial, do extermínio, do genocídio, condições essas que são, na verdade, a materialização do *racismo o estrutural brasileiro*.

É na escola que geralmente acontecem as primeiras experiências de racismo. Escolas, faculdades e universidades, esses espaços de prestígio social têm na linguagem, no discursivo que nega, recusa e discrimina a língua que é falada na periferia, o nosso “*pretoguês brasileiro*”, como seu principal elemento de silenciamento, provocando, assim, uma exclusão acima de tudo racial.

Por isso, chamo a atenção para importância de se pensar sobre a língua/linguagem. Faço uso de uma autora que me auxilia a refletir mais sobre qual língua é essa que massacra e oprime os/as jovens pretos/as o tempo todo, especialmente quando estão na escola. No capítulo 11 do livro “Ensinando a Transgredir, a educação como prática de liberdade” (2017), bell hooks cita o poema de Adriene Rich “Queimar papel em vez de crianças”. A norte-americana usa o seguinte verso: “Está é a língua do opressor, mas eu preciso dela para falar com você”, para mostrar que a língua é um acontecimento que rompe as fronteiras, que se estabelecem entre as pessoas e as palavras. Quando penso na língua, sobretudo a que me foi ensinada na escola, não dá para não a associar à “língua do opressor”,

não mais ao opressor que escravizou meus ancestrais, mas aos representantes daqueles que instituem politicamente uma variante da língua, como sendo a língua a ser reverenciada.

Finco uma bandeira política insurgente nessa dissertação, sabedor das implicações e contestações, que isso pode provocar. Porém, faz parte do meu estandarte a proposição política de marcar esse texto com a língua da periferia. Assim, o escrito traz para dentro da academia as marcas da existência, resistência e da reexistência, que foram geradas a partir da cultura afrodiáspórica, que inscrevem sua marca na “língua do opressor”. Assim como a bell hooks (2017) fala das variações gramaticais do “vernáculo negro no inglês padrão”, a nossa intelectual Lélia Gonzalez fala de um “pretoguês”, para marcar essa fala/escrita que expressa a identidade das pessoas negras na escrita, inclusive na escrita científica acadêmica. Assim, caro/a leitor/a, você encontrará nos escritos que seguem também oralidades do português da periferia urbana, estilos linguísticos, tais como de Carolina de Jesus, da própria Lélia Gonzalez, entre outros/as, com o objetivo de construir um texto que seja entendível, tanto na academia, quanto na periferia. No entanto, ousou dizer que esse texto é mais para os meus manos e minhas minas do que para as traças dos repositórios acadêmicos. Resumindo o meu texto se destina a educar pessoas pretas, que não tiveram o privilégio que eu tenho em poder conhecer a história do povo preto no Brasil. E para as pessoas brancas que lerem o meu texto, o escrito é uma boa oportunidade para que vocês possam aprender a se reeducar etnicamente.

Convido a Leila Gonzalez (1982, p. 20) para essa roda de conversa para dizer que “[o] que se segue é resultante de leituras, papos, algumas escritazinhas próprias”. Vou contar histórias de racismos que acontecem no cotidiano escolar. Vou desinvisibilizar, vou dessilenciar casos de homens e mulheres que sofreram racismo nas instituições de ensino.

Mas, antes de contar essas histórias por meio da escrevivência, uma técnica metodológica de posicionalidades epistêmicas imbricadas, da intelectual Conceição Evaristo, que estará no último momento desse texto, antes eu quero fazer uma digressão histórica sobre escravidão, colonialismo, acerca da estruturação do racismo no Brasil. Em suma, eu vou contar as histórias que me contaram sobre o meu povo; para mostrar como as histórias que me contaram não foram nada boas. Por isso, quero recontá-las. A maioria das coisas que foram apresentadas sobre as pessoas

negras no Brasil a mim, sobretudo na minha experiência escolar, não foram contadas por elas e sim por brancos.

Lembra dos Racionais, lá, no início do texto? “Crime, futebol, música” ... Pois é! Meu perfil é um perfil marginal, afro-latino, que na construção racista brasileira é tido como sendo um perfil criminal. Homem, negro, pobre, professor. Esse é o local social e político de onde eu falo. O lugar de onde a pessoa negra fala é o lugar de onde poucas pessoas estão dispostas a ouvir. A própria formação da sociedade brasileira e das instituições que a sustentam renegou os saberes das pessoas negras, seja os primeiros que aqui chegaram ou os que vieram depois, assim como renegou os ensinamentos dos povos indígenas.

Recorro ao francês Michel Foucault (1996) para mostrar como a fala e o silenciamento são controlados pela sociedade. Para ele, aqueles que controlam os meios de produção determinam quem pode ou não se expressar e qual discurso pode ou não ser aceito. Michel Foucault (1996) usa o termo interdição da palavra, para se referir ao que pode ser dito em cada circunstância. O que sustenta essa interdição, conforme aponta o pensador francês, é a vontade de verdade, que é produzida pelas instituições que exercem seu poder sobre a elaboração discursiva. Essa definição proposta por Michel Foucault ajuda a entender o porquê de o lugar de onde falamos, nós, os/as pretos/as, interferir na forma com que esse discurso circula na sociedade.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro apresenta o conceito *Lugar de Fala*. Na obra “O que é lugar de fala? (2019), a Djamila discute, a partir da teoria racial crítica, como o regime de enunciação discursiva invisibiliza e silencia grupos racializados a partir do padrão hegemônico homem, branco, heterossexual. Djamila Ribeiro evidencia que a questão do lugar de fala se refere a lugar social, de localização de poder dentro da estrutura social. É importante destacar que lugar de fala não se aplica a vivências ou experiência individuais. A Djamila debate como o grupo social, pessoas negras, compartilha experiências em comum e de que forma essas experiências atravessadas por uma matriz de dominação impedem que aqueles grupos ocupem lugares de prestígio social. Mesmo diante das limitações da visão culturalista que o conceito de lugar de fala carrega, por meio dele podemos perceber que a própria universidade brasileira, circulou por anos uma narrativa do que é ser negro, construído como objeto de pesquisa, a partir dos grupos hegemônicos que sempre colocaram as minorias sociais sobre a sua tutela. Ao falar de racismo em instituições de ensino, eu quero também busca questionar por que, nas universidades, o homem branco, que

ocupa aqui, não um lugar de gênero, mas sim de classes, está numa posição de prestígio, enquanto mulheres negras estão limpando chão?

Eu falo de um lugar, que não quer e nem pretende ser universal, não estou aqui também para essencializar pessoas negras e nem rotular pessoas brancas. Porém dizer quem sou eu, de onde falo, e nomear quais foram as motivações que fizeram com que o tema da escriturização, da necessidade de dessilenciar e desensibilizar o racismo aflorasse no fazer pesquisa é fundamental. Falo do meu lugar de homem negro, que cresceu numa família com mais dois irmãos e uma irmã. Falo do meu lugar de filho de uma mulher negra que não teve acesso à escolarização, o que não a impediu de criar os filhos e a filha com dignidade, cuidado e zelo; mulher que desde cedo teve que servir outras pessoas para sobreviver. Desde pequena, foi cedida às famílias com um poder aquisitivo maior, pois, na configuração do racismo brasileiro, a mulher negra é submetida desde a escravidão à posição de serviçal. E, mesmo quando essa mulher se alforriou da servidão doméstica para outras famílias, foi aprisionada num lar para criar, cuidar, lavar, passar, cozinhar, em suma, servir aos filhos, a filha e ao marido. Olha como há interseccionalidades atravessando a identidade de minha mãe. Ela conviveu com o racismo, com o patriarcado, com o machismo desde sempre. Duvida? Pergunta a Ângela Davis

Essa condição de experiência de mulher negra de minha mãe já marcava minha condição de raça. Mesmo que, ainda guri, eu não conseguisse interpretar as nuances dessa sociedade fundada no patriarcado, no machismo e no sexismo. Cresci numa cidade do interior do estado do Mato Grosso, num conjunto habitacional, onde as pessoas eram de classe média baixa, ter um padrão de vida média baixa no Brasil é dizer que você não passará privações de itens básicos, como a alimentação, habitação e escolarização, por exemplo. Nesse lugar, me recordo que éramos umas das poucas pessoas negras do bairro, fato que, por si só, já fazia parte de forma implícita dos meus questionamentos. Meu pai era o provedor financeiro da casa, a maior parte do tempo ele não estava lá; na questão presencial ele sempre foi ausente, mas me recordo também que, sempre que ele estava em casa, era muito amoroso conosco.

O estado do Mato Grosso tem uma forte relação com o agronegócio voltado para a produção de monoculturas, como a soja, o algodão, milho e feijão, além da pecuária de corte. Meu pai trabalhava numa fazenda, dessas grandes fazendas que constata a enorme concentração de terras neste país. Os fazendeiros eram todos

brancos, oriundos da Região Sul, e meu pai era o “gato”. Gato é uma gíria que significa atravessador. Ele é uma espécie de meeiro, fica responsável pela contratação das pessoas que irão executar o serviço. Ele contratava, na época “sem contrato”, e pagava as pessoas que trabalhavam. O controle contábil era estabelecido por meio de uma caderneta em que o empregado já entrava devendo itens básicos, como sabonete, creme dental, sabão em pó, além da alimentação e outros produtos, tudo rigorosamente anotado. As condições de trabalho eram análogas à escravidão e meu pai era um “capitão do mato”. Se não fosse com um chicote para punir e açoitar os trabalhadores, usava um caderno e uma caneta para estabelecer relações de poder e dominação em nome do fazendeiro branco. Como adolescente, eu crescia lendo e observando essas relações de desigualdades, seja no trabalho do meu pai, seja dentro do meu próprio lar, na rua ou na escola, e me calava diante disso tudo. O silêncio me sufocava e me fazia pensar sobre as condições daqueles trabalhadores, da minha mãe e do meu pai, todas as pessoas negras ocupando posições subalternas.

Foi na escola que vieram os primeiros gritos. Leitor voraz de livros desde pequeno, me interessei por política. É nesse contexto de uma escola que, ironicamente, se chamava 13 de maio². Fui apresentado a uma instituição que fez com que eu optasse pela educação como lugar de luta profissional e social: o grêmio estudantil. O envolvimento com o campo educacional forjou minha condição profissional. Ao longo dos anos, vieram as mudanças, primeiro de unidade federativa. O retorno ao estado de Goiás me colocou numa cidade que, apesar de ter nascido nela, era estranha para mim. Foi em Anápolis que a questão da luta contra o racismo se tornou mais presente na minha vida. Anápolis, assim como todas as cidades brasileiras, é uma cidade racista. Tem sido nessa cidade que eu vivencio, protesto, luto, estudo, escrevo, dou entrevistas, milito em causas ligadas à defesa dos direitos humanos e promovo minha luta antirracista. Aqui tive a experiência da paternidade, aqui sou filho, neto, pai, irmão, companheiro, militante político, e esses são os lugares de onde eu falo. *Esses são meus lugares de fala.*

A partir das leituras e das contribuições de autoras, como Grada Kilomba (2019), do Frantz Fanon (2008) e da bell hooks (2019), decidi dividir o desenvolvimento da dissertação em Atos. Nesse contexto vale a pena explicar que o Ato se refere à atuação política. Durante a minha trajetória de militância, já participei

² O 13 de maio de acordo com a historiografia oficial foi o dia em que a Princesa Isabel assinou a lei Áurea, pondo fim a três séculos de escravidão negra no país.

de vários atos políticos. O ato é a ação de realizar a luta. É durante o ato que renovamos nossas forças para continuar a batalha. É no ato político que discursamos e denunciemos as opressões vividas; é no ato, o evento/local onde nós temos o controle do microfone, da direção do carro de som e o comando da manifestação, para fazer valer nosso grito e as nossas pautas. Por isso, o uso do ato, para nomear os capítulos, assumindo assim um sentido político de ação, protesto, apresentação, reivindicação.

Por fim, quero dizer como esse texto será (des) estruturado. Assim, além dessa conversa inicial em que foram abordadas linhas gerais do trabalho, no **Ato I** começo com a apologia política do título “**Cadernos Negros, Casos de Racismo e Discriminação em Instituições de Ensino**”. Apresento a origem do nome e o porquê da dissertação ser nomeada de **Cadernos Negros**, e obviamente quais as implicações subjacentes a esse termo. O **Ato I** será o caminho metodológico da pesquisa. Busco uma abordagem decolonial, desvelo como se deu a seleção dos/as coautores/as da dissertação; quem são essas pessoas? De onde vieram? Qual o papel delas na tessitura do texto? São homens e mulheres que sofreram racismo nas instituições de ensino e irão me ajudar a falar sobre racismo. Elas irão desvisibilizar e dessilenciar as práticas racistas que ocorrem no interior de instituições de ensino e que têm impactos em suas vidas. As histórias delas, como a de outras inspiraram a escritura dos contos.

Os contos de não ficção são relatos de subjetividades, do fazer pesquisa a partir de epistemologias pretas. Trato, aqui, de linguagem e mudança social, de consciência política, de posicionalidades. No **Ato I**, delinheiro como foram os encontros, em quais contextos políticos eles se deram, aponto anedotas, espantos, surpresas, risos, histórias tristes e alegres dessas pessoas, que não são objetos de pesquisa, e, sim, sujeitos e sujeitas **coautores/as** que me ajudaram a escrever esta dissertação. Esse Ato tem por objetivo evidenciar como o racismo se dá na e pela linguagem. Aqui mostro como o racismo é discursivo e como essa discursividade reflete na vida social das pessoas. Os contos são formatados a partir do conceito de *escrivências*, de Conceição Evaristo. Por isso, para que o/a leitor/a, que não é familiarizado/a com o conceito de Evaristo, se situe, antes de apresentar os contos, explicarei como surgiu a perspectiva teórica-metodológica e quais os impactos desse tipo de produção, que visa re (contar) histórias vividas num intercurso entre o real e o ficcional, e que tem no

meu caso servirá para desvelar, dessilenciar, desensibilizar e denunciar como nossas instituições de ensino continuam sendo racistas.

No **Ato II**, nomeado como **Maka**, uma palavra de origem angolana da língua quimbundo, que significa confusão, discussão, problema, eu irei apresentar as problemáticas que motivaram o texto. A palavra **Maka** é usada cotidianamente em Angola e remete a uma situação que possa gerar discordância ou barulho. No geral o povo angolano são pessoas muito expressivas e o signo **Maka** é muito usado no dia-a-dia e na literatura angolana. A Literatura é outra dimensão que assume uma importância *suleadora*³. Assim também iriei trazer um pouco sobre a importância da Literatura nas nossas vidas. Dessa maneira **Maka** quer dizer que esse **Ato II** será uma confusão organizada, algo meio rizomático⁴, onde serão debatidos conceitos, como raça, Racismo, Racismo Estrutural, Racismo Institucional, Branquitude, Intecionalidades de raça, gênero e classe social. Nesse **ato II**, a minha argumentação consistirá em dizer que, para compreender as relações raciais no Brasil, é preciso analisar criticamente três eixos, que formam uma encruzilhada, com o Racismo no meio. O argumento central consiste em colocar a escravidão negra e, conseqüentemente, o racismo como um eixo estruturante das relações sociais do Brasil. Articulo isso, falando sobre Colonialismo, sobre Estado e também sobre da divisão social do trabalho, formando, conseqüentemente, as classes sociais.

Finalizo esta dissertação com o **Ato III**, onde eu apresento as *escrevivências*. São “Os cadernos negros das instituições de ensino, onde eu trabalharei com o gênero literário contos de não ficção”. São as minhas *escrevivências*, “*a nossa escrevivência que não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.*” Ainda sobre o **Ato III**, advirto que, na parte dedicada às *escrevivências*, o *design* da página terá um aspecto diferente do restante da dissertação. As páginas serão pretas e a fonte será branca. Mais do que uma opção estética, é uma marcação política no sentido de chamar a atenção para “as nossas *escrevivências*” e deixar evidenciado que aqueles são os cadernos negros desta dissertação.

³ Uso *suleadora* contestando o conceito “norteador”, para evidenciar a *colonialidade de saber* a qual estamos expostos, conceitos esses que eu explicarei mais à frente neste trabalho.

⁴ Por meio dos devires e relações dos saberes a partir da imagem do rizoma, ou seja, de como raízes gramíneas acentradas, engalfinhadas, não hierarquizadas, são retroalimentadas pelas múltiplas conexões transversais e caóticas.

ATO I EPISTEMOLOGIAS PRETAS E AS PRÁTICAS DECOLONIAIS

Neste **Ato I**, apresento a filiação decolonial desta dissertação. Aqui o leitor/leitora, vai encontrar conceitos chaves que questionam a tradição eurocêntrica do projeto epistemológico da universidade brasileira. Essa mesma universidade que alijou, dos seus bancos e, das suas cátedras, os saberes dos povos negros e indígenas. A decolonialidade visa questionar para que, para quem, e por que escrevemos? Para responder essas questões retomo alguns conceitos que os/as leitores/as já tiveram contato na seção anterior, especialmente para auxiliá-los/as no entendimento da intenção discursiva dessa mensagem. Na última parte deste Ato, apresento quem são os homens e mulheres que aceitaram compartilham comigo as suas histórias.

1.1. Ih, que que eu tô fazendo aqui. Mais de 7 dias sem dormir. Da lama ao caos, nação zumbi. Não foi pedindo licença que cheguei até aqui. (baco exu do blues)

“Cadernos Negros, Casos de Racismo e Discriminação em Instituições de Ensino” se estabelece na parceria entre mim e as pessoas que participaram dessa aventura narrativa. Nesse caso, vale ressaltar que eles/as não são sujeitos ou objetos da pesquisa. Vejo-os/as como coautores/as, na medida que é em conjunto com as histórias deles/as que eu coloco em prática meu projeto de giro epistemológico decolonial, que consiste basicamente em pensar um caminho de pesquisa que possa ser escrita/narrada/contada por várias vozes.

Existe uma maneira específica, própria minha, de pensar o texto. Existe uma forma peculiar de narrar as minhas histórias, e isso tudo se relaciona com os meus Cadernos Negros, com o movimento negro. Chamo, mais uma vez, para a roda da conversa a Lélia Gonzalez (1982, p. 19). Olha só o que ela fala sobre esses movimentos negros:

Deve o negro assimilar e reproduzir tudo que é eurobranco? Ou só transar o que é afro-negro? Ou somar os dois? Ou ter uma visão crítica de ambos? Deve o negro lutar pra vencer na vida através do seu esforço pessoal para, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco? Ou lutar com e pelo conjunto da população negra? Juntamente com não negros também oprimidos? Ou não? Por um

espaço nesta sociedade? Ou pela transformação da mesma? Etc. etc. e tal... Os diferentes tipos de resposta a essas questões, e a muitas outras, acabam por remeter a gente a falar de movimentos negros... no Movimento Negro. Pois é.

Por isso, falo de movimento negro...no Movimento Negro. Falo com eles/as e não sobre eles/as. São páginas que versam sobre o racismo cotidiano que é silenciado e invisibilizado; o mesmo silenciamento e invisibilidade que sofreram autores/as, poetas/poetisas e intelectuais negros/as quando fundaram a publicação *Cadernos Negros*.

Mesmo com uma vasta produção literária, os/as escritores/as negros/as sempre foram ignorados/as pelo mercado editorial brasileiro. Dotados de uma escrita crítica, substancial, lírica e significativa das relações sociais brasileiras, nomes, como Cruz e Souza, Lima Barreto, Luís Gama, Auta da Souza, Solano Trindade, Carolina de Jesus, dentre outros/as, foram intencionalmente “esquecidos/as”, excluídos/as do grupo de intelectuais brasileiros. Mas, como a história das pessoas negras no Brasil é a história da luta contra as diversas formas de opressão, esses/as intelectuais negros/as se uniram e lançaram a coleção *Cadernos Negros*.

Lançado em 1978, *Cadernos Negros* marcava os noventa anos de assinatura da Lei Áurea no país. A Aline Costa (2012) conta que nesse período assistia-se à independência de inúmeros países do continente africano, como Angola e Moçambique. “A ONU elegia o ano de 1978 como o “Ano Internacional Antiapartheid” e, nos EUA, ao mesmo tempo em que se discutiam ações afirmativas, ainda ecoavam movimentos, como o dos “Black Panthers e o Black Arts Movement” (COSTA, 2012). A luta antirracista explodia no mundo e, no Brasil, nascia o MNU, Movimento Negro Unificado, “formado no CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra), espaço onde os jovens se reuniam e participavam de discussões políticas” (COSTA, 2012, p 19). Esse contexto de ativismo político ia ao encontro da chegada dos/as negros/as nas universidades, ascendendo no meio cultural, na literatura, no cinema. Eram os/as pioneiros/as que rompiam a barreira do analfabetismo, da exclusão, dos subempregos, da marginalidade. São esses/as jovens negros/as que vão passar a questionar a não presença de pessoas negras na produção literária nacional. Veja o que diz Aline Costa sobre esse período:

Nesse momento de engajamento político e envolvimento com os bens culturais, conseqüentemente, nasceu a necessidade de autoreconhecimento, de encontro com as raízes, de busca de identidade, logo, de ícones nos quais se espelhar, como relata Hugo Ferreira: “Eu confesso que eu nunca cheguei, até 1975, a pegar um livro do Solano Trindade. Só tive contato em 1976, porque eu participei do Teatro Popular Solano Trindade, com a Raquel Kaminda. (...) Aí você chega, por exemplo, em 78, tem a comemoração dos 80 anos de Solano Trindade e todos aqueles negros velhos estavam ali, vivos, como o seu Correia Leite, um cara íntegro, honesto. (COSTA, 2012, p. 21)

A história dos *Cadernos Negros* é a síntese da luta antirracista no Brasil. Essa ascensão de pessoas negras a espaços antes habitados majoritariamente por brancos, não escondia a enorme exclusão racial que existia, como hoje ainda continuar a existir. Esses/as jovens negros/as estavam engajados/as nessa luta antirracista e precisavam de um lugar para reverberar as experiências literárias e políticas desses/as negros/as que emergiam e abriam caminhos para outros/as. Vale ressaltar que os “*Cadernos Negros*” receberam críticas, tanto da direita, quanto da esquerda. A primeira insistia na tese de que, no Brasil, não havia preconceito racial, ou seja, é o velho mito da democracia racial; já a esquerda ortodoxa, que nunca se preocupou com a causa negra, acusava os/as idealizadores/as de estarem dividindo a classe.

Para além dessas críticas, os *Cadernos Negros* nasceram de uma publicação chamada de Jornegro. Nele “reuniam-se várias pessoas que escreviam poesia. Daí nasceu a ideia” (COSTA, 2012, p. 25). O pensamento central era gestar um coletivo de escritores/as, mas de que forma esse coletivo nasceria? Um dos idealizadores do projeto, o estudante de Mestrado Hugo Ferreira conta que a ideia era ter “uma publicação que publicasse quem quisesse ser publicado” (COSTA, 2012, p. 25).

Mas, afinal, qual a origem do nome e como esse nome inspira o título desta dissertação? Primeiro o próprio Hugo Ferreira, o “inventor” do nome, explica e, depois, eu aponto o porquê do título da dissertação:

Em 1977 tinha morrido a Carolina (Maria de Jesus), e ela escrevia em cadernos; a gente também escrevia nossas poesias em cadernos, somos da geração anterior ao computador e muita gente não tinha máquina. Uma coisa muito simples se tornou uma coisa muito forte, os cadernos eram algo nossos. ” - Então, a antologia de poesias feita por afrodescendentes chamou-se Cadernos Negros. O primeiro número contou com a participação de Celinha, Oswaldo de Camargo, Eduardo Oliveira, entre outros. (COSTA, 2012, p. 25)

Eu posso dizer que, tanto a Carolina de Jesus, com *Quarto de Despejo* (1960), quanto Conceição Evaristo, são inspirações para esta dissertação. A escolha política desses nomes busca continuar a luta e o legado de mulheres pretas que lutaram e continuam lutando, assim como lutaram/lutam minha avó, minhas tias, minha mãe, minha irmã e tantas outras, como Leila Gonzalez, Beatriz Nascimento, Ana Lúcia Silva Souza “Analu”, Neuza Santos Souza, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Aparecida de Jesus Ferreira, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Ieda Leal, Kassandra Muniz, Djamila Ribeiro, bell hooks, Grada Kilomba, Angela Davis, Michelle Alexander, que são sinônimos de elã antiracista.

1.2. A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e, sim, para incomodá-los em seus sons injustos

O silenciamento e a invisibilidade marcam a escrita negra na academia. Por isso, é preciso reivindicar subjetividades que nos são intrínsecas; corporeidades e discursividades de corpos e de “almas negras”, que denotam um lócus de escrituras, onde é possível situar novas formas de escrever, indissociadas das minhas identidades de homem, preto, pobre e morador de periferia. Peço licença à Conceição Evaristo⁵ para citar uma longa fala sua:

Está aqui um texto que está contaminado por um corpo, o sentido dessa escritura não escapole da intromissão desse corpo, que não se oculta em sua escrevivência. Muito antes se afirma, persigo uma estética das culturas tradicionais africanas, mas consciente de que me afasto dela. Estou no exercício de escrita de sinais alfabéticos, não tenho o vento, as árvores, a paisagem física como elemento cúmplice na semântica da minha história. Onde se encontra a árvore em que os meus mortos, os meus ancestrais estão no topo vigiando a minha palavra? E dos gestos da griote só tenho o comedimento das mãos, falta-me o gestual completo. Ah! falta-me também a fogueira para iluminação das faces de toda assistência, mas o que mais me falta é a roda com os seus sentidos. Persigo a estética de utilização do corpo-palavra no germe da minha escrita. Aprendi, com as culturas orais de matriz africana, que o corpo está profundamente escrito no processo de narrar. Sem o corpo não há narração, não há história. Da oralidade africana, da inscrição do corpo no narrado, intento criar, pensar, compor a minha escrevivência. Afirmando que a vivência do meu corpo, a

⁵ Conceição Evaristo - Abertura da Escola Internacional de Feminismo Negro Decolonial 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZHMfOFqqTkk>.

vivência coletiva de corpos negros, e mais distintamente as experiências dos corpos de mulheres negras, atravessam profundamente a minha escrita (EVARISTO, 2019)

Advirto, então, caro/a interlocutor/a, que, nas páginas negras, a seguir, você encontrará dores, decepção, raiva, alegrias, posicionalidades, frustrações, esperanças, lutas, em suma, emoções e subjetividades, elementos que vão de encontro ao que prega o discurso acadêmico canônico. E a proposta é dar continuidade a outras vozes marginais que vêm provocando insurgências na escrita acadêmica. São epistemologias pretas que situam seus locais de fala e de escrituras, (re) criando uma nova discursividade com uma nova linguagem. O projeto do giro epistêmico decolonial manifesta a necessidade de se descolonizar a escrita.

Falar de escrevivências é falar de traumas. Trauma é uma palavra que vem do grego *trauma*, plural *traumatōs*, traumas. O significado é “ferida”, “fratura”. A terminologia trauma na literatura médica é polissêmica. Entretanto, todos os significados estão ligados a acontecimentos não previstos e indesejáveis, que, de forma mais ou menos violenta, atingem pessoas neles envolvidos, produzindo alguma forma de lesão ou danos. Quero, a partir desses “traumas”, das narrativas das pessoas pretas participantes da pesquisa, dos meus traumas, das minhas angústias, das minhas dores, inserir, como aponta Kassandra Muniz (2020), rasuras epistêmicas. Ou seja, ao mobilizar esses relatos e reescrevê-los em forma de escrevivências, eu e os/as coautores/as estamos, dessa forma, criando epistemologias pretas para *escurecer*⁶, termo usado no sentido de “evidenciar” algo, então, aqui, eu viso “escurecer” – como se dão os casos de racismo em/nas instituições de ensino. Para fazer isso, parto da vivência das pessoas negras, parto da linguagem utilizada pelos professores/as, alunos/as, funcionários/as das instituições de ensino e escureço os casos de racismo nessas instituições.

Parto, dou vida às histórias invisibilizadas e silenciadas. Para fazer germinar escrevivências, eu uso o recurso da Literatura. A Literatura é depositária das expressões sociais, históricas, culturais e políticas do seu tempo. A Literatura é filha das histórias contadas ao redor das fogueiras.

⁶ Esse neologismo configura uma provocação ao termo esclarecer.

1.3. Entre o machado de assis e de xangô. Soneto de boêmia, poesia, melancolia. Eu sou do tempo onde poetas ainda faziam poesia. Saravá (esú, baco exu dos blues, 2017)

A Literatura é uma das formas que o ser humano encontrou para projetar o seu eu no mundo. Desde os primórdios da (ir) racionalidade humana, o homem adquiriu a possibilidade de criar “selfies” e, por meios dessas, construir e constituir imaginários sociais que, ao serem projetados e introjetados, se tornam reais. Assim, um simples caso que deveria ser a exceção se torna a regra e se tem a inversão da realidade, onde a exceção vira regra e a regra, exceção. Chamo atenção para o que nos conta o grande Antônio Cândido sobre o poder da Literatura.

A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (CANDIDO, 1989, p. 113)

A Literatura é esse sonho acordado da civilização e, por meio dela, constituímos e somos constituídos. A Literatura é indispensável para a constituição do ser humano, marcado pelo desenvolvimento do signo linguístico e semiológico como um todo.

A escrevivência, pensada como uma ação de produção de conhecimento e de posicionalidade implicada, se abriga na Literatura. Dessa forma a escrevivência utiliza-se das experiências do/a autor/a para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de pessoas. Para Soares e Machado (2017), escrever é, dessa forma, relatar histórias notadamente particulares, mas que, no entanto, remetem a outras situações coletivizadas, pois se compreende que existam elos entres as subjetividades das pessoas negras e as práticas racistas e discriminatórias sofridas por essas pessoas.

Esta dissertação apresenta, por meio das escrevivências, essas subjetividades e conta como as práticas racistas e discriminatórias sofridas pelas pessoas negras em instituições de ensino, operam por meio da língua/linguagem, com apagamentos e silenciamentos ao longo da vida. As minhas escrevivências são o resultado de uma

conversa realizada com pessoas negras, dessa vez não silenciadas, não invisibilizadas, onde elas expoem os casos de racismo e discriminação em instituições de ensino, como bem disse uma das entrevistadas: “nós fazemos história com a vida, chegou a hora de fazer história escrevendo.” (DANDARA, 2020⁷).

Assim como nas memórias narradas por Conceição Evaristo, os relatos dos/as coautores/as desta dissertação de mestrado se con (fundem) com as minhas vivências, são histórias da “minha quebrada”. A proposta é misturar essas porandubas, não para especializá-las, pois cada pessoa sente a dor do racismo de forma única, mas, sim, para mostrar que o racismo institucional da escola, que consubstancia o racismo estrutural sofrido por pessoas negras, são formas que se comunicam e inter cruzam em inúmeros episódios do/no cotidiano. São fatos que não deixam as pessoas negras esquecerem que “Meu filho, cê num é branco. Geral vestido igual, mas os canas te olharam diferente, eu só lamento” (DJONGA, 2018).

1.4. Justiça é cega vê tudo negro. Por isso todo culpado é negro. Todo morto é negro. Vocês são cegos. Meu som é o braile do gueto. (Abre caminho, baco exu dos blues, 2017)

Mas, afinal, quem são essas pessoas que narraram suas histórias para mim?

As coautoras desta pesquisa também são mulheres que carregam brilhantismo, exuberância, luminescência, assim como as “teóricas” aqui citadas neste texto. São 7 mulheres negras de histórias de vida completamente diferentes, mas com suas parecenças: mulheres pretas que falarão de afetividade, de subjetividades, que serão apresentadas nas escrevivências. Mulheres negras que falam do racismo cotidiano, das dores, das exclusões, dos seus sentimentos, das suas aflições. São professoras, estudantes, cantoras, contabilistas, empresárias; são mães, filhas, netas, sobrinhas que falam dos seus lugares e querem ser ouvidas. Falam de relacionamentos, de cabelo, de racismos vivenciados que as silenciaram por anos. Ao visitar essas memórias, a maioria foi unânime em dizer que não se sujeitaria e não se sujeita mais àquelas experiências passadas.

⁷ Dandara é uma personagem fictícia, que eu usarei na parte das escrevivências, aqui ela vozeia a narrativa de uma coautora da dissertação.

Os coautores desta pesquisa trazem histórias não menos duras e difíceis. São homens de orientações sexuais tanto hétero quanto homossexual, que falam de seus locais de fala. Vale ressaltar que, infelizmente, na busca por coautores para participarem da pesquisa, foi reduzida a participação do gênero masculino. Isso é algo que fala muito, dada a dificuldade de o homem negro de falar das suas dores, dos seus medos, das suas angústias.

Há nessa dificuldade de encontrar homens negros para narrarem suas experiências de racismo nas instituições de ensino, elementos característicos do racismo estrutural brasileiro. O patriarcado branco que silencia as experiências sociais, históricas, afetivas e políticas dos homens negros. O genocídio que mata, na sua maioria, homens, negros, jovens e pobres. O machismo que atravessa esse homem negro e que faz com que ele tenha dificuldade de expor fatos da sua vida pessoal. São todas questões que precisam ser refletidas na participação de apenas 2 (dois) homens, como coautores nas minhas escrituras.

Os coautores são de gerações etárias diferentes, mas que também não fugiram da vida dura. Porque é dura a vida de um homem negro no Brasil. As experiências são situações vividas e compartilhadas por outros homens negros que sofrem com a violência policial, com o preconceito, com a sexualização dos corpos. Tanto a experiência vivida pelos homens, quanto pelas mulheres se confundem com as minhas experiências e representam “O terror do homem negro, a solidão da mulher negra, manequins na vitrine, a cor não pega do crime, black faces, bad faces”. (BK, 2019).

O que fizemos (eu e as/os coautoras/es), nessas escrituras, tal como Conceição Evaristo e Carolina de Jesus, não com o mesmo talento delas, é evidente – e nesse caso a culpa não é das/dos coautoras/es, e, sim, apenas minha –, foi “*escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade*”. Por isso, eu “*busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha*”. Assim, nasceu a narrativa de “**Cadernos Negros, Casos de Racismo e Discriminação em Instituições de Ensino**”.

Parafraseando Conceição Evaristo, posso afirmar que nada do que está escrito lá nas páginas do meu ‘Cadernos Negros’ é verdade; nada do que está narrado nos meus (nossos) ‘Cadernos Negros’ é mentira.

Quando eu havia pensado nessas possibilidades de re(escrever) as histórias de racismo de pessoas negras, por meio das escrituras, não passava pela

cabeça que o mundo poderia estar prestes a viver uma pandemia, que mudaria a forma com que as pessoas se relacionassem. E foi por conta da pandemia do Coronavírus que as conversas que, antes foram idealizadas para serem presenciais, tiveram mudanças por respeito às inúmeras vítimas da Sars-Cov 2, sigla na língua inglesa para *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2**. Para garantir a saúde de todos/as envolvidos/as, os bate papos foram de forma não presencial.

Quando o rascunho do projeto foi submentido ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás, toda a trilha de conversas e contatos tinha sido pensada para que houvesse o “olho no olho”, o contato físico, presencial, entre mim e eles e elas. Porém, no meio da caminho, havia uma pandemia, havia uma pandemia no meio do caminho. Assim a maiorias dos/as selecionados/as foi conseguido por meio de postagens em redes sociais, por divulgação presencial (antes da pandemia) em instituições de ensino, além de indicação de amigos/as.

Depois desse contato inicial, eu tive que buscar uma aproximação maior com essas pessoas, afinal, essa proximidade era importante à medida que eu precisava ter acesso a histórias muito pessoais desses homens e mulheres. Dessa forma, decidi montar um grupo de mensagens instantâneas, onde os/as participantes foram inseridos/as e, assim, procurava sempre manter contatos, estabelecendo uma relação de informalidade com elas/es. Por meio desse grupo, eu também fazia postagens, informando casos de racismo no Brasil, assim como explicava em que estágio estava o projeto de que eles/as aceitaram fazer parte. Lembrando que, desde o início, eu os/as informei sobre qual seria a pegada da pesquisa de mestrado. Eles e elas sabiam que as histórias contadas seriam ressignificadas. Eu expliquei para as pessoas que as narrativas apresentadas seriam transformadas em minicontos, onde as re-histórias, com episódios inspirados naqueles relatos, se transformariam em escritas. Informei que, dessa maneira, eu queria dessilenciar e desinvisibilizar aquelas histórias contadas por eles/as. Acredito que o objetivo foi atingido no sentido de que as pessoas entenderam que intenção foi “Construir um texto ficcional com (fundindo) escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência” (EVARISTO, ANO, p. 9).

Posteriormente, agendei com cada uma e cada um as conversas, que foram feitas por meio de chamada de vídeo, gravadas com a autorização das pessoas envolvidas, exceto um caso, no qual a pessoa participante disse anteriormente que tinha dificuldade em chamada de vídeo e solicitou que a conversa fosse feita por meio

de texto escrito. Nesse caso específico, eu e a pessoa ficamos conversando ao longo de dias, sobre a sua vida e sobre as experiências de contato de racismo que ela enfrentou no seu cotidiano e especialmente nas instituições de ensino onde estudou.

Pude constatar, por meio dessas conversas “ao redor da fogueira”, que as experiências com episódios racistas são eventos comuns na vida das pessoas negras no Brasil. E aqui cabe refletir como essas construções se dão por meio da linguagem. Como as pessoas se comunicam por meio da linguagem, usando para isso palavras, gestos, expressões, símbolos, sinais e sons, pude perceber por meios dos relatos como aqueles atos racistas provocaram sentimentos diversos nessas pessoas. Ao longo de todo o processo era como se eu mesmo sentisse cada ato racista cometido contra cada um e cada uma. Senti porque já havia sentido, e de tanto sentir resolvi refleti mais sobre isso.

Todos/as relataram eventos racistas em instituições de ensino, porém vale dizer que, na maioria dos casos relatados, a atitude tomada pela pessoa que sofreu o racismo foi a de silenciamento. Alguns/mas chegaram a relatar, durante a nossa conversa, que tomaram consciência de que aquele ato foi uma manifestação de racismo anos depois, quando muitos já estavam no curso superior. Esse silenciamento diz muito sobre o racismo no Brasil. A máxima de que aqui se tem o pior racismo do mundo se efetiva, porque o racismo brasileiro é velado; ninguém admite ser racista; há controvérsias; é, antes de tudo, silenciado e invisibilizado.

Em todas vivências que essas pessoas compartilharam comigo, havia um elemento central: todas as pessoas eram estudantes considerados/as de excelência dentro do padrão de aceitabilidade da escola brasileira. E por trás do ato racista estava uma pessoa branca, seja estudante, docente ou diretor/a. Obviamente que pessoas não brancas também cometem atos racistas, mas, no geral, aqueles/as atores/atrizes sociais são os principais executores/as de um conjunto de opressão racial que se exhibe narcisicamente no dia-a-dia. E num país racista, as instituições de ensino ocupam um lugar de destaque no paradigma de dominação racial. São nas escolas e universidades que o/a racista mais se sentirá ameaçado/a no seu lugar de privilégios. Duvida? As nossas escrituras ajudarão você a compreender um pouco mais isso. Mas é importante que você saiba que modelos de opressão social e racial não se sustentam sem um aparato coletivo que o proteja e legitime.

Aprendi, desde pequeno, que inúmeras pessoas brancas usam o poder para proteger seus privilégios e conseqüentemente protegem pessoas brancas que

praticam ações racistas. Me lembro de uma vez na escola, quando já era professor, intervir numa situação de racismo praticado por um aluno branco contra uma menina negra. Tive que exigir que a escola assumisse aquela ação do estudante como um ato racista e não como “uma brincadeira entre crianças”. Queria acreditar que a direção da escola não estivesse sendo conivente com o racismo, mas, para isso, eu deveria desconhecer a história das pessoas que foram sequestradas no continente africano e foram humilhadas, violentadas, estupradas e assassinadas durante a captura, no trajeto, assim como quando pisaram aqui e continuam até hoje sendo exterminadas. Eu deveria me calar e fechar os olhos, mas eu decidi dizer não ao silêncio e à cegueira racial.

ATO II: MAKÁ

A palavra que dá nome a este Ato é muito frequente na fala cotidiana num país do continente africano, localizado na costa ocidental da África: Angola. A etimologia do nome Angola vem de uma derivação da Língua Portuguesa, a partir do termo em Banto, língua dos povos Bantus, que se localizam principalmente na África subsaariana, *n'gola*. Consistia num título dos reis do Reinado do Congo, na época em que o colonizador português ocupou o território de Luanda, ainda no século XVI. A palavra Angola tem raízes linguísticas no termo “*ngolo*”, que quer dizer força em quimbundo. A palavra *Maka* tem a mesma origem linguística, vem do idioma quimbundo e significa confusão, discussão, problema, ou seja, uma situação que possa gerar alguma discordância ou barulho. Opto por essa palavra para nomear este trecho. Com isso, comunico que, nessa parte, serão tratadas questões conceituais importantes para o desenvolvimento das argumentações contidas no texto.

Vou contar como a escravidão de pessoas negras gerou consequências na vida dos/as descendentes desses/as filhos/as da diáspora africana; evidentemente que os/as descendentes dos povos indígenas também sofreram e permanecem a sofrer com esse processo. Por isso, em muitas situações deste texto serão apresentadas também histórias relativas à exploração indígena no Brasil. Contar como se deu os desdobramentos dessa tradição escravocrata brasileira é fundamental para desconstruir mitos que permanecem vivos ainda hoje, como o mito da democracia racial e também a crença de que a escravidão foi benéfica para os/as

descendentes das inúmeras etnias escravizadas no país. Para fazer isso, articulo neste fragmento os seguintes temas: Raça, Racismo, Racismo Estrutural, Racismo Institucional, Branquitude, e Interseccionalidades de Raça, Gênero e Classe social.

2.1. Nação sem teto, angola, keto, congo, soweto (emicida, 2015)

Numa das poucas vezes que eu ouvi a Conceição Evaristo falar pessoalmente, uma frase dela me marcou, falo de cabeça por isso misturo minhas palavras com o que eu lembro ela dizer: “se o Brasil quisesse erguer um monumento em memória das pessoas negras escravizadas no país, essa homenagem deveria ser construída no fundo do oceano Atlântico”.

É inexata a quantidade de pessoas negras trazidas dos inúmeros países africanos para serem escravizadas nas Américas. Assim como é inexata a quantidade de povos originários que aqui viviam quando o invasor branco chegou. O que se sabe é que milhões de homens, mulheres, crianças, idosos foram vítimas de um brutal processo de escravidão, assim como também de um dos maiores extermínios que a história da humanidade já enfrentou. O trinitino C.L.R. James, no clássico *Os Jacobinos Negros*, conta que “Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez em terras do Novo Mundo na ilha de São Salvador e, após louvar a Deus, saiu a procura de ouro” (2010, p. 19). Mas o invasor europeu não se contentou em apenas roubar a riqueza mineral das Américas. Eles “introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome)” (JAMES, 2010, p. 19).

A escravidão nas Américas, por parte do europeu branco, começou com os povos indígenas. O Darcy Ribeiro (1995) conta que esses povos foram submetidos à escravidão durante o primeiro século de ocupação do invasor europeu. O índio era tido “como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca”. (RIBEIRO, 1995, p. 99). Desempenhando funções, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros, aprenderam ainda ofícios de tipógrafos, músicos, artistas plásticos e escritores com as missões jesuíticas.

Foi no século XVII que a escravidão negra passou a ocupar o lugar da escravidão indígena. Há vários motivos para que isso acontecesse; desde a

organização social indígena, onde o cultivo da terra, era função feminina, até a introdução da exploração mercantil de exportação. Mas o que pouco se sabe é que a desumanidade foi um elemento intencional nessa metamorfose, que ressignificou a existência de seres humanos, transformando-os em mercadorias. Esse empreendimento começava no processo de captura desses homens e dessas mulheres africanos/as e não findava nem mesmo com a morte desses corpos. C.L.R. James (2010, p. 22) aponta que

[o]s escravos eram colhidos no interior, amarrados juntos uns dos outros em colunas, suportando pesadas pedras de 20 ou 25 quilos para evitar as tentativas de fuga; então, marchavam uma longa jornada até o mar, que, algumas vezes, ficava a centenas de quilômetros e, esgotados e doentes, caíam para não mais se erguer na selva africana. Alguns eram levados até a costas em canoas, deitados no fundo dos barcos por dias sem fim, com as mãos acorrentadas, as faces expostas ao sol e à chuva tropical e com as costas na água que nunca era retirada do fundo dos botes. Nos portos de escravos, eles permaneciam amontoados num cercado para a inspeção dos compradores. Dia e noite milhares de seres humanos eram apinhados em minúsculas galerias nos “depósitos de putrefação”, onde nenhum europeu conseguiria permanecer por mais de quinze minutos sem desmaiar. Os africanos desmaiavam e se recuperavam ou, então desmaiavam e morriam; a mortalidade naqueles “depósitos” era maior do que vinte por cento.

Agora você sabe bem o porquê de os navios negreiros serem chamados de tumbeiros? Essas tumbas marítimas eram o local da desgraça, da fome, da miséria, da solidão e do medo. A degradação a qual eram submetidos/as fazia com que não morressem apenas “por causa do tratamento, mas também de mágoa, de raiva e de desespero” (JAMES, 2010, p. 23).

A monstruosidade, a inclemência e os sadismos eram marcas constantes no processo de captura e transporte desses/as milhões de homens e mulheres, que, arrancados/as do seu lugar de nascimento e vivências, eram amontoados/as nos porões de navios, embarcação com que nunca haviam tido contato. O medo imperava e, não bastasse isso, os sicários capitães desses tumbeiros faziam a travessia ser ainda mais dolorosa. C.L.R. James (2010, p. 23) conta que “para avivar-lhes os ânimos, tornou-se costume levá-los ao tombadilho uma vez por dia e obrigá-los a dançar”. A ocasião se tornou oportuna para que muitos/as pulassem ao mar e regozijassem “em triunfo enquanto se afastavam do navio e desapareciam sob a superfície” (p.23), fazendo lembrar a todos que “o tempero do mar foi lágrima de preto,

papo reto, como esqueletos, de outro dialeto, só desafeto, vida de inseto imundo; indenização? Fama de vagabundo, Nação sem teto, Angola (EMICIDA, 2015).

Os que sobreviviam à travessia não tinham melhor sorte. Assim que aportavam “a mercadoria” eram levados/as para as docas, não sem antes serem limpos/as; e terem as maltrapilhas vestes trocadas por panos não menos indignos, porém novos. Sobre a situação dessas “mercadorias”, assim narra James no esmerado *Os Jacobinos Negros*:

Os compradores examinavam-na à procura de defeitos: olhavam os dentes, beliscavam a pele, e ocasionalmente, provavam o suor para ver se o sangue do escravo era puro e se sua saúde era tão boa quanto a sua aparência. Algumas mulheres, fingindo curiosidade, examinavam os escravos de tal maneira que, se usassem a mesma liberdade com um cavalo, seriam escoiceadas por vinte metros ao longo das docas. Mas os escravos tinham que suportar. Então, para recuperar a dignidade que pudesse ter perdida após realizar um exame tão íntimo, a compradora cuspiu na face do escravo. Tendo-se tornado propriedade de seu dono, ele era marcado em ambos os lados do peito com um ferro em brasa. As suas tarefas eram-lhe explicadas por um intérprete e um padre o instruía nos primeiros princípios do cristianismo. (JAMES, 2010, p. 24).

A forma de tratamento desde a captura, passando pela travessia do Atlântico, à recepção que recebiam nos portos e nas docas, era apenas a iniciação de algo mais desumano que estaria por vir. As pessoas negras que foram escravizadas eram acordadas pelo estrido do chicote e por lamentos daqueles/as que não mais suportavam as dores que tomavam conta do corpo, após a longa jornada nas lavouras. “As suas tarefas começavam ao raiar do dia; às oito horas, eles paravam para um rápido desjejum e trabalhavam de novo até o meio-dia” (JAMES, 2010, p. 24). A jornada era sob um sol escaldante e sempre sobre o olhar vigilante de capatazes montados a cavalo e empunhando chicote e espingardas. O escravizado deveria sempre manter a cabeça baixa e jamais careceria de ousar responder o facínora do capataz. E assim a jornada de trabalho não remunerado prosseguia, “[r]etomavam às duas horas e seguiam até tarde, algumas vezes até as dez ou onze horas da noite” (JAMES, 2010, p. 24).

Penso que há uma relação entre o nascimento do modelo de produção social capitalista e o processo de escravidão negra e indígena nas Américas. No livro “O capital”, Marx (2013) delinea como o extermínio dos povos originários das Américas e a escravidão dos africanos foram elementos fundamentais nos albores do

desenvolvimento capitalista. No conhecido capítulo XXIV da obra clássica do alemão, declara:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravidão e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China e etc. (MARX, 1867, p. 821)

Foi por meio do comércio de seres humanos que a Europa se desenvolveu. A chamada modernidade europeia, período tido como de grandes avanços em diversas áreas, segundo a historiografia eurocêntrica, foi sustentada a partir de sangue, suor e lágrimas dos povos indígenas e africanos. Foram milhões de corpos negros usados como mercadorias pela indústria escravocrata lusitana-africana-brasileira. Darcy Ribeiro (1995) estima que a quantidade de pessoas negras trazidas para o país durante o período da escravidão pode ter chegado a 6 milhões de pessoas.

A análise do crescimento da população brasileira e de sua composição segundo a cor é altamente expressiva das condições de opressão que o branco dominador impôs aos outros componentes. Avaliamos em 6 milhões o número de negros introduzidos no Brasil como escravos até 1850, quando da abolição do tráfico; em 5 milhões o número mínimo de índios com que as fronteiras da civilização brasileira se foram defrontando, sucessivamente, no mesmo período; e em 5 milhões no máximo o número de europeus vindos para o Brasil até 1950. Destes 5 milhões, apenas 500 mil ingressaram no Brasil antes de 1850. (RIBEIRO, 1995, p. 228)

Até a proibição oficial do tráfico negreiro, era pequena a presença do europeu branco no país; o Brasil era tão somente uma grande colônia de exploração que sustentava a vida nababesca das elites europeias, assim como de uma pequena casta lusitana em solo brasileiro. O que marca tanto os períodos anteriores e posteriores a 1850, quando há um incremento na vinda de pessoas da Europa para o Brasil, é a violência, o assassinato, a bestialidade, a estupidez e a selvageria consubstanciada por meio do extermínio dos corpos negros e indígenas. Lembra da Conceição Evaristo, lá, no início deste Ato? Para se ter uma ideia, acredita-se que

pelo menos 1/3 das pessoas negras morreram na travessia do Atlântico, devido às péssimas condições às quais eram submetidas. Castro Alves, no poema *Navio Negreiro* (1880), lembra as condições insalubres das embarcações “o porão negro, fundo, infecto, apertado, imundo, tendo a peste por jaguar...e o sono sempre cortado pelo arranco de um finado, e o baque de um corpo ao mar...”

A escravidão negra no Brasil é algo que precisa ser recontada diversas vezes, pois ela é a gênese do processo de exclusão social ao qual é submetida a maioria das pessoas negras e pardas no país. O rapper Emicida evidencia isso na letra do rap Boa Esperança: “E os camburão o que são? Negreiros a retraficar. Favela ainda é senzala, Jão! Bomba relógio prestes a estourar” (EMICIDA, 2015). A história da escravidão negra no Brasil e nas Américas é uma página que precisa ser revisitada inúmeras vezes, pois, assim, é possível perceber como a sanha dominadora provoca atrocidades irreparáveis. Observe o que diz o antropólogo Darcy Ribeiro sobre essas memórias.

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açucares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar faminto a parca e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão. (RIBEIRO, 1995, p. 119)

E essa era a rotina das pessoas negras nas terras brasileiras. É impossível que um povo, uma etnia, que passe por uma situação dessas, por anos, saia indelével dessas condições inumanas de vida. A existência de uma cultura negra, de uma religiosidade negra, de uma história das pessoas negras no país, só é possível porque a história da escravidão negra no Brasil e nas Américas é a história da luta contra a escravidão. O que houve no Brasil e nas Américas foi um verdadeiro genocídio abençoado pela santa Igreja e executado pelas mãos do europeu branco.

Se é inexata a quantidade de pessoas negras trazidas para cá, os números são estimativas, não há dados oficiais, sobretudo pelo apagamento das histórias sobre o período escravocrata, não o é o lugar e a origem desses povos. As pessoas negras que vieram forçadamente para o Brasil foram trazidas principalmente da costa ocidental africana.

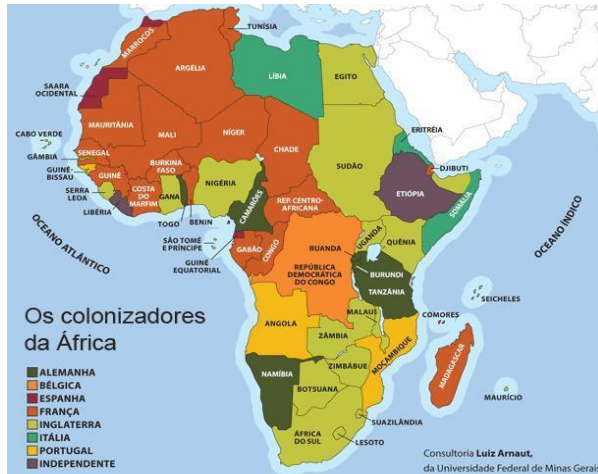


Figura 1: Mapa do Continente Africano. Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/21573786>

2.2. Éramos milhões, até que vieram vilões o ataque nosso não bastou. Fui de bastão, eles tinham a pólvora, vi meu povo se apavorar. E as vezes eu sinto que nada que eu tente fazer vai mudar (djonga, 2018)

A letra do rap “Corra”, do Mc Djonga, canta o processo de captura das pessoas negras no continente africano. A música faz uma intertextualidade com o filme homônimo do diretor Jordan Peele, Corra (2017). Tanto a obra musical quanto a cinematográfica abordam o racismo velado que marca a sociedade norte-americana e a brasileira. As obras falam da violência racial que sofreram e vêm sofrendo as pessoas negras, filhos/as da diáspora africana.

De acordo com os estudos de Nina Rodrigues (1932), havia três grandes grupos étnicos de africanos no Brasil no período escravocrata. O primeiro grupo era das culturas sudanesas e tinham como etnias principais o loruba, nomeados como nagô. Além disso, também havia os Dahomey, nomeados como Gegê. Nesse primeiro grupo, existiam ainda os Fanti-Ashanti, conhecidos como minas. Nesse grupo, que foram os primeiros a aportarem no Brasil, havia também representantes de grupos menores de lugares, como a Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim.

O segundo grupo enviado ao Brasil era oriundo das culturas islâmicas: os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do norte da Nigéria. Ocuparam principalmente o estado da Bahia e foram nomeados como negros malês no estado baiano e alufá no estado do Rio de Janeiro. Os malês foram responsáveis pela insurreição conhecida como Revolta dos Malês, na noite do dia 24 para o dia 25 de janeiro de 1835. Buscavam formar uma república islâmica no Brasil. O termo malê, de acordo com o dicionário Iorubá, vem de imalê e quer dizer muçulmano. A revolta dos Malês foi a insurreição mais marcante da primeira capital do Brasil.

E, por fim, o terceiro grupo era composto de etnias Bantu, que eram provenientes da região do Congo e da Angola. Essa região hoje corresponde ao território de Moçambique. A partir desses relatos, nota-se que a diversidade das etnias que compunham o que ficou conhecido como escravo africano no país. Erroneamente é comum ouvir as pessoas dizerem que as pessoas negras que foram trazidas para serem escravizadas no Brasil vieram da África, como se a África fosse um território unitário.

Vieram do continente africano e não da África, como muitos ainda insistem e costumam confundir, nomeando erroneamente o continente como sendo um país. O que chamam de África é, na verdade, um continente todo, com uma enorme diversidade étnica, linguística, cultural, religiosa, social e política. Conquanto haja uma forte presença da herança africana na nossa cultura, ignoramos a história do continente africano e de seu povo. As notícias e a pouca informação que é apresentada aos brasileiros sobre os países africanos apontam, na maioria das vezes, apenas para aspectos negativos, o que se mostra nos meios de comunicação brasileiros, e até mesmo nas escolas, sobre o continente africano é a miséria, a subnutrição, moléstias, conflitos e as intempéries naturais. Todos esses aspectos acabam por apresentar um continente de pessoas violentas e sem condições de aduzir um destino a si próprias e aos/as seus/suas descendentes.

O desconhecimento sobre a história étnica de um braço importante na constituição identitária do povo brasileiro é mais um traço do racismo, que está presente no DNA da Nação brasileira. O Jessé Souza (2019, p. 219) conta que, “Muito se fala sobre a escravidão, mas pouco se “reflete” a respeito dela. Fala-se na escravidão como se fosse um nome, e não um conceito científico que cria relações sociais muito específicas”. Refuto a colocação do autor e reafirmo que pouco se fala sobre a escravidão negra no Brasil. A elite econômica e social e parte da elite cultural

brasileira se recusam a tocar nessa ferida que jamais será cicatrizada. Acolha a afirmação de que é preciso refletir sobre o processo escravocrata brasileiro, pois é dele que advém o *racismo estrutural*.

O racismo no Brasil é herança da escravidão negra, que perdurou por mais de 388 anos. Alguns/mas podem até dizer que a escravidão acabou, mas para isso será preciso fechar os olhos para os/as milhares de negros/as encarcerados/as nos presídios, para as milhares de negras grávidas precocemente, para os milhares de jovens negros assassinados no país: “na gaveta gelada do IML vários amigos que foram abatidos pela cor da pele. Tática inimiga, bota a bala pra comer e menos um *nigga*” (MV BILL, 2018). Veja o que o Jéssé Souza (2019, p. 219) diz sobre isso:

Somos, nós brasileiros, portanto, filhos de um ambiente escravocrata, que cria um tipo de família específico, uma justiça específica, uma economia específica. Aqui valia tomar a terra dos outros à força para acumular capital, como acontece até hoje, e condenar os mais frágeis ao abandono e à humilhação cotidiana. [...]. Por conta disso, até hoje, reproduzimos padrões de sociabilidade escravagistas como exclusão social massiva, violência indiscriminada contra os pobres, chacinas contra pobres indefesos que são comemoradas pela população etc.

Para o psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2005), que escreveu sobre as consequências políticas do racismo colonial, os descendentes dos mercadores europeus, dos homens e mulheres escravizadas no/do continente africano, não devem assumir a culpa pelos crimes contra a humanidade provocados pelos seus antepassados. Porém, para ele aquelas pessoas têm a responsabilidade histórica e política de combater toda e qualquer forma de preconceito. A luta para mudar a realidade *negrofóbica* necessita do envolvimento de pessoas negras, indígenas e brancas. Na psicanálise fanoniana as fobias são manifestações de ansiedades, caracterizadas por medos e aversão a determinados objetos, animais ou situações. Essas manifestações são construções psíquicas alimentadas ao longo de anos e por eventos traumáticos, em alguns casos, de forma simbólica. Fanon (2008, p. 61) adverte:

Já dissemos que existem negrófobos. Aliás, não é o ódio ao negro que os motiva. Eles não têm a coragem de odiar, ou não a têm mais. O ódio não é dado, deve ser conquistado a cada instante, tem de ser elevado ao ser em conflito com complexos de culpa mais ou menos conscientes. O ódio pede para existir e aquele que odeia deve manifestar esse ódio através de atos, de um comportamento

adequado; em certo sentido, deve tornar-se ódio. É por isso que os americanos substituíram a discriminação pelo linchamento.

E o linchamento foi substituído por outras formas de opressão. Mas por trás dessas opressões que se iniciam com a escravidão negra no Brasil, há um conceito que foi preponderante na justificativa e na manutenção desse empreendimento escravocrata. Foi o conceito de raça, esse elemento sempre esteve presente no processo de formação social da sociedade brasileira.

2.3. Cocielo fez piada⁸, mas no beco ninguém riu, tava ensinando racismo pra um público infantil (dk, djonga, negra li, 2018)

Júlio Cocielo é um “*youtuber*” brasileiro. O canal que ele mantém na plataforma de vídeos YouTube possui mais de 19 milhões de inscritos/as. Além disso, Cocielo tem mais de 8 milhões de seguidores/as no *Twitter*. Em ambas as redes sociais, o “*youtuber*” já fez várias postagens racistas. Em novembro de 2010, por exemplo, ele publicou o seguinte texto: “Porque o Kinder ovo é preto por fora e branco por dentro? Porque se ele fosse preto por dentro o brinquedinho seria roubado, KKK #maldade”. Em 2018, ele fez mais um comentário racista, dessa vez envolvendo o jogador francês Mbappé. No jogo pela copa do mundo daquele ano, Cocielo publicou no *Twitter* que “mbappé conseguiria fazer uns arrastão top na praia hein”, após o atacante francês marcar um gol contra a Argentina. Em meio à polêmica que gerou a postagem, o humorista apagou o *post* e já lançou mão da velha desculpa de que era uma “brincadeirinha”. Olha o que diz Grada Kilomba (2019, p. 136) sobre essas situações:

Esses comentários supostamente engraçados, piadas racistas e formas de ridicularização, são integrados em conversas casuais e apresentadas como comentários casuais para ventilar seus verdadeiros significados racistas. Poder e hostilidade contra o povo negro são exercidos sem serem necessariamente criticados ou mesmo identificados – afinal, uma piada é só uma brincadeira.

⁸ Link da matéria https://www.geledes.org.br/mbappe-conseguiria-fazer-uns-arrastoes-top-na-praia-youtuber-julio-cocielo-e-piada-racista-contra-jogador-da-franca/?gclid=Cj0KCQjwmluDBhDXARIsAFITC_5FFkp_TYmFrsCT8TPRwKPIIxEOPIs4E6YBi6T1LoyYvV8lx540aHcaAmBxEALw_wcB

Por detrás do comentário racista de Cocielo, tanto em relação ao aspecto do *Kinder ovo*, quanto ao jogador francês Mbappé, estava a cor/raça ao qual o produto e o atleta estão associados: preta/negra.

É comum, nos debates sobre a questão de raça e racismo no Brasil, aqueles/as que defendem o mito da democracia racial terem como argumento central a frase: Só existe uma raça, a raça humana. Essa mentira pode ser repetida mil vezes e, ainda assim, não se tornará verdade. Essa máxima cartesiana apenas mostra um aspecto do racismo ou das diversas manifestações de racismo existentes na sociedade. A concepção individualista de racismo parte de uma perspectiva de analisar o racismo como algo individual e fruto de desvios de condutas que podem ser morais ou mesmo patológicos. É uma falsa ideia sustentada em expressões, como “somos todos uma só raça”, “racismo no Brasil não existe, tenho amigos negros”, “eu até gosto de uma escurinha”, em frases que viram lugares-comuns na fala das pessoas que insistem em negar o racismo.

Por isso é preciso desmistificar ideias como essas, para isso é imperativo investigar como esses conceitos surgem e demonstrar como eles são apresentados muitas das vezes como orgânicos, exatamente para criar um discurso tido como normal e natural.

As investigações sobre raça em seres humanos são tão antigas quanto a história da própria ciência. Basicamente os estudos se dividiam entre dois grandes grupos: monogenistas e poligenistas. Essas duas visões disputaram a hegemonia no campo científico no período compreendido entre os séculos XVIII e XIX, fato que, de acordo com Bethencourt (2018), só foi atenuado, mas não eliminado pela proposta evolucionista de Charles Darwin. Os monogenistas acreditavam na existência única da ascendência entre os seres humanos, já os poligenistas defendiam uma criação plural. Ao longo dos anos, esses dois grupos se rivalizam no entendimento sobre o conceito de raça em seres humanos. São séculos e séculos de teorias.

Assim seria impossível trazer para esse trabalho todas as questões sobre o conceito de raça estudados até aqui. Dessa forma, opto por um recorte específico para debater o tema. A ideia de modernidade é fundamental para entender essa racialização dos seres humanos, a partir de traços fenótipos. Parte da biologia a proposta de classificação que é medular para estabelecer a ideia de raça entre os grupos humanos. Quando Carl Linnaeus, ou Lineu (1707-78), em 1735, lançou o seu clássico *Systema Naturae*, ele colocou os seres humanos no centro do reino animal.

A classificação do que se entendia por vida, estabelecida por Lineu inaugurou um sistema taxinômico que, ao longo dos anos, colocou o europeu branco (destaque também para a questão de gênero) no topo da hierarquia do conceito de raça. Além desse homem branco europeu, o homem foi classificado em mais três grupos: “americano, definido como vermelho; asiático, definido como escuro; e africano, definido como negro” (BETHENCOURT, 2018, p. 344). Essa classificação rude e simplória, que levava em conta aspectos relacionados à cor da pele, foi sendo elaborada e aceita pela própria ciência eurocêntrica. Nas próximas edições Lineu incorporará outras características àquela catalogação. Observe o que o Francisco Bethencourt escreveu:

Mantiveram-se as quatro categorias iniciais, mas estas foram desenvolvidas com a inclusão de atributos físicos e psicológicos: os americanos eram definidos como acobreados, coléricos e eretos, com cabelo preto, liso e grosso, narinas largas, rosto anguloso e barba rala; como satisfeitos e livres; e pintando-se com linhas vermelhas finas, regulados por costumes. Os europeus eram pálidos, sanguíneos e musculosos, com cabelo sedoso amarelo ou castanho e olhos azuis; eram ágeis, perspicazes e inventivos; e cobriam-se com vestes apertadas, regulados pelos costumes e pela lei. Os asiáticos eram escuros, melancólicos e rígidos, com cabelo preto e olhos escuros; eram severos, orgulhosos e ambiciosos; usavam roupas largas; e eram governados pela opinião. Os africanos eram negros, fleumáticos e descontraídos; tinham cabelo preto encrespado, pele acetinada, nariz achatado e lábios grossos; eram indolentes, negligentes e astuciosos; untavam-se com gordura; eram governados pelo capricho. (BETHENCOURT, 2018, p. 345)

Essa separação dos seres humanos é fundamental para a formulação da teoria das raças, mas é preciso que se diga que ela não antecede o racismo, pensado, aqui, como um sistema altamente organizado, com implicações culturais, sociais e psíquicas (FANON, 2008). Ainda que a teoria das raças tenha um elevado grau de importância para gerar e corroborar a discriminação e a segregação, foram as ações racistas que sempre estiveram presentes na inter-relação entre as diversas etnias ao longo da história.

O racismo é um evento histórico, permeado sobretudo por meio das relações culturais e sociais. Há diversas interpretações sobre racismo, visões que vão desde historiadores que o defendem, como um episódio qualquer partilhado “por toda a humanidade, que surge de forma esporádica em circunstâncias especiais e que tem subjacente o orgulho de pertencimento e uma rivalidade natural entre adversários” (BETHENCOURT, 2018, p. 26). Dessa forma o racismo seria algo imanente aos seres

humanos; assim como visões que o vê associado tão somente ao modelo de produção social capitalista, associando preconceitos quanto à origem étnica “e as ações discriminatórias como princípios básicos ideológicos e políticos da acumulação de capital, que serve para manter os salários baixos e para justificar a exploração dos tipos humanos considerados inferiores” (BETHENCOURT, 2018, p. 27).

Ambas as visões são essencialistas e simplificam algo muito complexo: o racismo não pode ser pensado apenas ligado à questão econômica. Dessa forma, não se pensaria em racismo em sociedade de economia planificada, por exemplo; e ninguém é capaz de negar a existência de racismo em Cuba, onde a população afro-cubana também sofre racismo, assim como o racismo não pode ser visto como algo ligado à essência do ser humano, o que marca a visão individualista de racismo. Esse trabalho defende a ideia do racismo como algo que deve ser compreendido a partir das relações sociais, históricas e culturais de cada país. O racismo é um construto político e se conecta às especificidades econômicas de forma específica. O racismo é um sistema que usou das classificações dos grupos raciais para afirmar uma falsa superioridade de um grupo racial sobre o outro; foi e continua sendo usado como uma violenta política de Estado e, como tal, pode ser alimentado ou desencorajado pelos *aparelhos do Estado*, retroalimentado por uma engenhosa teia de memórias coletivas e de contingências – teias que tencionam e propõem, impõem e reivindicam mudanças numa sociedade marcada por essa tecnologia de poder.

A raça é um elemento estruturante nas relações sociais, históricas e políticas brasileira. O modelo de sociedade pensada a partir da ideia de modernidade/colonialidade elegeu a raça como fator de divisão entre os povos. E, obviamente, o racismo, como tecnologia de poder, também assume uma relevância importante nessa configuração societária. O Ramón Grosfoguel (2019, p. 11) diz que o racismo é um “princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero e religiosa”. O racismo, de acordo com Bernardino Costa, Maldonado Torres e Ramón Grosfoguel (2019), é o elemento constitutivo que delimita uma linha separatória entre aqueles/as que têm o direito a existir e os/as que não o tem. Um exemplo evidente disso é o extermínio da juventude

negra brasileira, que é vítima de um verdadeiro genocídio patrocinado pelas forças de segurança pública do Estado.

Esses jovens têm uma raça. Faço um recorte fundamental para o entendimento do texto e que foi evidenciado nos parágrafos acima: raça é pensada aqui como uma categoria social, histórica e cultural. Raça neste texto é analisada pelo viés construído ao longo desses anos. É essa visão que categorizou os seres primeiro em diferenças físicas e, depois, em culturais e sociais, sendo fundamental para se instituir a tecnologia do racismo. Sim, nomeio racismo aqui na definição de Mbembe quando esse afirma:

Que a “raça (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles. (MBEMBE, 2018, p. 18)

A raça foi usada como elemento definidor de humanidade. A chegada do processo “civilizatório” europeu trouxe a raça branca como modelo universal de homem. Essa ideologia desracializou os povos indígenas, assim como os africanos que foram usados como força de trabalho escrava nas plantações de açúcar e café. As pessoas negras e as indígenas foram acusadas de não terem “alma” e também foram comparadas a animais irracionais. Obviamente havia um sentido nessa desumanização de indígenas e negros/as.

O racismo é algo estrutural que se efetiva por meio das relações institucionais, que legitima, inclusive, o que vem a ser conhecimento científico ou não. A busca pela descolonização e conseqüentemente pela destruição da tecnologia que sustentou e continua a sustentar toda a herança do sistema colonial no Brasil, o racismo, passa pela luta antirracista, que se afirma nas posicionalidades implicadas, nos discursos daqueles/as que assumem a tarefa de que *“numa sociedade racista, não basta não ser racista é preciso ser antirracista”* Angela Davis.

2.4. Primeiro sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles, nega o deus deles, ofende, separa eles, se algum sonho ousar correr, cê para ele, e manda eles debater com a bala que vara eles (emicida, 2019)

O Estado, escrito com letras maiúsculas, é uma forma organizacional, cuja a existência é constituída de forma política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial específica. Há diversas formas de Estado, que se manifestam na maneira de organização política desses espaços de poder. Ainda que guarde semelhanças, cada Estado se organiza de acordo com as formações históricas e sociais de seus povos ou dos grupos que controlam a hegemonia desses lugares. Essa multiplicidade na forma de organização tem algo que é comum a todos os Estados: as instituições, lugar onde o Estado se consubstancia.

estabelece que as instituições são “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais. (ALMEIDA 2019 *apud* HIRSC, 2007, p.26)

Essa estabilidade, ao menos aparente, pois é impossível uma sociedade sem tensões, disputas e conflitos, é conseguida de diversas formas que incluem consensos, preceitos e normas que constituem as nações. Esses códigos de conduta são apresentados por meio de instituições, como as escolas, universidades, meios de comunicação, prisões, igrejas, empresas, aparelhos de segurança pública etc., e esses mecanismos operam sujeições nos indivíduos do Estado. Almeida (2019, p. 39) afirma que “as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências.”

Para o Silvio Almeida (2019) se admitimos que as instituições consubstancializam as determinações das formas de vida social, é possível inferir duas evidências:

a- Instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condiciona o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; b- as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição. (ALMEIDA, 2019, p. 39)

O pensamento de Silvio Almeida nos ajuda a entender que, numa sociedade como a nossa, o racismo é uma tecnologia de poder presente em todas as instituições.

Ou seja, não pode ser apenas uma manifestação individual. Há hegemonia de homens brancos, seja na política, nas reitorias de universidades, em direções de grandes e médias empresas. É a manifestação incontestável do *racismo institucional* que marca o Brasil. Essa forte presença desse padrão de ser humano dirigindo o conjunto da sociedade aponta a existência de mecanismos de exclusão que dificultam e barram o acesso a esses postos a corpos femininos, assim como corpos não brancos.

O Estado é o meio de efetivação do racismo. Observe o que o Silvio Almeida fala sobre isso.

O Estado moderno é, ou Estado racista – casos da Alemanha nazista, da África do Sul antes de 1994 e dos Estados Unidos antes 1963 –, ou Estado racial – determinados estruturalmente pela classificação racial -, não havendo uma terceira opção.
(ALMEIDA, 2019, p. 87)

A partir desse apontamento e trazendo novamente o Silvio Almeida para a conversa (2019, p. 87), quero dizer que “o racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados modernos”. O Estado moderno é o lugar onde o racismo é retroalimentado, entretanto ele também pode ser o meio pelo qual será possível combatê-lo. Ao instituir mecanismos que visem à pluralidade de raças em seus espaços de poder, as instituições contribuem para desmantelar toda essa rede racista que sustenta e alimenta essa tecnologia criminosa, que exclui milhões de homens e mulheres não brancos/as dos espaços de tomada de decisão. Mas, devagar com o andor que o santo é de barro! É preciso não se deixar levar pela armadilha do multiculturalismo, esse engodo neoliberal que colocará parcelas de não brancos em alguns postos para dizer que tem havido avanços. Mesmo em políticas de cotas, aquela fração que chega a ocupar esses postos, são não brancos que já possuem uma mínima estrutura social para chegar a esse local. Dúvida? Pergunte ao Jessé Souza.

O *racismo institucional* opera de forma sutil e, por isso, precisa ser combatido. É comum um grupo universitário de um curso de pós graduação se pronunciar contra um ato racista num departamento da universidade, se, por exemplo, algum professor/a fizer uma declaração racista a respeito de algum colega ou aluno/a. Porém, essa mesma comunidade não problematiza que, dentre os/as docentes do curso, seja mínima a presença de docentes não brancos/as. O combate ao racismo institucional numa universidade, por exemplo, passa pela descolonização dos currículos e não

somente pela postura de assumir uma política de cotas para entrada de estudantes, ou insurgir contra um ato racismo, seja dentro ou fora dos seus muros.

Mas é preciso que se diga que as instituições são apenas uma das frentes de batalha na luta antirracista. Veja o que Silvio Almeida (2019, p. 47) escreve sobre isso:

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

Se as instituições são racistas, porque a sociedade é racista, é preciso mudar as instituições para mudar a sociedade. Ou muda-se a sociedade para mudar as instituições? Não há linearidade nesse processo, e, sim, retroalimentação. A mudança da sociedade provoca mudança nas instituições e as mudanças nessas provocam mudanças na sociedade. Obviamente que a mudança numa instituição é algo que está mais próximo das pessoas. A luta antirracista reivindica que os espaços institucionais sejam mudados por dentro, a partir do comprometimentos daqueles/as que lutam por uma sociedade que vise abolir toda e qualquer forma de dominação social.

2.5. 80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo (emicida, 2019)

O racismo é uma tecnologia de poder que sustenta a desigualdade não apenas racial, mas também de gênero e de classe no Brasil. Sobre a relação entre essas interseccionalidades, abordarei no último tópico deste Ato. Por ora, quero falar da forma como o racismo estruturou as relações sociais no Brasil. O Brasil pode ser comparado a um castelo de cartas, com diversos pilares dando sustentação a esse castelo. Mas esse castelo mesmo com uma formação complexa, que envolve uma série de elementos; tem um pilar que o edifica. No centro da formação estrutural brasileira está o racismo. Assim, se você puxar a carta do racismo, todas as cartas caem. Por meio dessa metáfora é possível compreender o que é o *racismo estrutural* e como ele opera.

Para o Silvio Almeida (2019), há três concepções de racismo. A primeira, a individualista, que abordei no início desta seção, consiste numa ideia, onde o racismo

é apresentado de uma forma patológica, configurado como uma anormalidade restrita a práticas individuais ou de pequenos grupos. A segunda concepção, ainda de acordo com Almeida (2019), foi a abordada anteriormente. Nesse conceito o *racismo é institucional*, ou seja, é algo praticado de forma cotidiana por instituições e mantém a hegemonia de um grupo racial, dos homens brancos, no poder.

Já a concepção *estrutural* do racismo, conforme conta o Silvio Almeida (2019), faz com que as instituições só atuem como atuam porque estão condicionadas a uma estrutura social que já existia antes delas. Quando uma instituição como a universidade, por exemplo, exclui dos seus bancos escolares e das suas cátedras estudantes e docentes negros/as, aquela nada mais faz do que expressar algo que existia antes dela. Ou seja, a universidade não cria o racismo, mas é fundamental para a manutenção dele. O racismo é assim um ingrediente presente na infraestrutura do fermento da ordem social, que é refletido nas instituições sociais. A Grada Kilomba (2019, p. 77) diz que

[o] racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos *brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de *racismo estrutural*.

A partir dessa lógica perversa do *racismo estrutural* é possível compreender como as estruturas sociais brasileiras são altamente racistas. Duvida? Olhe a situação das pessoas encarceradas no Brasil. Com uma população carcerária estimada em quase 800 mil pessoas, de acordo com dados do sistema de informações penitenciárias (INFOPEN, 2018), bem acima da metade, aproximadamente 65%, são pessoas negras.

O *racismo estrutural* é ratificado ainda por meio da não representação de pessoas não brancas em instituições de prestígio social. Em tribunais de justiça e fóruns espalhados pelo país é raro se deparar com uma pessoa negra vestindo um terno e sendo chamada de doutor ou doutora. No geral as pessoas negras vestem uma camisa branca, ou laranja, e estão algemadas, ou são aqueles/as que limpam os banheiros, as salas de audiências e servem os cafezinhos para seus/suas algozes. Observe o relato do Esteves³:

Dá um frio na barriga quando se depara com uma viatura preta, sem placa com pessoas vestindo preto na madrugada de uma rua de qualquer cidade brasileira” (ESTEVES, 2020)⁹.

Esse trecho faz parte dos relatos obtidos por meio das conversas com os/as coautores/as desse trabalho. A maneira com que a pessoa expressa seu medo da polícia brasileira mostra que há uma instituição que tem subjacente às suas entranhas o racismo como política institucional e estrutural.

A coautoria desta dissertação fala do tribunal da rua, que sentencia a morte de milhões de jovens negros brasileiros. As histórias da periferia relatam inúmeros casos de jovens negros mortos pela polícia. São histórias que falam de jovens que saíram para uma festa, todos negros, e foram encontrados duas semanas depois. Os corpos estavam numa cova rasa num matagal, como bem canta o Emicida: “Cinco vida interrompida. Moleques de ouro e bronze. Tiros e tiros e tiros. Os menino levou 111 (Ismália). Quem disparou usava farda (meu crime é minha cor)” (EMICIDA, 2019). Esses fatos são para lembrar que, a cada 23 minutos, morre um jovem negro assassinado no Brasil e que “80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo, quem disparou usava farda” (EMICIDA, 2019).

Os casos remetem a vítimas da violência racial, são a representação da *necropolítica* do Estado brasileiro. A escravidão negra matou milhões de pessoas no Brasil e o *racismo estrutural* continua matando. Para se ter uma ideia de como o *racismo estrutural* é perverso, um homem negro no país tem até 12 vezes mais chance de ser assassinado do que o homem branco.

Você já tomou um baculejo? Já tomou uma dura? Um enquadro? Você já ouviu falar nesses termos? Essas expressões são bem conhecidas de jovens negros nas periferias das cidades brasileiras. A filtragem racial coloca a pessoa negra como suspeita quando está parada e criminoso quando está correndo. O nome disso é *racismo estrutural*.

Ângela Davis (2016), ativista americana dos “panteras negras”, costuma dizer que o ser negro foi uma invenção da modernidade para legitimar a escravidão no mundo, e eu acrescento: ser negro é ser a vítima preferencial do Estado para ser

⁹ Esteves é uma personagem fictícia, que eu usarei na parte das escrituras, aqui ele vozeia a narrativa de um coautor da dissertação.

executado. Mas, ao final desta seção, deixo algumas perguntas: o que separa uma pessoa negra/a de uma pessoa branca? O que faz uma pessoa ser escolhida como suspeita e outra ser excluída desta lista? Por que uma pessoa negra é seguida ao entrar num supermercado e uma pessoa branca não é. Perguntas, perguntas.

2.6. Privilégio branco é esses white trapper (djonga, 2020)

A busca pela reparação histórica, que combata os privilégios obtidos pelas pessoas brancas, em desfavor das não brancas, herdados a partir do empreendimento escravocrata brasileiro, é dever de todas e todos que acreditam na possibilidade da existência de uma sociedade justa e igualitária, que ofereça oportunidades equânimes aos descendentes de negros/as e indígenas escravizados/as no país.

Neste tópico, o objetivo é falar de um conceito que vem ganhando cada vez mais espaços dentro da narrativa do movimento negro e dos/as intelectuais negros/as, e que precisa ser debatido não só nos espaços da universidade, mas sobretudo na sociedade em geral: a branquitude. Em linhas gerais, a branquitude consiste num lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, que são apresentados como sendo naturais.

Os estudos sobre branquitude têm início nos EUA¹⁰ no fim do século XIX e primórdios do século seguinte, buscam estudar como a dominação do homem branco (o gênero é importante), se deu por meio de privilégios criados e mantidos por esse grupo racial. A branquitude tomou para si todos os benefícios da vida em sociedade e conseqüentemente excluiu, num primeiro momento, mulheres brancas, mas fundamentalmente homens e mulheres não brancos, de direitos básicos. A branquitude se situa num campo onde o homem branco está no poder e, a partir desse lugar, ele nomeia os seus aspectos culturais, históricos, políticos e científicos como narrativas hegemônicas

No Brasil os estudos sobre branquitude podem ser identificados em Guerreiros Ramos, com o livro *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1995), em

¹⁰ Aqui deixo alguns referencias para que queria se aprofundar no tema: W.E.B. Du Bois, com o seu *Jefferson Davis as a Representative of Civilization*, 1890, e também *Darkwater: Voices from Within the Veil*, 1920. James Baldwin com o esmerado *The Fire Next Time* (1963), além de outros nomes, como Theodore W. Allen, que escreve, em 1976, "*The Invention of the White Race*", e Ruth Frankenberg, com *White Womem, Race Matters: the Social Construction of Whiteness*, em 1993.

especial no ensaio sobre a *Patologia social do branco brasileiro*. É preciso citar também, neste trabalho, a tese de doutoramento da pesquisadora Lia Vainer Schucman, psicóloga que estudou como a ideia de raça e seus desdobramentos são apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo: *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, 2012.

O conceito de branquitude parte de uma resposta da universidade para a Antropologia, que sempre elegeu o homem branco como lugar de estudos relacionados a poder e posição social de prestígio na sociedade. No Brasil, o movimento negro, assim como pesquisadores e pesquisadoras negras, investiga e escancara esse lugar do branco na sociedade, que foi, por anos, apresentado como normal e natural por meio de uma narrativa histórica, evidenciando como o branco brasileiro construiu esse lugar de poder, sustentado nos privilégios e na opressão a pessoas não brancas. A branquitude é mais um elemento do chamado racismo estrutural brasileiro, apresentado no tópico anterior.

Denunciar racismo, tocar em assuntos como feminismo negro, privilégios brancos e etc. é discutir como os homens e mulheres brancas foram os/as primeiros/as a serem privilegiados/as com uma série de medidas que possibilitou que fossem beneficiados/as em todas as formas de políticas implantadas por parte do Estado. Seja por meio de regimes monárquicos, imperiais e republicanos, seja por meio de governo de esquerda ou de direita, sempre o que prevaleceu foi o privilégio branco. Os estudos críticos de branquitude tentam apresentar como o homem branco se vê dentro de posições estruturais na sociedade e como ele se posicionou diante da escravidão, da segregação. Tentam apresentar hoje como ele se porta perante o racismo, o sexismo, o machismo. Será que as pessoas brancas, que são maioria nos espaços de poder, olham ao seu redor e questionam o porquê de esses espaços serem ocupados majoritariamente por pessoas brancas? Por que será que estudantes de medicina, na maioria homens e mulheres brancas, não se questionam o porquê da não presença de pessoas negras dividindo bancos universitários com eles/as? Afinal é “normal e natural” que juízes/as, promotores/as de justiça, delegados/as sejam formados por uma maioria de pessoas brancas, enquanto garis, copeiras, auxiliares de serviços gerais sejam formados por uma maioria de pessoas negros/as? Perguntas, perguntas.

Quero chamar a sua atenção para que você pense sobre como esse processo se deu. A formação do Estado moderno nacional, com seus privilégios a grupos específicos, surge dentro do contexto de três processos fundamentais para a constituição do Brasil. Primeiro a colonização europeia trouxe para o país a chamada civilização. A civilização que o invasor branco europeu traz são na verdade conceitos, como modernidade, iluminismo, racionalismo, Direito, educação formal, colonialismo e a escravidão. O racismo nas terras brasileiras é filho do colonialismo, porque a ideia de raça chegou ao Brasil pelas mãos do movimento de expansão imperialista europeia. O branco, ao pisar nas Américas, trouxe consigo o ideal de civilização moderna; essa modernidade europeia representou o genocídio e a escravidão de milhões de povos indígenas e africanos. O racismo às pessoas de tez preta no país é primogênito da escravidão negra, escravidão essa idealizada e efetivada pelo imperialismo europeu e sustentada por uma elite lusitana e, posteriormente, nacional. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão negra. Essa tecnologia social nasceu e foi sustentada a partir do privilégio branco. Além do colonialismo, a colonização europeia criou também o imperialismo, o anti-semitismo, o nazismo, o stalinismo. O branco continua sendo a manifestação do Espírito, da Ideia e da Razão. O branco colocou em si mesmo a Humanidade.

Na estrutura de grupos sociais da nascente sociedade brasileira, a posição dos indígenas e das pessoas negras era uma só: a de servir ao branco. Milhares de corpos indígenas foram dizimados, porque, aos olhos do europeu, eram um recurso inesgotável. As mulheres indígenas foram usadas como escravas sexuais para o alívio da necessidade sexual do europeu branco e para a produção de sujeitos mestiços, como forma de produzir um ser social educado pelo colonizador, mas com a resistência às especificidades da terra.

Primeiro dizimaram milhares de corpos indígenas e depois passaram a dizimar corpos negros em jornadas de trabalho de 18 horas diárias nas grandes plantações de café e de cana-de-açúcar; posteriormente, nas minas de ouro. A civilidade europeia deixou um rastro de sangue e ossos triturados por onde passou. A cortesia europeia estuprou mulheres e mutilou corpos, tanto física quanto emocionalmente. “O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos. Isso decidimos não esquecer mais”. (FANON, 2015, p. 116-117).

A colonização europeia foi assentada sob a ideia de que havia uma raça digna de ser tratada como humana: a raça branca. A sociedade brasileira foi estruturada sob a noção de privilégio ao branco, sob a branquitude ou mesmo sob o padrão que se aproximava do branco. Um dos critérios usados para que a negra fosse levada a viver na Casa Grande era o tom da pele. A manutenção desses privilégios, baseados em cor de pele, só foi possível porque o Estado institucionalizou o privilégio branco e colocou o racismo na sua estrutura; o racismo foi o cimento social do Estado brasileiro. O racismo estrutural é um processo onde as condições de discriminação operam por meio de Leis, normas, condutas e preceitos. O Estado é o segundo elemento fundamental para se entender as relações de raça no país.

Vou retomar o conceito de Estado, já apresentado anteriormente, qual seja, de uma instituição organizada política, social e juridicamente ocupando um território definido, instituição onde normalmente a lei máxima é uma Constituição escrita e dirigida por um governo, possuindo assim soberania interna e externa. Esse conceito é importante para entender como o Estado brasileiro institucionalizou o privilégio branco, um privilégio sustentado juridicamente, pois tanto a primeira Constituição brasileira, que data de 1824, quanto as outras seis Cartas Magnas que vieram (1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988), foram fundamentais para a implementação e manutenção do racismo.

Ao tratar da igualdade de direitos na primeira Constituição, proclamada dois anos após a independência, o artigo 179, no parágrafo XIII, expressava que a “Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um”. Mas essa igualdade ignorava de forma solene o regime escravocrata que, formalmente, apenas irá receber uma sanção por parte do Estado no ano de 1888. Para o conjunto de Leis e ordenamentos jurídicos brasileiros, os povos indígenas e as pessoas negras escravizadas não eram cidadãos, e, sim, reduzidas à categoria de coisas, bens.

O escravo podia pertencer a mais de um proprietário, como objeto de condomínio. Nesses casos o escravo seria alugado a um dos condôminos ou a terceiros, Ord., Ls IV, Tit. 96, § 52: **"Tendo os herdeiros ou companheiros, alguma coisa, que não possam entre si partir sem dano, assim como escravo... não há devem partir, mas devem-na vender a cada um delles, ou a outro algum qual mais quiser em ou por se aprazimento trocarão com outras cousas... e não poderem por esta maneira a vir, arrendala-ão e partirão entre si"**- (Grifo da autora). (PRUDENTE, 1988, p. 136).

Numa sociedade organizada a partir da troca mercantil, a transformação de pessoas em mercadorias, bens, coisas, constitui-se um dos pilares de sustentação do racismo, configurando-se como uma tecnologia de poder, sendo impossível pensá-lo indissociável das relações de classe e gênero. Mais à frente tratarei da questão da classe como o terceiro elemento fundamental na sustentação do racismo no Brasil. Por ora, antes de entrar no debate de classe e gênero, quero dizer que a ideologia é também um elemento importante na análise conjuntural da criação e manutenção do racismo no Brasil e no mundo. A ideologia é entendida, aqui, como um processo de subjetivação da realidade. Ideologia veiculada por meio da linguagem que constrói e constitui imaginários e estereótipos racistas. A Grada Kilomba (2018) fala das metáforas que são associadas à figura do homem e da mulher negra, “a metáfora da/o “africana/o” como “macaca/o” torna-se efetivamente real, não por ser um fato biológico, mas porque o racismo funciona através do discurso” (KILOMBA, 2018, p. 130). E ela prossegue:

O racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano – África – selva – selvagem - primitivo – inferior – animal – macaco. (KILOMBA, 2018, 130).

Para a autora, tais elos de associação são operados por meio de um processo que a psicanálise nomeia como sistema de *deslocamento*. A Grada Kilomba (2018) escreve que no *deslocamento* a pessoa transfere a atenção de uma imagem mental para outra, deslocando a atenção da primeira e transferindo para uma segunda imagem, que está, por seu turno agregada a imagem inicial, por meio da associação. Nesse jogo a estrutura semiótica é preponderante para que o deslocamento ocorra. Bakhtin (1995, p. 34) adverte que

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos.

De forma simples isso, quer dizer que, na expressão cotidiana do racismo na língua/linguagem, termos como “esclarecer”, “trazer à luz”, “deixar as coisas mais

claras” são construção ideológicas que colocam o ideal branco como alvo desejável. Veja como o racismo é uma tecnologia de violência, que opera sobretudo na linguagem social, que se expressa de várias maneiras, por meio de palavras e expressões que são naturalizadas pela sociedade. Dentro da língua portuguesa brasileira há várias frases racistas.

Lanço mão aqui de dois exemplos: a palavra denegrir, que quer dizer tornar escuro. O sentido que essa palavra assume no cotidiano denota um sentido desclassificatório racista. A palavra denegrir pode e deve ser substituída por difamar. Outros exemplos são relacionados ao cabelo: cabelo ruim, cabelo pixaim, cabelo “Bombriil”, cabelo duro. Essas são associações ligadas especialmente às pessoas negras.

Cabelo está ligado à consciência política, ao racismo cotidiano e à internalização discursiva que as pessoas negras fazem disso. Kilomba adverte (2018, p. 126-127):

Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período da escravidão. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores *brancos*, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, *negras e negros*, foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial.

Retomando a questão discursiva e de como o racismo se efetiva pela/na linguagem, é possível perceber o racismo naturalizando situações que não têm nada de naturais. As expressões racistas citadas no parágrafo anterior são produtos da nossa história, da nossa sociabilidade que tem, no seu passado, mais de três séculos de escravidão negra. É preciso dizer que as frases racistas não são palavras sem sentido e sem intencionalidades; elas expõem a perversidade do racismo institucional e estrutural brasileiro. Por meio da linguagem, pode-se perceber que não há

ingenuidade nas expressões racistas, e, sim, uma retroalimentação do racismo existente nas entranhas do país.

Como último país a abolir a escravidão negra das Américas, o Brasil edificou uma estrutura social pautada na exclusão das pessoas negras ao direito à cidadania e à existência plena. Esse racismo que é efetivado também por toda uma legislação racista, exclui as pessoas negras do direito à moradia, à saúde, à alimentação, à educação. Toda essa tecnologia do racismo enraizou-se na sociedade por meio das práticas racistas sustentadas por meio da linguagem: Leis, normas, decretos, enfim, o ordenamento jurídico do Estado criou o Brasil racista de ontem e de hoje.

Essas Leis criaram excrescências históricas. Um exemplo disso é o de que as pessoas negras que sempre trabalharam no Brasil, no período posterior à abolição do regime de escravidão, em 1888, foram impedidas de exercer qualquer tipo de ofício. Havia sem dúvidas um objetivo por trás disso, o de desvalorizar o trabalho das pessoas negras para remunerá-lo de forma precária e insignificante.

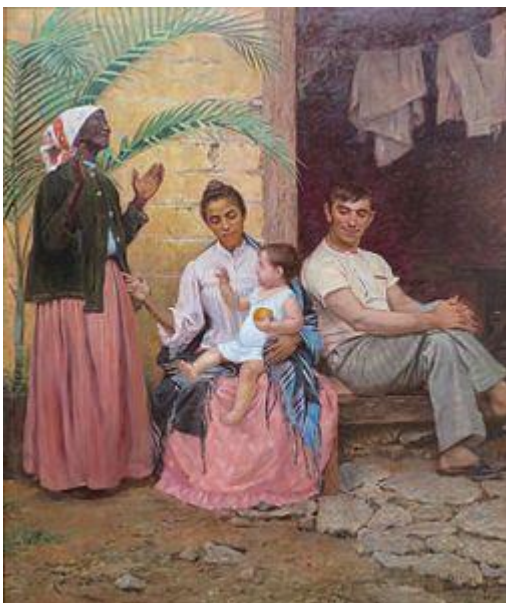
Veja a questão da Lei de terras instituída no período colonial. A Lei é um exemplo explícito do privilégio construído pelo Estado brasileiro e relegado à branquitude no Brasil. Aprovada duas semanas após a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia a entrada de africanos escravizados no Brasil, a Lei de terra, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, determinava o fim da apropriação de terras. Na teoria nenhum terreno poderia mais ser apropriado por meio do trabalho, mas somente mediante a compra por parte do Estado. As propriedades que já estivessem ocupadas deveriam ser medidas e colocadas à condição de utilização, caso contrário seriam consideradas devolutas, e o Estado as negociaria para quem lhe interessasse.

Essa Lei de terra foi o início do processo de embranquecimento da sociedade brasileira e privilegiou estrangeiros brancos. Além de impedir que as pessoas negras escravizadas obtivessem a posse de terras por meio do trabalho, que seria a única forma de elas obterem os terrenos, pois não tinham posses, a Lei concedeu subsídios do governo à imigração de colonos vindos do exterior para serem admitidos no Brasil, desvalorizando, assim, o trabalho das pessoas negras antes escravizadas. A partir daquele momento, jogou-as na extrema miséria. Em 1890, o Decreto 847 dos vadios e capoeiras criminalizava pessoas que praticassem religião de matriz africana ou capoeira. Elas poderiam ser encarceradas, ou seja, seria o começo também da história sobre o encarceramento de homens e mulheres negras neste país.

Em 1911, após um grupo de intelectuais brasileiros participar do Congresso Mundial das Raças, liderado pelo Dr. João Batista de Lacerda, o Brasil cria a Lei número 9.081, que cria a cotas para brancos no país. A Lei garantia aos colonos brancos direito a terras, à educação, à saúde e à cidadania. São as famosas colônias. E para os/as Negros/as? Nada.

A vinda desses colonos brancos é mais uma face do racismo estrutural brasileiro e foi sustentada em ideias eugenistas. Na primeira Constituição de 1934, já consta o substantivo eugenia. No artigo 138, parágrafo B, o texto dizia: “Estimular a educação eugênica”, ou seja, branquear o país, dizimar o enorme contingente de negros e negras livres. No Brasil, país que foi o destino de milhões de africanos, que para cá vieram para serem escravizados nas plantações de açúcar, café e posteriormente nas minas de ouro, as ideias eugenistas ganharam força no início do processo de desenvolvimento do capitalismo. Homens, como Nina Rodrigues, Alberto Sales, Silvio Romero, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, se constituíram em grandes nomes da intelectualidade brasileira, propagando ideias racistas em suas obras. Gilberto Freyre foi o intelectual brasileiro responsável pela afirmação do mito da democracia racial, Freyre romantizou o estupro de meninas negras e indígenas.

O embranquecimento foi um projeto do Estado brasileiro, o artista espanhol Modesto Brocos lecionava na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Lá, ele pintou *A Redenção de Cam*.



Modesto Brocos, 1895.

Além da intertextualidade com texto bíblico do Cristianismo remetendo a Cam, apontado na Bíblia como suposto ascendente das raças africanas, o quadro é uma

apologia à eugenia no país. A anciã negra louva aos céus o fato de o neto ter a pele clara, redimindo o descendente do destino dos seus ancestrais.

Saber como esse mito se constitui é fundamental para compreender as relações raciais de hoje. A construção desse mito passa pela divulgação das ideias eugenistas no Brasil. Para reconstituir essa linha, retomo o conceito de raça, que já fora apresentado no início desta seção, e que surgiu a partir do século XVI, no início da modernidade. Tido como raça universal os brancos europeus exportaram para outros povos o seu ideal de civilização. Com o advento da modernidade, surgem conceitos, como colonialismo, escravidão, como empreendimento mercantil, iluminismo, racionalismo, Estado, direito, educação e ciência, a grande responsável pela divulgação das ideias eugenistas. É no século XIX que o discurso sobre raça tomará contornos científicos. A ciência positivista eurocêntrica está na base da ideologia do racismo nos Estados modernos. Foi Francis Galton (1822-1911) que criou o conceito de eugenia, que “consiste no estudo dos agentes sob controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das gerações seja física ou mentalmente” (GOLDIM, 1998).

A eugenia enquanto pseudociência foi utilizada como fundamento para a consolidação do racismo estrutural brasileiro. Ao atribuir valor negativo às pessoas negras brasileiras, a eugenia definiu o branco como o padrão de raça ideal. O Silvio Almeida (2019) conta que o racismo é a normalização das relações no padrão de racionalidade. A racionalidade neste caso seria uma racionalização, uma idealização branca. Por isso, uma das principais características do racismo estrutural é o privilégio da branquitude. Para a pesquisadora Lia Vainer Schucman, não é tarefa fácil nomear o conceito de branquitude.

Definir o conceito de branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade branca. Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se inter cruzam, se colam e se descolam uma das outras, dependendo do país, região, história, interesses políticos e épocas em que estamos investigando. Ser branco e ocupar o lugar simbólico da branquitude não é estabelecido apenas por questões genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. Portanto, branquitude precisa ser considerada como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis. (SCHUCMAN, 2012, p. 22-23)

Essas provocações que a autora faz são importantes, porque a branquitude é um conceito que leva em conta as especificidades de cada lugar. Ser branco nos EUA é diferente de ser branco no México ou mesmo no Brasil. No país norte americano, ser branco está relacionado à questão genética, ao passo que aqui, no Brasil, é levado em conta traços fenótipos e também ao status social. Ser branco no país é ser a representação do prestígio social, de lugar de comando, de aceitação, de um padrão tido como “normal”. Ser branco é não ser taxado como bandido, apenas porque se está correndo. Ser branco no Brasil é poder usar um terno e não ser confundido com um segurança ou um garçom, ser branca no Brasil é poder usar uma roupa branca e não ser chamada de babá. Apresento essas categorias profissionais não para desvalorizá-las, e, sim para evidenciar como o branco e a branca existem sem ser essencializado/a no país.

A Lia Vainer Schucman conta que:

a branquitude é entendida como uma posição em que os sujeitos que ocupam essas posições foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos. (SCHUCMAN, 2012, p. 23)

Esses privilégios foram obtidos pela exclusão dos não brancos/as a direitos. Esses processos de privilégios foram “gerados inicialmente pelo colonialismo e imperialismo; se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

Obviamente que esses privilégios da branquitude são amparados numa complexa rede de poder, que passa inevitavelmente também pela academia brasileira. O discurso científico da intelectualidade brasileira é preponderante na construção da identidade das pessoas negras no início do século XIX e persiste até hoje. Essas discursividades se expressam/vam por meio de Leis, decretos, normas jurídicas, romances, peças de teatro, músicas, poemas, filmes, novelas, imprensa... por meio deles que se construíram/constroem imaginários e negações às pessoas negras do direito à existência enquanto seres humanos. Os estereótipos e as práticas racistas, criadas ao longo dos séculos, são determinantes nas condições dos homens e mulheres negras no Brasil contemporâneo, e foi na educação que esse discurso racista encontrou seu principal vetor de transmissão.

Foi por meio da língua/linguagem que o racismo se efetivou na escola, sobretudo após o fim da proibição de pessoas negras frequentarem as instituições de ensino. Frantz Fanon no conhecido capítulo “O negro e a linguagem”, do livro “Pele Negras, Máscaras Brancas”, escreve que a língua/linguagem está no centro da constituição do racismo.

atribuímos uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem. É por essa razão que julgamos necessário este estudo, que pode nos fornecer um dos elementos de compreensão da dimensão para-o-outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro (FANON, 2008, p. 33).

As identidades das pessoas negras foram construídas a partir desse outro, dessa Outridade, um outro branco. Essa construção se deu por meio da linguagem, do discursivo. Bakhtin (1995, p. 35) afirma que “a consciência individual é um fato socioideológico”, assim como a psicanálise lacaniana, pensada a partir da economia psíquica de Freud, evidencia que a experiência psicanalítica é uma experiência de linguagem. De acordo com Lacan (1995), o inconsciente é formado a partir da linguagem. As experiências de linguagem que as pessoas negras tiveram/têm na escola moldam/ram o inconsciente dessas pessoas. Conforme aponta Fanon (2018), o ego da pessoa negra é controlado por um superego do branco. Toda essa economia psíquica se efetiva por meio da língua/linguagem.

Foi e continua sendo por meio da língua que as instituições educacionais brasileiras constroem o que é ser negro/a no Brasil. Esse fato se mostra em livros didáticos e paradidáticos, na fala dos/as professores/as, nos inúmeros enunciados que aquelas instituições veiculam. O Frantz Fanon (2008, p. 34) conta que

[t]odo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

Por isso, não se pode pensar o racismo estrutural brasileiro separado do projeto político educacional. A desigualdade educacional entre branco e não brancos no Brasil reflete sobretudo na desigualdade social, que coloca o grupo social negro como sinônimo de pessoas pobres no Brasil. A pobreza e a baixa escolaridade no país têm uma cor/raça bem específica: a negra. Eu já venho refletindo sobre isso ao

comentar os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação:

As pessoas negras ocupam os piores indicadores educacionais em qualquer região do país. Atualmente a taxa de analfabetismo está em 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas, sendo que mais da metade (56,2%, ou 6,2 milhões) vivem na região Nordeste. Para pretos e pardos, a taxa é de 5,3% p.p maior do que para brancos (8,9% e 3,6%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. (VIEIRA, CARTAS PROFÉTICAS, 2020)

Esses indicadores educacionais expõem em números o que o Brasil tenta esconder: a enorme desigualdade, consubstanciada como política de Estado, entre brancos e não brancos no país. A luta contra o racismo passa pela luta contra as desigualdades estruturais da Nação e essa batalha tem no projeto político educacional antirracista uma das principais trincheiras.

2.7. Na chamada a professora diz pantera negra, eu respondo presente. (djonga, 2017)

“Mulheres, Raça e Classe” (1981) é o título de uma obra clássica da ativista política, filósofa e pesquisadora, Angela Davis. Quando pensei nesta seção da dissertação, já tinha em mente que o pensamento de Angela e das feministas negras pautaria esta parte do trabalho. Por isso faço das palavras da Djamila Ribeiro, no prefácio da edição brasileira de *Mulheres, Raça e Classe* (2016, p 13), as minhas: “*Mulheres, raça e classe* é a tradução do conceito de interseccionalidade. Angela Davis traz um potencial revolucionário e ler sua obra é tarefa essencial para quem pensa um novo modelo de sociedade”.

Quero falar sobre como a questão do gênero, assim como da raça e da classe, faz parte elementos que precisam ser levados em conta, quando se analisa a produção e os efeitos do racismo no Brasil. De fato, esse olhar é imprescindível para compreender os desdobramentos das opressões raciais, de gênero e de classe no país. Este Ato começou narrando o brutal processo da escravidão negra nas Américas e, conseqüentemente, no Brasil, para mostrar como as pessoas negras foram submetidas a um atroz processo de desumanização. Esse empedernido regime foi pior às mulheres negras e pobres; a invisibilidade e o silenciamento delas é um traço

do patriarcado e do racismo estrutural que marca a sociedade contemporânea. Essas opressões têm também suas raízes ligadas à escravidão negra nas Américas. Davis aponta que

[t]al qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura. Embora nos estados localizados na fronteira entre o Norte e Sul dos Estados Unidos uma quantidade significativa de escravas realizassem trabalhos domésticos, as escravas do extremo Sul – o verdadeiro núcleo do escravismo – eram predominantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de meados do XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura. (DAVIS, 2016, p. 18).

A questão racial está no centro da análise para se pensar num novo projeto de nação, sobretudo porque a sociedade brasileira, assim como a norte-americana e caribenha, tem como base a escravidão e a exploração de negros/as e indígenas. A causa da mulher negra necessita de um olhar ainda mais acurado. Não tenho a pretensão de falar em nome delas, e, sim, falar junto com essas vozes feministas negras, para dizer que, ainda que partilhem das mesmas condições de exploração dos meninos e dos homens negros escravizados, a situação vivida pelas meninas e mulheres negras era e é bem diferente. Veja o que a Angela Davis escreve sobre:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19)

A Grada Kilomba (2019) também conta que, no período colonial, o estupro racial e o linchamento foram usados como forma de violação das dignidades das pessoas negras. O estupro, ou seja, o ato de possuir e violentar o corpo da mulher negra, era algo comum, bem como o linchamento de homens negros acusados de terem se deitado com mulheres brancas. “O corpo negro é, ao mesmo tempo, desejado sexualmente e destruído fisicamente”. (KILOMBA, 2019, 159)

Esse olhar sobre a condição das mulheres negras não visa, como bem aponta Djamilia Ribeiro no prefácio da edição brasileira da obra da Angela Davis, hierarquizar as opressões, e, sim, considerar as “interseccionalidades de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade”, porque “[q]uando a mulher

negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” Angela Davis.

A definição do que é interseccionalidade foi pensada a partir das feministas negras. A Grada Kilomba (2018, p. 104) narra que as feministas brancas “estavam interessadas em refletir sobre a opressão como membras subordinadas do patriarcado, mas não sobre suas posições como *brancas* em uma sociedade supremacista *branca*”. Ou seja, sobre como um grupo que estava no poder sob a égide de uma estrutura racista. Ela prossegue afirmando que

esse modelo de homens e mulheres obscurece a questão “raça” e coloca a mulher branca fora das estruturas racistas, poupando-as de ter responsabilidade pelo racismo e/ou de verem-se praticando racismo contra outro grupo de mulheres (e homens)”. (KILOMBA, 2018, p. 104).

A Angela Davis (2016) escreve palavras fortes no capítulo três do seu livro *Mulheres, Raça e Classe*. Ela diz que as mulheres brancas ignoraram as opressões sofridas pelas mulheres negras no início da campanha pelos direitos civis das mulheres nos EUA. Essa postura também estará presente em relação ao direito ao voto dos homens negros naquele país. Dentro do movimento feminista (branco), a questão racial falava mais forte, estabelecendo uma robusta união ideológica entre racismo, recorte de classe e supremacia masculina. As mulheres brancas assumiam um lado, o lado dos homens brancos, reproduzindo estereótipos sexistas dominantes.

Ainda que houvesse essa união entre o movimento feminista branco e a supremacia branca, é no início do século XX que essa aliança se concretiza. A Angela Davis acrescenta:

um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. (DAVIS, 2016, p.127)

Foi nesse período, início do século XX, que as ideias racistas ganharam grande destaque, influenciando movimentos ao redor do mundo, inclusive no Brasil. A Angela Davis conta que, mesmo nos ambientes chamados progressistas, o universo era contaminado por preceitos irracionais de uma suposta superioridade anglo-saxã: “[e]ssa crescente promoção da propaganda racista era acompanhada por uma

promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina” (DAVIS, 2017, p. 127). De fato, o que se vê nesse período é a intersecção entre diversas opressões, uma vez que “a combinação do sexismo com o racismo fortalecia-os mutuamente”, (DAVIS, 2016, p. 127)

Carla Akotirene, na obra “O que é interseccionalidade?”, pensou esse fenômeno como uma categoria teórica que teve como lugar de reflexão múltiplos sistemas de opressão, no caso, conectando raça, gênero e classe. Carla Akotirene (2018, p. 54) escreve que a interseccionalidade

demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.

Em outras palavras, a interseccionalidade visa contribuir para o entendimento sobre as disparidades raciais que existem entre homens, mulheres, brancos/as, negros/as e as classes sociais às quais pertencem. Por fim, a Carla Akotirene (2018, p. 56) conta que o “racismo, capitalismo, hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica”.

O próprio patriarcado foi questionado pelas feministas negras. Ao reelaborar esse conceito, as militantes negras colocaram a questão da raça nesse debate, pois, de acordo com a Grada Kilomba (2019) *apud* Carby (1997, p. 46), “o racismo assegura que homens *negros* não tenham as mesmas relações hierárquicas patriarcais/capitalistas como os homens brancos”. Ainda segundo a Kilomba, (2019, p. 105), “[a] maioria das autoras falam, portanto, de patriarcado branco (hooks, 198; 1995; Collins, 2000) ou de “patriarcado racial” para enfatizar a importância da “raça” nas relações de gênero.”

Pensar o patriarcado a partir do recorte de raça é importante, porque nos coloca, nós homens negros, numa posição de questionar a posição que assumimos em relação ao patriarcado branco. Mas, veja bem, é preciso dizer que as mulheres são vítimas da dominação masculina de homens de diversas cores, e não apenas homens brancos. Ainda que o patriarcado branco seja hegemônico e homens brancos usufruem desses benefícios relegados por esse regime opressor e sexista, não se pode negar a dominação de homens negros sobre mulheres negras e brancas pobres.

Grada Kilomba (2019) fala da importância de homens negros apoiarem a luta das mulheres negras e brancas, contra o patriarcado branco, assim como do sexismo.

Esse sistema é complexo e exige que posturas sejam mudadas, tanto por parte de nós, homens negros, quanto das mulheres negras. Por isso preciso ser “[c]ada vez mais objetivo, pra que minhas irmãs deixem de ser objeto” (DJONGA, 2019).

A Grada Kilomba (2019) fala da necessidade de se discutir a questão da mulher negra na sociedade. Ela denuncia como as garotas negras são fantasiadas como negativas no inconsciente branco, e fala da necessidade de rejeitar essas fantasias. É importante chamar a atenção para esse debate, sobretudo porque ele está na fala das coautoras deste estudo.

Questões ligadas à hiperssexualização e à objetificação dos corpos negros são levantadas por elas, problematizações que remetem ao passado colonial, escravocrata e que constroem mitos que permanecem vivos até hoje; mitos, como da mulher negra que teria a vagina quente, são a representação dessas hiperssexualizações e objetificações do corpo da negra. São as intersecções entre racismo e machismo que atravessam a vida de inúmeras mulheres negras. O racismo, por exemplo, não funciona como ideologia e estruturas distintas; ele interage com outras ideologias e estruturas de dominação como o sexismo.: “minhas irmãs, mais que empoderada e sim poderosa, cês ainda não entenderam a diferença da buceta que dá vida para um pau que goza” (KAROL CONKA, 2018).

As mulheres pretas são tratadas como um pedaço de carne, até mesmo em maternidades, especialmente as públicas, de onde surgem relatos de mulheres que têm o útero retirado, retrato da violência que não apenas viola o corpo, mas a própria alma. No mercado de trabalho, as mulheres negras são incentivadas a adotar um estilo de cabelo que seja próximo ao cabelo liso. A Grada Kilomba escreve que

[m]ulheres negras, por não serem nem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca. Nós representamos um tipo de ausência dupla, uma Outridade dupla, pois somos a antítese tanto da branquitude, quanto da masculinidade. (KILOMBA, 2019, p. 190)

Mais uma vez, a interseccionalidade é necessária para fazer a reflexão, já que relações de gênero e raça se manifestam na precocidade da iniciação sexual por parte das adolescentes negras, como podemos ver nos dados do IBGE (BRASIL,

2012). A reportagem do jornal Folha de S. Paulo¹¹ aponta que os números de jovens negras grávidas é superior ao número de adolescentes brancas grávidas, considerando as idades entre 12 e 18 anos. A gravidez na adolescência ocasiona também a evasão escolar e perpetua o ciclo de pobreza da mulher negra. O índice de jovens negras que abandona a escola depois de uma gravidez é maior na comparação com as jovens brancas. São meninas mulheres que “nem sapato tem, a maioria de barriga cheia, quem dera fosse de comida, é a mãe do filho de um membro do trem” (DJONGA, 2018). Pobreza, raça e gênero são interseccionalidades que operam na realidade do racismo cotidiano.

A Simone de Beauvoir (1980, p. 110) escreve sobre a condição vivida da mulher branca francesa,

Pela vagina que a mulher é penetrada e fecundada; e a vagina se torna centro erótico pela intervenção do homem e essa intervenção constitui sempre uma violação. Por um rapto real ou simulado é que a mulher era outrora arrancada de seu universo infantil e jogada na sua vida de esposa; é uma violência que a faz passar de moça à mulher: diz-se também “tirar” a virgindade de uma jovem, “tomar-lhe” a flor. Essa defloração não é o fim harmônico de uma evolução contínua, é a ruptura abrupta com o passado, o início de um novo ciclo.

Meninas negras e pobres iniciam a vida sexual bem mais cedo do que meninas brancas. Essas meninas-mulheres, muitas das vezes, são obrigadas pela pobreza a trabalharem em “casas de famílias”, e lá são objetificadas, sexualizadas pelo homem branco e pelo filho do homem branco. “Você gostaria de limpar a nossa casa? ”. A Grada Kilomba escreve sobre a situação vivida por uma menina negra, imigrante em Portugal.

Quando eu tinha entre 12 e 13 anos, fui ao médico por causa de uma gripe. Após a consulta, ao me dirigir à porta, ele, de repente, me chamou. Ele estivera olhando para mim, e disse que havia tido uma ideia. Ele, sua esposa e dois filhos, de aproximadamente 18 e 21 anos, estavam indo viajar de férias. Haviam alugado uma casa no sul de Portugal, em algum lugar no Algarve, e ele estava pensando que eu poderia ir com eles. O médico então propôs que eu cozinhasse as refeições diárias da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. “Não é muito,” disse ele, “alguns shorts, talvez camisetas, e claro, nossas roupas íntimas!” Entre essas tarefas, ele

¹¹ (disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/desigualdade-pela-renda-e-cor-da-pele-e-exposta-em-abortos-de-riscos-no-pais.shtml>).

explicou, eu teria tempo suficiente para mim. Eu poderia ir à praia, “e fazer o que você quiser”, insistiu. (KILOMBA, 2018, p. 93)

A situação narrada por Grada Kilomba, no livro “*Memórias da Plantação, episódios de racismo cotidiano*”, expõe uma cena que acontece diariamente pelo Brasil afora: a “jovem menina negra não é vista como uma criança, mas sim como uma servente” (KILOMBA, 2018, p. 93). São essas jovens que ficarão grávidas de forma precoce e muitas morrerão em clínicas clandestinas de aborto.

2.8. É triste ver que os muleke da minha quebrada não teve a mesma sorte que eu, um pai presente, no país onde é o homem que aborta mais, vai entender né... (bença, ladrão, 2019)

A Simone Beauvoir (1980) fala que a maternidade ilegítima configurava na França do século XIX era uma tara horrível, o que fazia com que muitas preferissem o suicídio ou o infanticídio à condição de mãe solteira. Há de fato uma diferença entre a França do século XIX e o Brasil do século XXI. Porém, a condição vívida de mãe solteira, no Brasil, é ainda uma situação difícil, especialmente para meninas negras e pobres. Que quando se vêm nessa situação de gravidez indesejada, pensam em fazer uma interrupção voluntária da gravidez. O Relatório do Ministério da Saúde, divulgado em reportagem do jornal Folha de S. Paulo¹² aponta que as interseccionalidades de cor, renda e escolaridade são determinantes na vida e na morte das mulheres que buscam medidas como aquela. De acordo com os dados do relatório, que mapearam os gastos do SUS (Sistema Único de Saúde) entre os anos de 2008 a 2017, com as interrupções terapêuticas da gravidez, a taxa de óbitos causados por esses procedimentos, a cada 100 mil nascidos vivos, é de 3 entre a mulheres brancas, número que sobe para 5, se a mulher for negra.

O racismo - e nesse texto mostrei a partir de Silvio Almeida (2019) – apresenta três categorias fundamentais: individual, institucional e estrutural, é uma tecnologia social de herança colonial e patriarcal, consubstancializado sobretudo por meio da violência, e que atravessa questões de gênero e classe social. Raça, classe e gênero são interseccionalidades que se comunicam e intercambiam-se, são

¹² (disponível <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/desigualdade-pela-renda-e-cor-da-pele-e-exposta-em-abortos-de-riscos-no-pais.shtml>).

conceitos sociais que determinam o modo de ser, de forma ontológica, e o modo histórico e social da existência do povo preto no Brasil.

O racismo é estrutural, está em todos os espaços sociais, o racismo brasileiro consiste em um mecanismo de privilégios aos brancos e conseqüentemente de negação às pessoas pretas de direitos básicos. Dentre esses, o primeiro é o direito a existir – e existir como ser humano; o direito à cidadania plena, de não ter a cor do pecado e nem do crime; o direito a ocupar os espaços sociais que bem entenderem. Assim como fez Theresa Santos, escritora, atriz, filósofa, dramaturga e ativista militante do Partido Comunista Brasileiro, é preciso questionar as estruturas do partidão que afirmava que as questões, como a miséria e discriminação, são fatores sociais e não raciais. Theresa aponta para o mesmo dilema vivido por Angela Davis, que ousou desafiar também as estruturas racistas e patriarcas dos partidos de esquerda. A esquerda, sobretudo ortodoxa, que continua a defender a primazia da opressão de classe sob opressões tanto de raça quanto de gênero. Davis destaca que

[a]s organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2011)

Concluo este Ato Maka afirmando que a sociedade brasileira foi estruturada sobre o racismo. Qualquer pessoa que minimamente olhe para a estrutura social brasileira perceberá o quão racista ela é. Até mesmo os ditos movimentos de esquerda no Brasil ignoraram, e alguns insistem em ignorar, a situação vivida pelas pessoas negras no país. Obviamente isso tem uma intenção de silenciar e invisibilizar o debate sobre o racismo e de perpetuar as condições de miséria e opressão ao qual as pessoas negras e os povos indígenas estão submetidos. Mas, como bem diz Fanon, eu decidi não mais aceitar isso. “Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que interroga” (FANON, 2005, p 191.), pois, “no século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro, e você é negro que nem eu, pretinho ó, não ficaria preocupado?” (DJONGA, 2019).

ATO III: CADERNOS NEGROS, CASOS DE RACISMOS E DISCRIMINAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Prefácio:

Primeiro, “Mo dúpé!”, “obrigado” a todos e todas que compartilharam suas narrativas comigo.

São múltiplas as vozes que compõem os contos a seguir, as escrevivências. Mulheres e homens que conviveram e convivem com a discriminação por raça, com o preconceito racial, com o terrorismo religioso, com a exclusão, com o genocídio, enfim, com o racismo estrutural, que está nas entranhas da história política, cultural, social e antropológica da sociedade brasileira. Essas páginas pretas, onde há uma mistura da minha história com as histórias dos/as coautores/as e com histórias lidas, vistas, inventadas, é o ponto máximo desta dissertação.

Mas do que teorizar sobre as histórias compartilhadas comigo pelos homens e mulheres, eu busco com essas escrevivências vozear os casos de racismos vivenciados nas escolas. Porém em cada conto há a reflexão intrínseca as características dessa sociabilidade brasileira, que mutila, destroça e vilipendia as existências de corpos não brancos nesse país. O Brasil se recusa a olhar para seu passado, pois esse passado expõe a barbárie das elites econômicas com os povos originários, assim como com o povo negro. Apresento aqui nesse espaço, minhas páginas pretas, meus cadernos negros.

São páginas pretas, porque remetem às histórias de pretos e pretas. Vale dizer que conquanto haja uma transgressão no processo de formatação e *layout* dessa dissertação, uma escolha estética, sim, mas mais do que isso, uma opção política. Essa transgressão encontra lugar não na teoria, e sim na prática decolonial que simboliza nossas vivências. Para além da teoria, esses cadernos negros são a realidade discursiva do racismo em instituições de ensino.

Aqui busco narrar a denúncia dos graves problemas que o homem negro, que a mulher negra sofre todo dia. São páginas de existência, de (re) existências, de resistência, que visam (des) invisibilizar, que visam dessilenciar os inúmeros casos de racismo que acontecem diariamente na sociedade.

Esses casos de racismo têm total relação com as instituições de ensino. É na escola que o negro, a negra será apresentado/a à realidade racista que marca esse país. O racismo aqui é nada sutil e, por isso, as páginas desses cadernos são nada

sutis. São as páginas dos cadernos negros que surgem para evidenciar que o racismo brasileiro é o pior do planeta. São páginas que expressam dores, medos, frustrações, angústias, mas também expressam esperança, alegria, perseverança, luta antirracista, superação, tenacidade, vontade de viver, enfim expressam a luta do povo preto no Brasil. E antes de iniciar as escrituras, peço licença a todos/as que contribuíram para que essas histórias pudessem ser contadas. Peço licença para os/as que vieram antes de mim, aos/às meus/minhas ancestrais, pois foram eles/as que possibilitaram que eu chegasse até aqui.

Como são escrituras, as histórias das 9 (nove) pessoas que relataram casos de racismo e discriminações em instituições de ensino, foram escritas; não são histórias parecidas com os relatos, são relatos de pareências. Assim, cada um, cada uma que me auxiliou poderá encontrar algum traço de suas narrativas aqui, como a de um homem negro estudante de um curso ligado à área da saúde e que, em meio à luta para se formar, se esbarra com o racismo cotidianamente, ou o relato de uma mulher que rememora sua infância no grupo escolar onde pela sua cor de pele sempre foi preterida.

Ẹ Ẹun gbogbo (Obrigado a todos, e todas)!

3.1. A professora Dandara¹³

Desde pequena Dandara tinha o sonho de ser professora. Das brincadeiras, a que a mais gostava era aquela em que fingia ser a professora das 4 irmãs. Improvisava um quadro negro com pedaços de um guarda-roupa velho que havia na casa. E lá Dandara passava as lições. Escrevia o bê-á-bá, dava lições de geografia, falava das capitais, das regiões, tudo imaginado, pois jamais havia saído da sua cidade natal. Nas aulas de matemática fazia continhas, imaginado coisas que queria comprar. Mas das lições a que mais gostava era a de história, especialmente a que falava de Dandara dos Palmares. Dandara adorava falar da Dandara dos Palmares. A professora Dandara contava para as irmãs que Dandara dos Palmares teve três filhos com o Zumbi; falava que Dandara dos Palmares era uma guerreira, que lutou pela libertação total das negras e negros no Brasil.

¹³ Escrituras relacionadas a coautora Jeanne Costa Cardoso.

Foi a mãe, dona Miguelina, quem escolheu esse nome, para a jovem. Miguelina havia lido há muito tempo, num jornal que achou jogado no chão, a história de uma guerreira do período colonial do Brasil, que foi casada com Zumbi, líder do maior quilombo das Américas: O Quilombo dos Palmares. Com ele teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton. Valente como o quê, na capoeira ou na faca, Dandara dos Palmares era uma grande liderança negra que lutou contra o sistema escravocrata. Jogava a capoeira, a arte marcial dos negros brasileiros, empunhava armas e liderava as falanges femininas do exército negro palmarino. Miguelina pensou “quando tiver uma filha ela vai chamar Dandara”.

As coisas que Dandara aprendeu sobre Dandara dos Palmares foram primeiramente ensinadas pela mãe. Dandara não aprendia nada sobre Dandara dos Palmares na escola. Por isso ela sempre repetia para as irmãs “que na escola quase não se falava da vida dos pretos e das pretas brasileiras.” Para aprender mais sobre Dandara dos Palmares, ela assistia no Youtube, um canal chamado Meus/minhas Heróis/Heroínas Negros/as Brasileiros/as. Para isso usava o velho aparelho celular, que ganhara já usado de sua mãe. Custou R\$ 250,00, dinheiro que mãe Miguelina juntou com muito esmero, nas faxinas que dava na casa de pessoas ricas. E Dandara fazia bom proveito do aparelho.

Preste a entrar no ensino médio, ela já estava com 15 anos. Era uma menina grande para a sua idade, não sabia dizer de cor o seu tamanho, por isso perguntava a mãe quanto media mesmo. Ao que dona Miguelina respondia:

___ 1, 80 cm minha filha.

Dandara tinha orgulho do tamanho, do nome, da cor, que era complementada com um vasto cabelo crespo, que mais parecia a queda d’água de uma cachoeira. A tez negra de Dandara compunha um belo quadro, com os grandes olhos castanhos, os lábios grossos e uma linda voz. Dandara era elogiada por todos da escola, onde estuda desde criança. Na sala de aula sempre se destacava. As notas eram todas impecáveis, especialmente em história, a matéria que ela mais gostava. Mas ela sempre reclamava nas aulas da Aurélia, a professora de História, que a “história era muito branca.”

___ Além de Dandara dos Palmares quais outras mulheres negras foram importantes para o Brasil, professora?

A professora não respondia, dizia que isso não era assunto para aquela aula.

O fim do ano escolar de 2018 foi de muito orgulho para a mãe e as irmãs de Dandara. Por causa das boas notas, ela foi escolhida a aluna destaque. E além de ser homenageada, numa linda cerimônia no auditório do teatro da cidade, Dandara ganhou uma bolsa de estudos para fazer o ensino médio, numa conceituada escola particular. Mas ela não queria ir. Primeiro porque todas as amigas iriam estudar no colégio estadual do bairro mesmo. E Dandara queria ficar perto das colegas, que conhecia desde quando começou a estudar na creche do bairro. E segundo porque, para ir a nova escola, ela teria que acordar às 5 horas da manhã; pegar duas conduções e andar mais 1 km a pé para chegar no colégio. Além disso, o fato de precisar pagar ônibus era mais uma despesa para a mãe, que recebia muito pouco, e cuidava sozinha das suas irmãs. O pai de Dandara abandonou elas poucos antes dela completar 10 anos de idade. Nunca mais viu ele. A mãe também não tocava no assunto. Além de criar Dandara, dona Miguelina cuidava das gêmeas Raquel e Carol, que tinham 8 anos, e também de Luiza, que tinha 6, além de Theresa com 4.

Dandara ajudava a mãe a cuidar das crianças. Era ela quem dava banho, arrumava elas para irem para creche e para a escola. Todas essas obrigações pesavam na recusa de aceitar a bolsa de estudos. Mas ela foi convencida pela diretora da escola, de que essa chance não poderia ser desperdiçada. E diante das inúmeras dificuldades, a diretora, se comprometeu a bancar as passagens para que ela pudesse fazer o ensino médio, no centro da cidade.

Foi com muita ansiedade que Dandara viveu as comemorações de fim de ano. Na periferia sempre tem festa comunitária para as crianças do bairro. A própria associação de moradores arrecadava no comércio local, brinquedos e comida, e todos juntos celebram as festas de fim de ano. E o tempo passou, como uma agulha que corre por entre as linhas do vinil, o ano morreu, um novo floresceu, era um ano muito esperado por ela. Dandara já começava a pensar no Enem, em cursar história na universidade, e poder realizar o seu grande sonho: ser professora.

A nova escola tinha um nome pomposo, Centro Educacional Pitágoras, e na fachada trazia escrito em letras enormes o lema “Preparando seu filho para o amanhã”. Não parecia em nada com a escola do bairro, que era uma escola pequena, onde quase todos se conheciam. A nova escola era enorme, com portões enormes, e tinha câmeras por todo lado. No muro, ao invés dos grafites como havia na sua antiga escola, havia nomes, que assim que chegou na escola, Dandara lia com atenção:

Martins Afonso Junior, direito, Universidade... Duarte Coelho Filho, medicina, Universidade... Francisco Pereira Coutinho Neto, engenharia, Universidade...

Ao passar pelas duas colunas que ornavam o portão do Pitágoras, Dandara se deparou com um admirável mundo novo. Se lá fora nada lembrava a sua antiga escola, dentro, as distâncias se alargavam mais ainda. Eram salas e salas, com um grande corredor que dava para um imenso jardim, com bancos, gramas. Já na entrada todos os estudantes foram orientados a irem para o auditório. Tímida, sem jeito e perdida, ela foi acolhida por um senhor que lhe indicou o caminho. Lá chegando havia uma placa que indicava onde a nova turma dela deveria ficar. Sentou, numa cadeira, quase na última fila. E de lá viu que o clima era de muita alegria entre os alunos. Sorrisos, abraços, cochichos, risos abafados. Um homem subiu ao palco, e pediu que todos fizessem silêncio. Depois que todos se calaram, o homem se apresentou. Chamava-se Alexandre de Melo; e era o dono da escola.

Ele falou por cerca de meia hora, coisas que ela escutava com toda atenção e refletia. O dono da escola dizia que “o trabalho vem antes do sucesso”, “que para vencer na vida você precisa trabalhar muito. ”, “Que se você acordar cedo, e lutar todo dia você será recompensado. ” “Que a meritocracia vai te arrumar um bom emprego.” e Dandara que já ouvira falar de “meritocracia”, na letra da música do Djonga disse para si mesma “meritocracia que nada, é correria que fala na rua. ”. E pensava com seus botões que “aquilo não podia ser verdade, pois lá onde moro, todo mundo levanta cedo, e trabalha igual burro de carga, mas o dinheiro mal dá para comer. ”

Quando o homem terminou o discurso, todos foram orientados a irem para suas salas. A sala de Dandara era grande, com um quadro branco, nunca tinha visto um quadro branco ao vivo. E os alunos todos vestiam roupas diferentes. Pensou: “deve ser o primeiro dia...”. Já ela vestia uma calça jeans, camiseta branca e tênis, um uniforme que a mãe disse que era pra ela vestir, enquanto juntava o dinheiro para comprar o uniforme da nova escola. Na sala de aula a maioria dos alunos eram brancos. Aliás a escola toda era rodeada de pessoas brancas, bem diferente da sua antiga escola na periferia. Das poucas pessoas negras que viu, um era o senhor que havia ajudado ela a encontrar o auditório, as outras pessoas negras todas usavam um uniforme meio cinza, escrito “*Servicelimp*”.

A professora que estava na sala, pediu que todos se apresentassem, ainda que ela já conhecesse a maioria dos que ali estavam. E foi assim que Dandara descobriu que a vida na nova escola não seria nada fácil. Assim que disse o seu nome,

ouviu alguns risos abafados, em meio aos risos e burburinhos, pensou ter ouvido alguém faz grunhidos, como se fossem macacos. Logo a ideia se dissipou. Veio o entusiasmo de sempre, pois, ao dizer seu nome, e de onde era, falou que tinha o sonho de ser professora de história, para poder estudar mais sobre Dandara dos Palmares, sua grande heroína. Muitos fizeram perguntas “quem é essa? ”, “nunca ouvi falar dessa aí, não deve ser importante não. ” Poucos depois que todos se apresentaram, tocou uma sirene ensurdecadora, era hora do recreio. Dandara ficou meio perdida, o espaço da nova escola ainda era desconhecido. Foi para jardins, e se sentou sozinha num banco. Nem ela se aproximou de alguém, nem alguém se aproximou dela. Mas num instante notou que vinha umas alunas da sua sala, tentou esboçar um sorriso amistoso. No entanto para a surpresa dela, uma das alunas jogou uma banana nos seus pés.

Dandara não teve reação; já sabia que aquilo era um ato racista. Pois já tinha lido que um jogador de futebol, saiu de um jogo, num país europeu, porque os torcedores do time adversário tinham jogado bananas no campo. Em outras palavras, ou sem palavras, estavam chamando ele de macaco, assim como as colegas de sala estavam chamando ela de macaca.

Foi com tristeza, que Dandara correu para o banheiro, e lá chorou. Mas lembrou da sua heroína, Dandara dos Palmares, enxugou o rosto, e decidiu ir à direção da escola. Relatou o ocorrido e exigiu que fossem tomadas providências, pois ela disse que assim como a sua heroína, ela não se calaria jamais diante de qualquer atitude que menosprezasse a sua raça negra. A mesma raça de Dandara dos Palmares.

3.2. A vereadora Thereza de Benguela¹⁴

Nasceu no dia 2 de fevereiro de 2002. Era uma manhã de muita chuva quando veio ao mundo na maternidade da cidade; filha de Joaquim Nabuco e Carolina de Jesus, recebeu o nome de Theresa da Silva. Escolhido pelo pai em homenagem a Teresa de Benguela. Desde pequena ela se destacava junto as amigas do bairro. Rebelde e extremamente contestadora era a líder do grupo. Suas opiniões muito duras e vigorosas comumente geravam antagonismo na turma. Na escola, já com 16

¹⁴ Escrevivências relacionadas a coautora Rebecca Mara Monteiro Ferreira

anos, estava sempre pronta para soltar sua retórica, em defesa da justiça e contra qualquer injustiça.

Foi com entusiasmo que ela, um dia viu um cartaz no corredor da escola que falava de uma assembleia de fundação de um tal de “grêmio estudantil”. No dia 15 de outubro de 2018 lá estava Theresa na assembleia. Foi uma das primeiras a chegar, e sentou bem na frente do auditório. Um professor de Língua Portuguesa que tinha vindo da capital, falava ao microfone. “O grêmio estudantil é uma associação de organização dos estudantes, é um lugar onde os alunos podem debater e apresentar resoluções para as suas reivindicações.” Gostou do que ouviu. Já estava passando da hora dos estudantes terem um lugar para cobrar os seus direitos, pensou. Ela que sempre batia de frente com os professores, sempre achou a escola um lugar autoritário, sem diálogos e sem espaços para que os alunos pudessem se expressar. Os poucos lugares que existiam para o debate eram exatamente nas aulas de Língua Portuguesa Brasileira, onde o professor Caio, passava filmes e os alunos podiam debater sobre eles depois.

Um dia ela assistiu um filme, muito interessante chamado “O Grande Debate”. Esse filme chamou a atenção de Theresa, porque foi a primeira vez que ela assistiu um filme na escola, em que a maioria dos atores e atrizes eram negros e negras, como ela. O ator principal do filme chamava Denzel Washington, e ele interpretava um brilhante professor, amante das palavras. Além de ser professor a personagem do filme chamava a atenção de Theresa, porque ele tinha convicções políticas próximas as suas. As mesmas convicções política do professor Caio, que conduzia a assembleia para a fundação do grêmio estudantil. O primeiro passo era pensar num nome para a instituição. Thereza logo gritou, “Sugiro que o nome do nosso grêmio seja Marielle Franco”. Poucas pessoas conheciam esse nome. Por isso pediram para que ela explicasse quem era Marielle. Ela pegou o microfone, e com todo o talento que tinha para falar, começou dizendo que Marielle Francisco da Silva, que ficou conhecida como Marielle Franco foi uma socióloga e política brasileira, vereadora no Rio de Janeiro. Feminista, lutava em defesa dos direitos humanos e das minorias. Morreu assassinada no dia 14 de março de 2018, numa emboscada, por conta de suas posições políticas em defesa das minorias políticas.

O professor Caio colocou em votação. Todos aprovaram por unanimidade. Passou-se a aprovação de estatuto do grêmio, e foi com uma grande salva de palmas que a assembleia de fundação do Grêmio Estudantil Marielle Franco acabou. Lá

mesmo foi montado uma comissão provisória para o grêmio, e essa comissão seria responsável pela organização das eleições. Mas a direção da escola não estava nada satisfeita com a fundação daquela instituição. Na sala dos professores, o assunto era tema de debates acalorados. O diretor dizia que o professor Caio estava provocando balburdia nas dependências da escola. E bradava que não aceitaria ser contestado por ninguém, sobretudo por algum aluno. “Onde já se viu, professor ter que ouvir aluno.” “Se fosse na época da minha juventude, eu já teria resolvido esse problema, só com uma ligação.”

Thereza decidiu que seria candidata à presidenta do Grêmio. Disputou a eleição ao lado de Anderson Pedro, estudante do 9º ano. A disputa foi dura. Havia mais duas chapas concorrendo ao pleito. Os boatos que corriam era que uma delas tinha sido montada pelo próprio diretor da escola. Durante a campanha foram muitos os ataques a Theresa e Anderson, ela negra, ele branco. Apelidaram a chapa de Café com Leite.

Quando os cartazes com a foto de ambos amanheceram pichada com ofensas racistas chamando ela de preta vadia, e ele de maconheiro, Theresa foi a direção da escola pedir uma providência. Disse que era inadmissível a escola não se posicionar contra o racismo e a discriminação, que estava acontecendo dentro dos seus muros. Porém o diretor da escola dizia que nada iria fazer, que por ele o grêmio nem existiria... E foi assim que ela e ele lutaram durante a campanha eleitoral. Ao mesmo tempo que defendiam as suas propostas para o corpo discente, travavam uma luta maior contra o racismo e discriminações. O dia da eleição foi marcado por longos embates. O momento da contagem dos votos não foi menos tenso. O resultado foi anunciado a tarde, ao final das aulas: Theresa e Anderson perderam a eleição por 10 votos.

A chapa eleita tomou posse, mas nada fez; eram aliados da direção. Continuavam os mesmos problemas de antes. Os alunos não tinham voz, nem vez.

Theresa já estava no fim ensino médio, tinha 18 anos e se preparava para o Enem; queria fazer direito, e ser advogada. Nessa época, ela, influenciado pelo professor Caio, já tinha se filiado a um partido político; porém, mesmo lá dentro da agremiação, não deixava de brigar. O partido composto por homens, a maioria brancos, não debatiam temas como racismo, machismo e sexismo. Sempre que Theresa puxava esse debate era interrompida, pela direção que dizia “camarada, esse não é o fórum adequado para essa discussão”. Essa falta de diálogo deixava-a cada vez mais revoltada. Um dia, ela ganhou de presente do professor Caio, um livro:

“Mulheres, Classe e Raça” de uma mulher chamada Angela Davis. Caio disse que ela era uma grande militante líder de um partido, Os Panteras Negras, que sempre defendeu que a luta contra a discriminação racial deveria estar na pauta central dos partidos progressistas. Ela devorou o livro. As palavras de Angela Davis engolidas de forma voraz, reverberavam nas intervenções de Theresa: “O cuidado das crianças deve ser socializado, a preparação das refeições deve ser socializada, as tarefas domésticas devem ser industrializadas e todos esses serviços devem estar prontamente acessíveis à classe trabalhadora.” (Davis, 2016, 234).

Leu o livro em 2 dias, e decidiu que seria candidata a vereadora no seu município, pois havia aprendido com a líder dos Panteras Negras, que as pessoas negras precisam ocupar os espaços de poder, e lá fazer o debate sobre as pautas deles. Caso contrário nada vai mudar.

3.3. Pele negra, jaleco branco¹⁵

Na escola sempre que lhe perguntavam qual a profissão que queria ter no futuro, prontamente respondia: _Vou ser médico.

Ao passo que a pessoa sempre retrucava: __Médico?

Não diziam, mas no inconsciente algo gritava: “Como assim ser médico? Você não se olha no espelho? Por acaso você já viu algum médico negro?”

Mas mesmo que observasse, essas caras e bocas, Matheus nada dizia. E foi com muita dedicação e luta que ele correu atrás do seu sonho. Ser o primeiro médico da família. Tudo teve que descobrir sozinho, além de tentar ser o primeiro médico da família, ele teve de ser o primeiro em tudo. Foi o primeiro da família a terminar o ensino fundamental. À medida que avançava nos estudos, percebia que um processo inverso acontecia, diminuía a quantidade de estudantes negros na sala de aula. Se no quinto-ano seus colegas eram de maioria negra, no sexto viu cair pela metade o número de colegas da mesma cor. Quando chegou ao ensino médio, contava nos dedos das mãos a quantidade de colegas pretos. Ao fim do 3º ano, quando conciliava o ensino regular com um cursinho comunitário, oferecido por uma universidade pública, Matheus contava com cinco colegas negros nos dois locais de estudo. Dois colegas negros como ele, na escola; e três meninas negras no cursinho.

¹⁵ Escrevivências relacionadas ao coautor o fisioterapeuta Matheus Sousa Maciel

Certo dia na escola, Matheus chegou atrasado, porque dormira até mais tarde, por conta das aulas do cursinho. Teve que sentar ao lado da janela, que nesse dia estava sem a cortina, o sol batia e castigava bem em cima da carteira dele. Havia outro problema o reflexo impedia ele de conseguir ver o que estava escrito no quadro. Matheus sempre foi um pouco tímido, e foi com muita timidez que pediu pra professora que trocasse ele de lugar, pois “o sol está queimando a minha pele, e daqui eu não consigo ver o que está escrito. ”

A professora que era conhecida na escola pelas piadinhas que gostava de fazer, disse:

__ não tem problema você se queimar Matheus, afinal você já é bem escurinho mesmo.

Toda a sala veio abaixo nas gargalhadas. Poucos foram aqueles que não riram, Matheus ficou sem reação, não sabia o que dizer, a única coisa que fez, foi baixar a cabeça e chorar. A partir desse dia quase todos na escola passaram a chamá-lo de “queimadinho”.

Ele não compreendia, mas tinha acabado de sofrer um ato de insulto racial por parte da professora. Ato que se espalharam para os alunos. Matheus sofria com o preconceito racial, e guardava todas as ofensas para si. E toda essa angústia que ele vivia, construía dentro de si mesmo, um ressentimento, uma ansiedade, angústias que ele não sabia explicar. Matheus que já era tímido, se retraiu ainda mais, e além disso passou a ter sonhos, em que se olhava no espelho e não viu mais a sua imagem, ela tinha sido apagada. E os encontros com Morféu, eram cada vez mais angustiantes para ele. Com o passar das noites, o mesmo sonho se repetia. Matheus era humilhado na sala de aula, levantava-se e saía correndo para o banheiro, lá ao olhar no espelho não mais se via refletido, passava a surgir uma outra imagem, um outro menino surgia em seu lugar, era um menino branco.

Esse sonho, onde não mais se via como um menino negro e sim branco, deixou-o intrigado. Um dia, veio à escola alguns professores da universidade pública que funcionava no mesmo bairro, que Matheus morava, a intenção dos professores era divulgar um programa que tinha como objetivo levar os estudantes do 3º ano para conhecer os cursos da universidade. Ele ficou super empolgado, era a primeira vez que pisaria numa universidade. A noite que antecedeu a visita a universidade foi marcada pelo mesmo sonho. Matheus pedia para trocar de lugar, a professora fazia o

insulto racial, todos riam, ele saia correndo até o banheiro e lá via um menino branco refletido no espelho.

Levantou bem cedo, escolheu a melhor roupa. Tomou o café com pressa, pegou a mochila e saiu. O sol brilhava de forma radiante naquele dia, e ele pensou “nada vai atrapalhar meu dia”. Ao chegar na escola encontrou seus colegas mais próximos, todos estavam empolgados, afinal não ia ter aula, e eles iriam para um passeio. Para Matheus não era um passeio, era a primeira visita ao lugar onde ele queria estar no próximo ano. Porém, ao entrar no ônibus, toda a empolgação de Matheus se dissipou como uma nuvem que se desmancha com a força do vento no céu. Todos passaram a olhar para ele. Matheus tinha escolhido uma roupa toda branca para vestir. O tênis branco, uma calça branca, e uma camisa branca. Até mesmo as meias e as roupas de baixo eram brancas. Alguém lá atrás gritou:

__olha o pai de santo!

Mais uma vez a turma todo caiu na gargalhada. Matheus abaixou a cabeça e passou pelo corredor, constrangido, de cabeça baixa, envergonhado. Sentou-se na última poltrona. Enquanto todos se divertiam ele refletia sobre aquilo, e julgava o comportamento daquelas pessoas irracional.

Ao chegar na universidade todos desceram, Matheus pensou em ficar ali, mesmo, não queria mais sofrer qualquer humilhação, toda a alegria que ele tinha quando se levantou, foi-se embora. Ao descer e não o ver, uma colega de sala voltou ao ônibus e foi buscá-lo. Trouxe-o quase que amarrado.

Tudo na universidade era enorme. Bem diferente da escola. Tinham um grande parque, a biblioteca, o restaurante universitário, o DCE, que Matheus perguntou o que era, e uma guia respondeu, “é o diretório central dos estudantes, onde eles se organizam, fazem festas...”, visitaram vários prédios, que depois Matheus soube que se chamavam departamentos. E foi com muita expectativa que ele chegou no departamento de medicina. Lá foi recepcionado por uma mulher negra que vestia um janelo branco, escrito Dra. Beatriz. Matheus abriu um grande sorriso quando a viu. Era a primeira vez que via uma médica negra, sem ser na sua série favorita *Grey's Anatomy*, pensou até que ela se parecia com a Dra. Miranda Bailey.

O dia que começou bom, ficou ruim, voltou a ficar bom, pensava Matheus. Ao ver aquela mulher negra, apresentado os laboratórios, as salas de aula, Matheus se convenceu ainda mais do seu sonho, e pensou “serei médico, já sei até a especialidade, médico psicanalista. ”

3.4. ..., mas não se arrependem de jenifers, kauãs e ágathas.¹⁶

Eram onze e quarenta e cinco, do dia 16 de abril de 2019, o vento frio de outono varria a estreita rua de terra da periferia da cidade. Ao longe podia se ouvir passos de um caminhar monótono e metódico... Jovens, quatro ao todo. Apesar do frio, Esteves, vestia apenas uma calça jeans, e uma fina camiseta vermelha, Esteves era magro, de aspecto fraco, fino, alto. No meio do grupo se destacava, tez negra, cabelo crespo, que já deixara crescer uns seis meses, sempre quisera fazer um rastafári, mas nunca passava do terceiro mês, desta vez parecia ser pra valer.

Os outros três jovens que o acompanhavam estavam bem mais agasalhados que aquele. Haviam saído de uma confraternização, formatura da turma de Educação de Jovens e Adultos, há pouco tempo, que ocorrera na quadra da escola onde estudavam. Era a festa de fim da turma da EJA. Os quatro que haviam abandonado a escola antes dos 13 anos, ainda no 7º ano, tiveram que voltar a estudar, a firma, no qual eles trabalhavam, exigiu o “diploma de ensino médio”, para que eles continuassem empregados. A volta à escola se deu depois de 5 anos longe dela. Esteves não tinham boas recordações do colégio. Sempre lembrava que os professores implicavam com o seu cabelo, na adolescência ele usava um *black power*, influenciado pelos artistas de *soul music* norte-americanos. Um dia um professor o chamou de “cosplay de microfone.” O episódio se deu pouco antes de Esteves abandonar os estudos. Dançarino de *break dance*, ele realizava uma performance no pátio da escola. No som rolava um rap, e Esteves com toda habilidade começou mandando um *top rock* com muita coordenação, flexibilidade e estilo, em seguida fez um *footwork* e após apresentar a sua rotina, terminou com *freeze*. Todos que assistiam a performance começaram a gritar e aplaudir o talento de Esteves. Fato que incomodou o diretor da escola, que pediu que todos se calassem e disse que Esteves “parecia um macaco rolando no chão daquele jeito, e que não queria aquela balburdia na sua escola.” Mandou o zelador da escola desligar o som porque “na sua escola não iria mais tocar música de preto.” Fato que provocou indignação em todos, especialmente em Esteves, que tinha muito orgulho e respeito ao Hip-Hop, a sua cor e as origens negras. Não se calou, e partiu para cima do diretor, foi contido pelos

¹⁶ Escrevivências relacionadas a coautora Mc Paula Gabby.

alunos e professores. Ele gritava que aquilo era racismo, e que racismo era crime No que o diretor respondeu:

__ não escuto nada do que você diz seu *cosplay* de microfone.

Apesar de muitos alunos ficados revoltados com a ação racista do professor, nada aconteceu. Nem mesmo a polícia que foi chamado para averiguar a situação se importou, fato que causou uma profunda revolta em Esteves e na turma do break. Pouco depois de completar, 13 anos, Esteves teve que abandonar a escola. Precisava ajudar no orçamento da casa, que a mãe faxineira sustentava sozinha. Além dele, havia mais duas bocas, suas irmãs, para comerem. Como elas ainda eram muito novas, caberia a Esteves esse sacrifício. Foi nesse período que ele, teve que raspar a cabeça. Arrumou um emprego de ajudante numa frutaria, e o patrão exigiu que ele cortasse o cabelo.

O tempo passou e ele passou também por vários empregos, nesse último, trabalhava de auxiliar de linha de produção numa metalúrgica, lá como eram muitos funcionários não se importavam com o estilo de cabelo dele, por isso deixara crescer.

Quando voltou para escola já era adulto. Tinha uma filha de 3 anos. Dos tempos de escola, o *break dance* era única coisa que permanecia viva nele. Muitos falavam que ele deveria investir mais na dança, tinha muito talento e poderia disputar o Red Bull BC One, maior competição de *break dance* do mundo.

Esteves sonhava, que disputava o mundial numa cidade europeia...e sempre acordava sorrindo as 5 da manhã, com o despertador do celular tocando.

Foi com muito custo que ele concluiu o ensino médio. A rotina era dura. Levantava às 5 horas da manhã para pegar o ônibus da firma. Chegava a metalúrgica às 6:30, e só largava o turno às 16 horas, trabalho pesado, era soldador. Chegava em casa moído, tomava banho, conversava rapidamente com a companheira e com a filha, comia um pão com ovo, bebia um suco, e ia para escola. O aproveitamento no colégio era baixo. Era difícil ficar acordado. Tinha uma leve alegria na hora do intervalo, quando mandava uns passos de *break*. O fim do ensino médio, era para ele um alívio, nem sequer pensava em fazer uma faculdade, ou um curso técnico. Seu grande sonho ainda era a dança. Mas não podia nem pensar em se dedicar mais ao break, não tinha tempo, e nem condições financeiras para viver da arte.

Ele estava empolgado, pois a *crew* dele havia programada uma apresentação na festa de confraternização da EJA. No dia da formatura, toda a família estava lá para vê-lo dançar e Esteves arreventou. Começou brincando mandando um *toprock*,

depois emendou um *footwork*, e em seguida lançou mão de um passo da old school *4 step*, um estilo impostor de *footwork* muito usado pelo B-Boys na década de 70. E os passos continuaram, Esteves estava alucinado. Ao fim da performance todos aplaudiram de pé. Era o fim de uma noite mágica. Esteves disse a companheira que iria beber umas brejas com os colegas antes de ir para casa. A filha e a companheira seguiam outro rumo. E assim que elas foram, eles se dirigiram ao bar do Nego, conhecido de todos os moradores do bairro.... Não sabiam eles que naquela madrugada suas vidas iriam mudar.... Continuavam a caminhar.... Ao se aproximarem do bar, notaram que as portas estavam já cerradas, mas por uma pequena fresta podia se vê que no interior havia luz, lá de dentro, ouviu-se um burburinho desconexo, as palavras eram soltas, viajavam por todos os cantos do lugar e iam para fora compor uma melodia irreconhecível.

Aproximaram-se da porta, já velha de madeira e um pouco corroída pelos cupins, bateram três vezes. De dentro do bar uma voz meio abafada, mas reconhecível e nítida

Indaga:

__Quem é?

__Sou eu Esteves, estou aqui com o Marcos, o Jorge e o Kauã, abre ai Nego.

Houve então um instante de silêncio, após um ranger, a porta do bar se abria. Era o próprio Nego, que abrira e se apressara para pôr os jovens para dentro do bar. O fez e logo fechou a porta novamente. Nego era um senhor, ninguém sabia realmente sua idade e nem seu verdadeiro nome, todos o conheciam simplesmente por Nego, estatura mediana, tez negra, a responsável pela alcunha. Diziam que Nego já tivera uma passagem, ficou 15 anos trancado, por conta de 157. Sobressaia por sob a camisa uma grande barriga, vestia uma bermuda surrada e uma chinela havaiana, já bastante gasta, que trazia na sola um grampo de cabelo, para segurar uma das alças, quando nego andava fazia um ruído estranho. Nego trazia na boca seu quase inseparável cigarro, estranhamente suave, apesar do frio que fazia naquela noite de outono, a festa na escola havia acabado, as 11 horas, e naquele momento se aproximava da meia-noite, no rosto de Nego podia se observar um quê de aflição e extrema preocupação.

Meio atônito ainda, perguntou com uma agressividade incomum aos jovens.

__Vocês são loucos mulekes? O que querem? Morrer é?

...

Um silêncio incômodo tomou conta do pequeno bar, uma lamparina iluminava o recinto, e ali tudo era desordem e confusão; podia-se suspeitar que no local acabara de passar um redemoinho, pelo bar corria uma atmosfera medonha e sufocante, contudo as portas permaneciam cerradas... Aquele pequeno bar com várias pessoas dentro... Aumentava a temperatura, apesar do frio... Fazendo subir um odor pestilencial que se misturava com o cheiro do cigarro de Nego e com odor etílico, que o bar tinha. Neste instante podia se ouvir lá fora, o latir de cachorros, miar de gatos, o cantar ébrio e embriagante de seres noturnos, os mais diversos, que habitam as madrugadas. Ouvia-se também o barulho do vento, um ruído estanho, monocórdio e profético, o mesmo vento que acompanhava os jovens no início desta jornada narrativa, se assemelhava ao canto da graúna, e trazia assim como esta, maus agouros para aquela madrugada de outono. Mas logo este cantar fora abruptamente rompido, pode-se ouvir ao longe estampidos secos e distante que cada vez mais se aproximavam. Nego falou quase sussurrando: ___ É a polícia, vieram para regaçar, cheios de ódio e malícia, feladaputas, cobertores de carniça. Foi quando se ouviu um carro parar em frente ao bar, todos lá dentro voltaram a ficar em silêncio. Ninguém sabe quando tempo se passou entre o parar do carro e as batidas na velha porta o certo é que houve por um instante a impressão de que o tempo houvesse parado naquele momento... Três batidas metódicas na velha madeira despertou do transe os condenados do bar. Nego repetiu a mesma pergunta feita a Esteves minutos atrás:

___ Quem é? Exclamou Nego. Uma voz calma e tranquila, transpassando confiança respondeu prontamente do outro lado.

___ Abra a porta é a polícia.

Nego voltou a suar frio e abundantemente, as gotas de suor iam se chocar com chão vermelho do bar, provocando estampidos secos que se assemelhavam a traques jogados ao chão. Nego pensava se abria a porta ou não. Hesitou por um instante e se dirigiu para abri-la. Logo levou um grande susto que o fez cair ao chão... Um estrondo, um crash, um quebrar de madeira, foi isso que provocara tal reação... Em seguida tiros, vários, ininterruptos, tomaram conta do bar, Esteves logo ao ouvir o primeiro disparo se atirou ao chão e rastejando se escondeu atrás das caixas de cerveja, que

se encontravam empilhadas no fundo, no canto esquerdo do bar. Dali Esteves avistou Nego, caído, ensanguentado e com o corpo todo furado de balas, correu com olhos avistou Kauã, também caído, ao seu lado uma poça se formara, uma poça de cor rubra que escorria para fora.... Tentou encontrar seus outros amigos em vão, viu corpos no chão, todos mortos e os tiros continuavam. Em meio aos tiros ouvia-se risos sarcásticos e palavras grosseiras e racistas que se confundiam com os tiros, impedindo a compreensão. Esteves, apavorado levou as mãos aos ouvidos, tampando-os. E fechou os olhos.

De repente cessaram-se os tiros, ouviam-se apenas passos açodados, e o arfar de várias pessoas, Esteves abriu novamente os olhos, agachado pode ver vários botas pretas, reluzentes, respingadas de gotas rubras... Após o dilúvio, a calma, novamente o silêncio voltou a reinar naquela madrugada de outono... Silêncio interrompido pelo barulho do carro dos homens de botas pretas, e da velha jukebox do bar que involuntariamente tocou uma música “No século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro, e você é negro que nem eu, pretin, ó! não ficaria preocupado?”

3.5. A garota que vendia incenso¹⁷

Quando laô, deu 7 voltas no tronco da palmeira nasceu Maria Efigênia Flores, era 21 de junho de 1967, precisamente às 23:00 horas. Era o fim do outono, as folhas das árvores se ajuntavam no chão. Ao fundo o som da cachoeira era o toque de barravento, que fazia laô dançar. A velha casa no meio do mato, exalava o cheiro do incenso, e o banho de Caapeba estava pronto para a mãe e para filha.

A mãe, Gardênia, ou simplesmente Flor, descansava no leito do quarto, o parto tinha sido difícil, era a sua primeira filha... cheiro do incenso misturava-se ao cheiro da Caapeba e as boas energias ocupavam todos os espaços do casebre na floresta.

De olhos fechados na cama, ao peito da mãe estava Maria Efigênia Flores, que logo passou a ser chamada de florzinha. Enrolada numa manta branca, estava ela, tão negra quanto as noites sem luar. Abriu vagorosamente um dos olhos, eram como jabuticabas. Com paciência abriu o outro, e esboçou um sorriso com a imagem que viu, Florzinha olhava para a mãe, Gardênia tinha cabelos encaracolados, enormes, os olhos era castanho mel, lábios fartos, as mãos eram fortes e delicadas,

¹⁷ Escrevivências relacionadas a coautora dona Lina.

mãos que seguravam a vida que acabara de nascer. Mãos quentes, muito quentes, cheias de calor, calor da vida. Aliás, vida também havia nos seios; lascivos, espertos, fartos, enfim era própria vida...que escorria de um líquido quente e grosso que Florzinha sugava com extrema vontade.

De repente Gardênia sentiu uma forte dor. Olhou para o chão e viu uma poça que tornava o marrom do chão de barro, ainda mais escuro. Era sangue, seu próprio sangue. Deu um grito, o último grito; que assustou e fez chorar a pequenina. Morreu ouvindo o choro de Florzinha.

Cresceu sem mãe, entregue a uma tia, que morava na cidade, foi criada com mais duas irmãs e dois irmãos. E enquanto crescia quase nada da história de sua mãe sabia, e nem mesmo do pai, do qual não sabia sequer o nome, mas de uma coisa ela sabia, que era especial. Já tinha 7 anos e era hora de frequentar a escola. E lá se destacava, mais do que os irmãos e as irmãs que não gostavam de estudar. De única pretinha em casa, os irmãos eram de pele clara, Florzinha era também a única preta na sala de aula. Um dia Florzinha foi apresentada ao racismo. Era a festa junina na escola, porém ninguém queria fazer par com ela. Quando Florzinha estava convencida de que seria a única que não dançaria a quadrilha, apareceu o Paulo, um menino loirinho, que acabara de chegar na escola, e ficou feliz de poder dançar com Florzinha.

Ela era agitada, experta, e sapeca, mas sempre era apresentada ao racismo, algo que ela nem sabia o que era. Certa vez todos da sala subiam a escadaria para sala onde haveria a aula de canto Orfeônico, na fila alguém fazia a maior bagunça, e Florzinha nada fazia, porém, a professora veio e deu um tremendo beliscão nela. Aquele ato fez brotar em Florzinha uma tremenda revolta e sem mesmo pensar, ela prontamente revidou o beliscão. Pegou três dias de castigo, tinha que ficar ajoelhada no milho, e cada hora recebia nas mãos palmadas com a palmatória. Conforme os anos passavam, cada vez mais ela tomava consciência do racismo que sofria. E como isso a machucava. No grupo escolar onde estudava, Florzinha se destaca cada vez mais, era como se dissesse, “se praticam discriminação comigo, cada vez mais eu vou mostrar que sou tão capaz como qualquer uma daqui.” E transformando sua raiva em força de vontade tirou a maior nota da sala, no concurso de redação. Fato que foi registrado no jornal da escola. Porém, mesmo tirando a maior nota, dessa vez Florzinha não recebeu a medalha, que todos que tiravam a maior nota ganhavam. De acordo com a diretora tinha “acabado” a medalha; acabou e nunca mais chegou. Já na escola de Artesanato, ela continuou a se destacar, mas o racismo a perseguia.

Uma professora branca, de olhos azuis era a professora de Desenho Artístico; e para ela todos os maravilhosos desenhos que Florzinha fazia eram feios e mal feitos.

O ano era 1985, e Florzinha estava próximo de completar 18. E a beleza que ela carregava era a mesma da mãe. Assunto que poucos comentavam, mas sempre que alguém falava de sua beleza, diziam que ela se parecia com a mãe. A vida da família não era fácil. Eram muitas pessoas para comer, e a violência fazia parte da vida dela. Foi com tristeza que soubera que os seus dois irmãos foram assassinados, numa ação policial que aconteceu no bairro onde moravam. Florzinha morava agora apenas com o tio, a tia e as duas irmãs. O tio trabalhava numa empresa de transportes, quase não ficava em casa, e a tia vendia produtos de beleza para as mulheres da vizinhança. O dinheiro que eles ganhavam mal dava para o sustento dos cinco. E como ela era adotada, era sempre a última em tudo, a última a comer, a que usava as roupas mais velhas, mas numa coisa ela não foi a última, foi a primeira a ter que abandonar a escola. E foi a primeira das mulheres da família pobre a ter que arrumar um emprego.

A busca por uma ocupação a colocava face a face com o racismo. Não podendo sonhar com um curso superior, mesmo concluindo o ensino médio com louvor, Florzinha saiu a procura de emprego. E sempre que chegava nas entrevistas era informada de que a vaga já tinha sido preenchida, ou de que ela não se enquadrava no perfil da empresa. Um dia numa dessas entrevistas, uma mulher chegou a perguntar se ela poderia alisar o cabelo, caso fosse escolhida para o cargo de vendedora num shopping da cidade. Florzinha que no ensino médio já tinha plena consciência de que era vítima de racismo por conta da sua raça, respondeu que “jamais trabalharia num lugar como aquele, pois aquilo que a empresa estava fazendo era racismo, e racismo é crime”.

Um dia passando, pelo centro da cidade, uma loja chamou-lhe a atenção, um cheiro agradável saía lá de dentro. Ao olhar o letreiro da loja viu escrito: Precisa-se de vendedores externos. Foi com certo receio que ela entrou no local. Foi recebida por uma mulher, que explicou que ela ganharia uma comissão por cada incenso vendido. Florzinha que não suportava mais as cobranças da tia, aceitou o trabalho. E de lá saiu com uma sacola de incensos: canela, alecrim, jasmim, gardênia seu favorito...

Bares, restaurantes, praças, ônibus, faróis, enfim qualquer lugar onde havia pessoas lá estava ela, com uma sacola de pano nos ombros, oferecendo incensos. Por onde passava deixava seu cheiro, o cheiro dos incensos. Com o passar do tempo,

toda a vida noturna da cidade já a conhecia. Saraus de poesias, lançamentos de livros, nas batalhas de freestyle, nas quartas-feiras de futebol, nos sábados à noite onde todos esperavam alguma coisa, lá estava ela. Pela simpatia e beleza, e um talento comunicativo vendia muitos incensos. Já pensava em deixar de trabalhar por comissão e montar a sua própria loja, já tinha até nome escolhido: A menina que vende incenso. Pensava que além dos incensos poderia vender também Kentes, Capulanas, Samakakas, Velas, e outros produtos ligados à sua ancestralidade que já aflorava. Quando Florzinha não estava vendendo incensos estudava mais sobre sua raça, conhecia o que podia sobre a história dela.

Era assim a vida de Florzinha, de noite vendia incenso, de dia estudava e se preparava para iniciar seu negócio. A vida seguia sem interstícios, de noite e madrugada vendia incenso, de manhã estudava, e a tarde, bem a tarde ela dormia, porque nem mesmo ela era de vibranium.

Uma madrugada voltando de mais uma jornada de trabalho, Maria Efigênia Flores fez o mesmo trajeto que estava habituada a fazer. A noite era de uma beleza exuberante. Ela olhou para o céu, nunca tinha o visto tão límpido e estrelado, a lua brilhava intensa. Um pensamento escapou-lhe a mente: Minha mãezinha cuida de mim. Naquele momento, sentiu um frio tomar conta de todo seu corpo. E de repente uma ansiedade estranha, tomou conta do seu pensamento. Em meio ao redemoinho de pensamentos, que tomava conta da sua cabeça, sentiu um vulto passar pelas costas. Quando se virou, só conseguiu balbuciar algumas palavras, desconexas e incompreensíveis.

Na manhã seguinte, no outro lado da cidade, Francisco Pereira Coutinho, industriário, casado, dois filhos, empresário bem-sucedido, levantou e foi tomar o café. Abriu o jornal, que a empregada havia deixado ao lado da manteiga francesa. E uma notícia que sequer foi lida por ele passou despercebida. No canto da margem superior direita, caderno Cidades, página 05, estava escrito:

Findou-se o aroma da cidade, Maria Efigênia Flores conhecido por todos como Florzinha, a garota que vendia incensos, foi encontrada morta. O corpo tinha marcas de estrangulamento, a polícia acredita que a jovem antes de ser morta, tenha sido estuprada.

3.6. Preto desde de nascença, escuro do sol, eu tô pra vê ali igual, no futebol¹⁸

Quando Douglas Vinícius levantou a taça, e o estádio explodiu, as lágrimas desceram dos olhos cansados da dona Laudelina dos Santos. Enquanto o mundo assistia o zênite da carreira do camisa 10 do time... Laudelina dos Santos lembrou do nadir...

O tic tac do relógio insistia em romper o silêncio da madrugada. O velho marcador de horas sinalava 04h da manhã. Maio de 2007, o frio do lado de fora do barraco afastava qualquer um da rua. O frio cortava a alma daqueles que ousava desafiá-lo. Na noite anterior um morador em situação de rua havia falecido. No velho aparelho de som, as autoridades negavam que o homem havia morrido de hipotermia. Laudelina dos Santos já estava de pé. Há dois minutos tinha levantado, atravessou a sala que separava o quarto da cozinha. A escassez de móveis aumentava o frio. A cama velha, uma cômoda, onde se ajuntavam roupas, um sofá e uma tv preto e branco, faziam companhia a um fogão e uma mesa, que sobre ela se amontoavam algumas panelas, dois pratos, uma faca e alguns garfos; colheres e recipientes de vidro de extrato de tomate vazios, que eram utilizados como copo para beber água, café e cerveja era tudo que a família tinha.

Fez o café, colocou num copo, soprou devagar e engoliu de uma vez só. Enquanto o líquido caía lentamente no velho bule, dividiu um pão meio duro em dois pedaços. Um comeu, mastigava com força...o outro enrolou num pano e junto com o café que pegara do bule colocou em cima da mesa... pegou a marmitta que estava sob o fogão, apagou a luz e partiu.

Douglas Vinícius acordou, eram 6 horas da manhã. Mais uma vez não viu a mãe sair. Vestiu o uniforme, passou pela sala, viu o pão e o café já arrumado. Colocou café no copo, e mergulhou o pão dentro. Enquanto isso, pegou outro copo e encheu d'água. Do lado de fora num pequeno tanque escovou os dentes. Comeu o pão com café e saiu.

Laudelina varria o centro da cidade, vestia um uniforme laranja, e enquanto limpava a sujeira das ruas pensava se o filho já tinha acordado. O menino sempre se atrasava. O centro já fervilhava de pessoas, transitando de um lado para o outro, igual

¹⁸ Escrevivências relacionadas ao professor Marcos Antônio de Jesus, e a minha mãe avó Laudelina Severino Vieira.

baratas tontas. Laudelina enquanto varria, na cintura trazia uma sacola amarrada, as latinhas de alumínio que encontrava, ela recolhia. Meio dia, sentou-se debaixo de uma árvore que ficava na praça central. Da mochila retirou a marmita: Um pouco de arroz, alguns caroços de feijão, que podiam ser contados nos dedos, e um ovo. Esse era o almoço de Laudelina.

Douglas copiava, com muita dificuldade soletrava as sílabas antes de copiar: “A che-ga-da dos i-mi-gran-tes”. O esforço de soletração impedia-o de compreender o sentido do texto, que falava do fim da escravidão negra, e chegada dos primeiros imigrantes ao país: alemães, suíços, portugueses e belgas. “Um senador e latifundiário, Nicolau de Campos Vergueiro, entre os anos de 1847 e 1857, após a proibição do tráfico negreiro, trouxe famílias europeias para trabalharem em regime de parceria”, explicava o professor de História.

Douglas distante, pensava na hora do lanche, e depois na bola. Na mochila já estava o tênis e o calção. Pretinho de canelas cinzentas, Douglas sonhava em ser jogador de futebol. O talento com que jogava era reconhecido por todos. Mas para jogar no time da escola, o treinador exigia boas notas. Coisa que Douglas não tinha. Já com 13 anos, tinha muita dificuldade na escrita. Na sala de aula sempre foi o esquecido. Acostumou-se com isso.... Na creche as professoras mal tocavam nele. Se quisesse ir ao banheiro, ele que se virasse. Colo? Nem pensar. Na escola na hora da alfabetização, a professora indicava o que Douglas deveria fazer de longe. Enquanto com as outras crianças, ela pegava na mão e ensinavam o contorno das letras. “Para fazer o “a” você começa aqui, você começa da esquerda para a direita, aqui ó, onde eu estou mostrando. Tá conseguindo João Guilherme, não? Vem cá que a tia ajuda...”

Assim sem ter contato com as professoras cresceu Douglas Vinícius, o único que brincava com ele, era o senhor Antônio, vigia da escola. Ele e Douglas sempre conversavam. “Eai seu Antônio, nosso time ganho hein, esse ano o campeonato é nosso. Você sabe né seu Antônio, que um dia você vai me ver jogando na televisão...”. Seu Antônio brincava, “É melhor você jogar no campo de futebol, do que na televisão, Douglas.”

Um homem fuma cigarro, e joga a bituca no chão; uma criança corre atrás dos pombos, a fonte no centro da praça jorra água para cima, gotas caem na grama, o tapete verde fica todo molhado, parecendo uma relva ao amanhecer. Laudelina varre, varre e varre. O relógio da praça marca 15h, o clima era ameno. Mas mesmo

assim gotas de suor escorrem do uniforme laranja de Laudelina dos Santos. Vai até uma loja do outro lado da rua e pede um copo com água, o vendedor finge que não é com ele...volta vai até a torneira que fica ao lado da fonte, bebe água na mão mesmo, água salgada.

Douglas grita, toca pra mim. A bola vem alta, domina no peito, e deixa-a cair de-va-gar na perna esquerda, vem um dribla, vem outro dribla, vem mais um deixa no chão, ajeita o corpo e chuta: gooolllllllll. Saiu correndo e gritando éeeeeeeee do Brasil... O treinador sorri...

O crepúsculo invade a tarde e contamina a noite, nesse ínterim algum tempo se passa. Lusco-fusco, o tempo parece parar, de repente escurece, e o dia cheira a cal úmida.

“Douglas Vinicius! Já copiou? Eu quero apagar o quadro”, diz a professora de Língua Portuguesa. “Quem já tiver copiado, abra o livro na página...”

“Maria Eduarda, leia o trecho no início da página. ”

[...] um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer a minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um corcel no queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava-lhe mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – “ai, nhonhô!” – ao que eu retorquia. – Cala a boca, besta!

Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras muitas façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos. (MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS, Machado de Assis)

O lixo se acumulava na praça, espectros de greve se aproximavam. As condições de trabalho eram ruins, salário baixo e muito serviço. Cada pessoa que passa pelo local deixa o resto de alguma coisa: Papel de propaganda, garrafas de água vazias, copos descartáveis, bitucas de cigarro, sacolas, e dona Laudelina varre,

varre e varre. É uma mulher invisível mesmo com um uniforme laranja.... Pensava na tal da assembleia que estava marcada para às 16h. Seria na praça mesmo, alguns colegas de serviços já se aglomeravam debaixo da velha mangueira. Um carro de som estacionou, baixinho uma música podia-se ouvir Lecy Brandão, ela cantava “Zumbi, o teu grito ecoou, no Quilombo dos Palmares, como um pássaro que voou, tão liberto, pelos ares. Um grito de dor e de fé. Ficou registrado na nossa história, pela luta, pelo axé, pela garra, pela glória...”

Coloca o meião no pé esquerdo primeiro, por superstição, depois, o do pé direito, coloca a chuteira na canhota, e depois a da direita. Assim fazia com o calção e com a camisa, 10, primeiro o braço esquerdo, depois o direito. Se reúnem para a última preleção do treinador...Copa Municipal de Juniores...todos gritam “vitória...”. Ele puxa a fila, eram 16 horas, ao entrar no gramado olha para todos os lados, a mãe não pode vir, mas seu Antônio estava lá...acompanhando. É final, tem muitos olheiros de clubes grandes no alambrado, já tinha dois convites para conhecer a estrutura de dois times...seu Antônio era o empresário, aposentou no estado, e estava por conta da promissora carreira de Douglas Vinícius. O jogo foi duro. O adversário sabia o ponto forte do time, Douglas não tinha espaço. Mal tocava na bola, já aparecia três jogadores para marcar. Chute na canela, murro nas costas, xingamentos... “vou quebrar você seu macaco...”, “volta para senzala, seu negro fedido...”. Douglas já relatara para o juiz, esse nada fazia...

“A praça é do Povo! Como o céu é do Condor! É o antro onde a liberdade, cria a águia ao seu calor!”, no microfone a presidenta do sindicato dos garis, Dona Firmina, bradava os versos do poeta Castro Alves, atenta Laudelina ouvia... “A união dos trabalhadores é o medo dos patrões. A greve é a única forma para que o patrão escute o trabalhador. Quem vota pela greve levanta as duas mãos.” Centenas de garis levantaram. Estava decretada a greve.

Pênalti, a bola está nas mãos de Douglas, coloca a na cal. Dá uma olhada para o goleiro... esse balbucia algo, Douglas abaixa a cabeça, e dá 6 passos para trás. Corre em direção a bola, e bate com maestria no canto esquerdo. Gol. Apito final. Artilheiro. Contrato assinado, com o juniores do ... A festa era na casa do capitão do time, Carlão. Bebidas, garotas, drogas...Douglas usa pela primeira vez...sua perdição.

A senhora está demitida. Passe no RH para a rescisão do contrato, leva a sua carteira de trabalho. O sindicato protestava contra as demissões. Todos os primeiros demitidos eram mulheres e negras. Laudelina estava desempregada. Teve

de arrumar outro emprego, trabalhava de empregada doméstica para uma família rica. O emprego era outro, o uniforme era branco, mas o racismo era o mesmo. Certa vez foi repreendida pela patroa. “Não use o banheiro da casa”. A situação vivida de Laudelina era tão pior quanto a vida de gari. A empregada doméstica tinha que dormir no serviço, além de sequer ter direito a carteira assinada. Não mais via o filho, apenas um dia da semana podia deixar o emprego, com hora certa para voltar.

A ajuda de custo que o time pagava, era usada toda para comprar a droga. O rendimento no futebol caiu. A escola abandonou. A vida escorria pelas mãos. Seu Antônio nada podia fazer, a vida louca, enlouquecia Douglas. Não tinha mais disposição para jogar. Começou a praticar pequenos furtos, para sustentar o vício. Já fazia duas semanas que não ia ao treino. O celular tinha sido deixado na boca. Dormia na rua já tinha dois dias. Ninguém sabia onde ele estava. Descalço, maltrapilho, tomava porrada da polícia todo dia. Dormia na praça, a mesma praça que a mãe varria. É sexta a noite, vai rolar um show, palco, luzes, Dj, b-boys, b-girls, MC’s... *“Aquele moleque, que sobrevive como manda o dia a dia/Tá na correria, como vive a maioria. Preto desde nascença, escuro do sol. Eu tô pra vê ali igual, no futebol. Sair um dia das ruas é a meta final. Viver decente, sem ter na mente o mal. Tem o instinto que a liberdade deu, tem a malícia, que cada esquina deu. Conhece puta, traficante, ladrão. Toda raça, um par de alucinado e nunca embaçou. Confia neles mais do que na polícia. Quem confia em polícia? Eu não sou louco. A noite chega e o frio também. Sem demora, aí a pedra. O consumo aumenta a cada hora. Pra aquecer ou pra esquecer. Viciar, deve ser pra se adormecer. Pra sonhar, viajar, na paranoia, na escuridão. Um poço fundo de lama, mais um irmão. Não quer crescer, ser fugitivo do passado. Envergonhar-se se aos 25 ter chegado. Queria que Deus ouvisse a minha voz, e transformasse aqui num Mundo Mágico de Oz.”*

Sábado, dona Laudelina está de folga, já tinha decidido encontrar o filho. Saiu cedo do trabalho. Foi ao clube, procurou seu Antônio, foi ao velho barraco, nada. Andando a esmo, encontrou dona Firmina, esta gritou “Dona Laudelina, como a senhora está? Estava procurando a senhora, mas ninguém sabia onde a senhora estava. Ganhamos uma ação na justiça contra a empresa de limpeza pública. A senhora tem direito a uma indenização. O nosso sindicato entrou na justiça. A senhora irá receber ...” Dona Laudelina não tinha nem a ideia do que era aquele dinheiro. Não ficou feliz, nem triste, pensava no filho. Contou a história a dona Firmina, falou da nova ocupação, empregada doméstica.

Dona Firmina ouviu atentamente, e logo disse “Vamos mudar isso, você não é empregada doméstica, e sim trabalhadora doméstica. Você sabia que já tem uma Lei, a 150, que dá todo direito as operárias domésticas? Nós estamos organizando o sindicato das trabalhadoras domésticas e a senhora deve ser a nossa presidenta. ” “E sobre o seu filho vamos encontrá-lo. ” E assim Laudelina voltou do transe, viu o filho levantar a taça, uma lágrima rolou devagar, e disse “vencemos! ”.

GENTE QUE ACREDITO, GOSTO E ADMIRO

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Castro. O navio negreiro. In: Os escravos. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 1977.

BAKTHIN, M. (VOLOCHINOV), V.N. ([1929] Marxismo e filosofia da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: Das cruzadas ao século XX/Francisco Bethencourt: Tradução Luís Oliveira Santos, João Quina. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio. Disponível em: <<https://www.geledes.org/epistemicidio/>> Acesso em 03 de jun. 2020.

DAVIS. Angela, 1944- Mulheres, Raça e Classe. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DJONGA. Corra. O Menino Queria Ser Deus. Belo Horizonte, Independente. 2018

DJONGA. Voz. Ladrão. Belo Horizonte. Ceia. 2019

DJONGA. Favela vive 3. Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=avbOUVHr0QI>>. Acesso em 27 ago. 2020

ELZA SOARES. A carne. Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>>. Acesso em set. 2020.

EMICIDA. Eminência Parda. AmarElo. São Paulo, Laboratório Fantasma. 2019.

EMICIDA. Ismália. AmarElo. São Paulo, Laboratório Fantasma. 2019

EMICIDA. Boa Esperança. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos, e Lições de Casa... São Paulo, Laboratório Fantasma. 2015.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. 200 p. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **O negro na ordem jurídica brasileira**. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1988.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERRARI, A. “Eles me chamam de feia, macaca, chata e gorda. Eu fico muito triste” - Classe, raça e gênero em narrativas de violência na escola. *Instrumento: R. Est. Educ.* Juiz de Fora, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <Disponível em: <https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/468/436> >. Acesso em: set. 2020.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GOLDIM, José Roberto. Eugenia. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>>. Acesso em: 01 jan 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Santana. A intersecção entre raça e pobreza na trajetória escolar de jovens negros. *Roteiro*, Joaçaba, v. 39, n. 2, p. 515-542, jul./dez. 2014. Disponível em: <Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/4079> >. Acesso em: set. 2020.

H.E.R. I Can't Breathe. Youtube. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ZFqKiL_mpnA >. Acesso em: ago. 2020

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed.-São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p.

JAMES, Cyril Lionel Robert. Os Jacobinos Negros: Toussaint de L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

KILOMBA, Grada, 1968 - *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEIMAN, Angela. (Org.) Os significados do letramento. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte/traduzido por Renata Santini,-São Paulo, 2018.

MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. MARX, Karl. O Capital: para a crítica da economia política. Livro I, Volume II, RJ: Civilização Brasileira. 2013.

MARX, Anthony. "A construção da raça no Brasil: Comparações históricas e implicações políticas" in SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp.157-167, 1997.

MV BILL. Favela Vive 2. Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XYvrwZmjXJY>>. Acesso em: 25 ago. 2020

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento. 112 páginas.

SILVA, Eva Aparecida. Prática docente de professoras negras acerca da questão étnico racial sob a ótica de ex-alunos. *Cadernos da Pedagogia*, ano 2, v. 2, n. 4, p. 45-66. ago./dez. 2008. Disponível em: <Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/101/58>>. Acesso em: set. 2020.

SOARES, Lissandra Vieira & MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*. Vol. 17, nº 39, São Paulo maio/ago. 2017.7

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP/ São Paulo: Parábola Editora, 2011. 170 p.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

RIBEIRO, Darcy (1995) O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

VIEIRA, Edergênio S. Universidade Preta. O Popular, Goiânia, 21 de nov. 2020. Opinião, p. 03.

OUTROS REFERENCIAIS

NINA-RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BRASIL. Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em ago. de 2020

BRASIL. Lei 12.288/2010. Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: www.legislacao.planalto.gov.br. Acesso em: setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm, acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.